



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE HISTÓRIA**



VICTÓRIA FERREIRA CUNHA

**UMA HISTÓRIA DE MULHERES OPERÁRIAS:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS PERIÓDICOS
DO SINDIELETRO-MG (1956-1990)**

ITUIUTABA
2019

VICTÓRIA FERREIRA CUNHA

**UMA HISTÓRIA DE MULHERES OPERÁRIAS:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NOS PERIÓDICOS
DO SINDIELETRO-MG (1956-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Giliard da Silva Prado

Banca examinadora

Prof. Dr. Giliard da Silva Prado (Orientador)

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Prof.^a Dra. Angela Aparecida Teles

Ituiutaba-MG, 13 de dezembro de 2019

Dedico este trabalho de monografia aos meus amados pais, Lúcia e José Ricardo, às pessoas queridas que tanto me apoiaram nesse momento, e a todas as mulheres trabalhadoras e sindicalizadas da Cemig.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar essas considerações expressando a felicidade que sinto por concretizar este trabalho, o que por muito tempo pensei não ser possível, visto o esforço em desenvolver as leituras, o processo de análise e, por fim, criar a narrativa própria da pesquisa histórica. Desse modo, afirmo que isso só foi possível graças a uma série de pessoas que (ainda bem) estiveram e estão comigo ao longo dessa trajetória – sim, de seis anos.

Nesse sentido, inicio agradecendo infinitamente aos meus pais por apoiarem minha escolha por graduar-me em História, e por disporem de compreensão e auxílio, fosse este material ou psicológico. Agradeço à minha querida mãe Lúcia, dedicada servidora social, mesmo trabalhando em outra cidade e me vendo pouquíssimas vezes na semana, nunca se fez ausente. Pelo contrário, esteve comigo nos momentos mais difíceis e me sustentou em todas as crises, medos e problemas que tive ao longo desta caminhada. Aproveito para destacar que sou um pouco dela, visto que minha alegria e minha falação não são meros acasos. Dela eu herdei o gosto pela leitura, pela justiça, pelo riso, pela simplicidade e pela música. Obrigada por acreditar em mim mãe, você me dá força, eu a admiro e a amo.

Não menos importante, agradeço ao meu amado pai, José Ricardo, eletricista, sindicalizado e exímio trabalhador. Filiado e diretor do Sindieleiro, sempre esteve envolvido com o movimento sindical em busca do melhor para sua categoria e na luta pelo bem-estar dos trabalhadores. Eu cresci ouvindo falar sobre suas experiências tanto na Cemig quanto no sindicato. Nesse sentido, reconheço que ele desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento desta investigação, tanto por despertar meu interesse pela temática e pelas causas dos trabalhadores, mas também por possibilitar em grande parte o meu acesso à documentação. Obrigada pai por me escutar tantas vezes, por me acompanhar em congressos, por financiar minhas viagens (foi bom, viu), por me presentear com livros (que você mesmo escolheu), tudo isso significa muito pra mim.

Não poderia deixar de agradecer ao Helinho, meu querido padraço, que sempre presente e preocupado, fez o possível para ajudar-me nesta jornada, que de almoços (deliciosos) a conversas, me acalmou e me apoiou uma série de vezes. Desse modo, também agradeço à minha madrastra Viviane, às conversas, aos risos e ao apoio! Agradeço aos meus irmãos Túlio e Ana Carolina, o primeiro pela sensatez nas convicções, a segunda pelos momentos de compreensão, cumplicidade e amparo para que eu conseguisse concluir essa fase da graduação. Agradeço à toda minha família, minhas avós, tias e tios, primas e primos.

Aos meus amigos, minha sincera gratidão pelo apoio, força, palavras otimistas e diálogos estabelecidos durante a pesquisa. Agradeço a todos os companheiros da turma de 2014, foi um prazer tê-los comigo ao longo desses anos. Também agradeço aos colegas com quem participei de projetos como o CEPDOMP e PET e àqueles que mesmo de outros cursos, estabeleci uma bonita relação. Aproveito para destacar Anália Barreto, por me sustentar em todos os momentos e por ser uma grande inspiração. Aos queridos Maria Paula Menezes, Júlia Alecrim e Leonardo Vitalino, agradeço pela amizade verdadeira e sincera, por estarem comigo diariamente neste momento difícil e singular, por lerem os meus capítulos e por contribuírem de infinitas maneiras! Agradeço também a Maria Luiza Caires, Thaina Carlos, Fernanda Lemes, Renan Luigi e Eduardo Mattos por todo o apoio, amizade e compreensão. A vocês, todo o meu amor e gratidão!

Ao curso de História do Pontal e ao corpo docente, o meu mais sincero agradecimento! Em especial, agradeço aos professores Amon Pinho (meu primeiro orientador), Prof.^a Angela Teles, ao querido Prof. Astrogildo Fernandes (por influenciar de maneira substancial minha formação enquanto docente e por me fazer acreditar em um futuro melhor através da educação), Aurelino Ferreira, Carlos Eduardo, Eduardo Giavara, Giliard Prado (meu querido orientador), Janaína Losada (por despertar meu interesse pela História

da Arte), José Josberto (pela amizade, aprendizados e por possibilitar minha aproximação com os movimentos sociais), Marco Sávio (pelas reflexões em torno do mundo contemporâneo) e Sandra Fiúza (por seu minucioso trabalho em diálogo com a educação, com quem tanto aprendi).

Destaco, nesse sentido o Prof. Giliard Prado, que na condição de orientador, me acompanhou por todo o processo de construção do TCC, da mudança do primeiro tema à escrita final. Agradeço por me apresentar os caminhos a serem seguidos, pelas leituras e diálogos estabelecidos em torno da pesquisa e por não desistir de mim. Obrigada por ser esse excelente professor e pesquisador, por tornar essa investigação possível e no caso, concreta! Minha infinita gratidão e admiração, professor!

Evidencio também a professora Angela Teles, docente com quem eu mais tive disciplinas ao longo do curso, mulher que tanto admiro e nutro profundo carinho. Obrigada por todas as contribuições acerca da pesquisa, pelos diálogos, aprendizados e risadas, e claro, gratidão por aceitar compor a banca examinadora desta investigação, será uma honra ouvir suas contribuições.

Aproveito para agradecer a querida professora Cida Satto, que para a minha felicidade, concordou em participar da banca desta monografia. Minha cara, sou muito grata por ter me acolhido no Programa Ações Formativas Integradas, ali fui muito feliz tanto por desempenhar minha função social enquanto docente, como por aprender e compreender a importância de um programa como este na instituição. Te admiro e mais uma vez, a agradeço, por tudo.

Gostaria de agradecer imensamente o SINDIELETRO, à sua diretoria, aos funcionários, associados, e especialmente o pessoal da área de jornalismo que tanto me auxiliou! Agradeço pela confiança da Instituição, pelo fornecimento das fontes, por acima de tudo possibilitar essa pesquisa, visto que ela só se tornou possível mediante a documentação, ou seja, os periódicos do sindicato. A vocês, toda a minha gratidão!

Também agradeço ao governo Lula, que com o Programa REUNI, criou o Campus Pontal, possibilitando assim a minha formação no Ensino Superior. Aproveito para expressar minha gratidão à Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal por todas as oportunidades proporcionadas, como o Programa de Mobilidade Nacional, à PROEXT e à Rosângela, ao CEPDOMP e ao Programa de Educação Tutorial.

Eu não poderia deixar de agradecer a todos os amigos e professores que tive o prazer de conhecer ao longo da Mobilidade Nacional na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira, de modo que destaco a amada Jéssica Andrade, Rodrigo Fausto, Matheus Ruffino, Lucas Sousa e Camila Maltez. Também agradeço à querida Thais Hesper, e à minha amiga Ishangly, que assim como eu, esteve em mobilidade e me deu infinito apoio. Gratidão queridos pelas vivências compartilhadas, pelo apoio e pela força transmitida, mesmo à distância.

Enfatizo a gestão do Professor Aurelino na Coordenação do curso de História e agradeço à querida Kátia (dona do curso) por todo o auxílio no processo de mobilidade! À Kátia também agradeço as conversas, o apoio, a generosidade, e a boa vontade, sempre presente em ajudar os discentes (nós te adoramos, você sabe). Também agradeço à Ana Cláudia (LAPEH) por sempre auxiliar e ser essa pessoa do bem!

Por último e não menos importante, agradeço à esfera espiritual presente na minha vida através do “Centro Espírita Família e Caridade”, em especial às médiuns Divina Luiza e Edna Franco. Sou infinitamente grata à Deus e aos bons espíritos amigos que me amparam e me protegem nesta caminhada, que está só começando.

A história das mulheres engloba, portanto, a história de suas famílias, de suas crianças, de seu trabalho, de seu cotidiano, de suas representações na literatura, na mídia, na sociedade na qual estão inseridas. Sua história é a história de seu corpo, de sua sexualidade, da violência que sofreu ou praticou, da sua loucura, dos seus amores e outros sentimentos. Sua história é, igualmente, a das representações que se fazem sobre elas, representações que fazem sonhar, como as que giram em torno da “casta”, da “boa esposa e mãe”, da “sedutora”; mas representações que fazem odiar, como as que cercam as feitiçadeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as prostitutas ou as loucas.

DEL PRIORE

(DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: Marcos César de Freitas. (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001, p. 234.)

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo 1. O mundo das trabalhadoras: o cotidiano, o corpo e a maternidade.....	16
1.1. Espaços de reivindicação: os periódicos Hidro-Elétrico, Hidrelétrico e Sindieletro ..	16
1.2. O diálogo entre duas esferas: a experiência feminina entre os âmbitos público e privado.....	21
1.3. A condição feminina: o corpo, a maternidade e o cotidiano.	33
Capítulo 2. O mundo do trabalho: a mulher na vida profissional e sindical.	42
2.1. Trabalho, liderança e participação feminina: olhares políticos e posicionamentos.....	42
2.2. A experiência sindical das mulheres	62
Considerações finais	71
Fontes	73
Referências bibliográficas.....	76
Anexos.....	79

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio dos periódicos do Sindieletro, as variadas formas de atuação das mulheres trabalhadoras da Cemig e as representações construídas acerca do universo feminino no período compreendido entre 1956 e 1990, enfatizando tanto questões relacionadas ao mundo do trabalho quanto aquelas relativas ao cotidiano e à vida familiar. Para tanto, são analisados três impressos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro) que foram publicados na cidade de Belo Horizonte: Hidro-Elétrico, Hidrelétrico e Sindieletro. Ao selecionar as fontes históricas para a análise não se pretendeu fazer uma história do sindicato ou de seus periódicos. A intenção foi compreender as práticas e representações femininas no Sindieletro por meio de publicações escritas por mulheres e de matérias cujas temáticas discutiam questões relativas ao universo feminino tanto na esfera privada quanto acerca da participação dessas mulheres trabalhadoras na esfera pública, notadamente na política sindical. O presente trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, é analisado o mundo das trabalhadoras, sendo discutidas algumas nuances em torno das experiências femininas nas esferas pública e privada, marcadas pela valorização da maternidade e dos preceitos morais em detrimento da valorização do trabalho. Também são problematizadas questões para além do mundo do trabalho, como os discursos sobre o corpo feminino e os momentos de sociabilidade entre as mulheres trabalhadoras. No segundo capítulo, a análise está voltada para o mundo do trabalho, com ênfase para as experiências da líder sindical Maria Felícia da Rocha Macedo, que dirigiu o sindicato no período da ditadura militar e teve uma gestão marcada por posicionamentos e concepções políticas diversas e cambiantes. Esse capítulo aborda também as experiências das sindicalizadas, evidenciando suas formas de organização e as reivindicações próprias do gênero feminino, discutindo os congressos nacionais de que elas participaram, bem como a criação, no âmbito do próprio sindicato, da Comissão de Assuntos Femininos. O trabalho percorre diferentes contextos históricos, pontuando rupturas e permanências que marcaram as práticas e representações femininas dessas mulheres operárias.

Palavras-chave: História das Mulheres; Periódicos; Sindieletro; Mundo do Trabalho; Gênero Feminino.

Introdução

Submetidas ao silêncio no decorrer de diferentes contextos históricos, as mulheres, tão múltiplas que são, permanecem até essa segunda década do século XXI em busca de emancipação e igualdade. É preciso, no entanto, salientar que os direitos obtidos até o momento só se estabeleceram devido às reivindicações e manifestações femininas.

A luta das mulheres pela conquista da vida pública e da cidadania tem se dado de maneira gradual e histórica, principalmente nos últimos dois séculos. A busca por emancipação culminou na organização das mulheres, que, em um primeiro momento, tinha como objetivo o direito ao voto, ampliando com o decorrer do tempo suas reivindicações ao mundo do trabalho e posteriormente à vida privada.

Nesse processo, as mulheres têm se organizado de diversas maneiras na busca por conquistar seus direitos. Tais embates se situam tanto no âmbito da luta organizada, no caso do movimento feminista, como a partir da participação feminina em movimentos mais gerais, como o movimento operário. Além disso, mesmo na esfera privada, muitas mulheres criaram mecanismos e estratégias para saírem de condições estabelecidas socialmente.

A luta sindical, nesse sentido, também se constitui enquanto espaço de luta e reivindicação feminina, e tal modalidade apesar de parecer majoritariamente masculina, tem sido nessas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1970 no Brasil, uma instituição que contou com a participação cada vez maior de mulheres.

Essa participação feminina se destaca, no caso desta pesquisa, a partir de reivindicações próprias da categoria profissional e de pautas exclusivamente femininas que envolveram tanto o âmbito trabalhista quanto o privado. As trabalhadoras eram, em sua maioria, mães, buscando principalmente condições para se estabelecerem no mundo do trabalho.

As mulheres que investigamos trabalharam na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) entre os anos de 1956 e 1990, as quais, filiadas inicialmente ao Sindicato dos Hidrelétricos, participaram ativamente da escrita dos periódicos e das atividades da instituição de luta. O Sindieletró, atual nome do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais, foi criado em 1946 por trabalhadores da empresa “Força e Luz”, responsável pelo fornecimento de energia aos bondes de Belo Horizonte. A Cemig, criada em 1952, anexou a empresa “Força e Luz” no ano de 1973, tendo o sindicato servido aos trabalhadores de ambas empresas ao longo dessas sete décadas.

Foi possível perceber por meio desta pesquisa as nuances e transformações da participação feminina ao longo do recorte temporal proposto. No primeiro momento do periódico, por exemplo, as mulheres discutiram principalmente questões sobre o cotidiano, a maternidade e a vida privada. Nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres representadas no periódico pareciam mais envolvidas com a luta sindical, além de elegerem uma mulher para o cargo de presidente.

A década de 1980, também marcada por um processo lento e gradual de abertura política, contou com publicações e reivindicações mais latentes acerca da questão feminina em si. O impresso do sindicato possuiu uma coluna intitulada “Nós, Mulheres”, redigida pela então “Comissão de Assuntos Femininos”, que ao longo de nove publicações abordou discussões acerca das reivindicações das mulheres nas campanhas salariais, além de denunciarem arbitrariedades, pressões, e situações misóginas.

As décadas analisadas, apesar de serem marcadas por diferentes contextos e perspectivas, contribuem na compreensão das rupturas e permanências ocorridas ao longo desse processo histórico de luta, além de nos aproximar de algumas atitudes e experiências que essas mulheres vivenciaram.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar por meio dos periódicos do Sindieleiro, as variadas formas de atuação das mulheres trabalhadoras da Cemig e as representações construídas acerca do universo feminino no período compreendido entre 1956 e 1990, enfatizando tanto as questões relacionadas ao mundo do trabalho quanto aquelas relativas ao cotidiano e à vida familiar.

A adoção dessa perspectiva, relaciona-se ao fato de que a História, que consiste no estudo das experiências humanas no tempo – a partir de ações concretas e vivências de outra natureza, como os sentimentos e as subjetividades –, tem aprimorado seus métodos analíticos, ampliando as possibilidades temáticas e democratizando os debates dentro da disciplina histórica. Dessa forma, deve-se muito à história das representações culturais e sociais, em meados da década de 1970, o movimento de renovação temática e ampliação dos interesses da história, abrangendo estudos sobre os papéis sexuais e sobre a desigualdade presente entre as relações sociais de cada gênero e da investigação em torno das mentalidades, das experiências cotidianas, das vivências das mulheres, das práticas e representações sociais, além de outras questões antes negligenciadas na discussão histórica.

Todavia, é necessário evidenciar que essa ampliação temática ocorreu mediante a pressão dos movimentos sociais e dos chamados “grupos minoritários” perante a sociedade e ao meio acadêmico. Com relação às mulheres, essa inclusão está diretamente ligada às suas

formas de organização, como é o caso do movimento feminista, assim como de outras lutas travadas política e socialmente, como mencionado anteriormente.

É no processo de ampliação das fontes e de expansão do movimento feminista que surge a vertente da História das Mulheres. Em diálogo com Michelle Perrot¹ e Mary Del Priore², concordamos que a participação feminina nos mais diversos contextos históricos, foi pouco evidenciada nas narrativas produzidas até a primeira metade do século XX, e a ausência de fontes até o século XVIII dificultou substancialmente a investigação e a escrita dessa história.

Como aponta Michelle Perrot, até o século XVIII, pouco dos vestígios existentes foram deixados diretamente por mulheres, restando, em grande parte, relatos que partiram de um olhar masculino, de um outro que as imaginaram, criando uma série de representações em torno do ser mulher e de sua vivência, havendo um excesso de discursos sobre elas que, ignoradas, pouco expressaram o que pensavam, o modo como se sentiam ou se viam.

É nesse sentido que a presente investigação busca se aproximar das experiências vividas pelas trabalhadoras da Cemig, investigando as práticas e as representações femininas por meio dos periódicos do Sindieleiro, nos quais contamos com matérias e colunas redigidas por mulheres e com conteúdo referente ao universo feminino.

Por isso, dialogamos com as autoras Tânia Regina de Luca³, Helóisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto⁴, que buscaram discutir sobre a metodologia de trabalho acerca do uso de periódicos na condição de fonte histórica, como também abordaram a trajetória desses periódicos no Brasil na atribuição de seus diferentes suportes e temáticas.

Segundo De Luca, a prática historiográfica se transformou substancialmente no final do século XX, em diálogo com a terceira geração da Escola dos Annales, que buscou propor novos objetos, problemas e abordagens; em contato interdisciplinar com outras áreas, que contribuíram, inclusive, no âmbito metodológico. Antes, a seleção de fontes para a pesquisa histórica se dava por intermédio de documentos oficiais, na busca por neutralidade e comprovação dos fatos.

O documento periódico, tido anteriormente enquanto “fonte de informação cotidiana” ou mesmo utilizado como meio para comprovar algum fato, agora é utilizado

¹ PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2018.

² DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

³ DE LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

⁴ CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. São Paulo: **Projeto História**, n. 35, dez. 2007.

mediante um rigor metodológico, visto que passou a ser compreendido enquanto um documento que, segundo Cruz e Peixoto, atua na “constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”.

No que se refere às orientações metodológicas, compreendemos, a partir das autoras, que os impressos e periódicos devem ser analisados em sua totalidade, visando o layout, a fonte, os redatores responsáveis, o momento em que é gerado, sua tiragem, os patrocínios recebidos e mesmo a perspectiva financeira em que se inscreve. É fundamental compreender os aparatos nos quais o impresso é constituído, visto que dessa maneira o pesquisador se aproxima de características até então naturalizadas e subjetivas.

Dessa maneira, compreendemos a imprensa enquanto um agente político que busca se constituir dentro de um contexto específico, na condição de meio formador de opinião. O próprio caráter do periódico visa levar até o público leitor uma série de pontos de vistas, que são construídos ao longo da publicação, seja através das colunas e matérias, ou mesmo por meio de propagandas.

O jornal do sindicato, nesse sentido, desenvolveu, sem dúvidas, um importante papel ao atuar não só enquanto meio de comunicação como também ao contribuir na formação de concepções políticas e socioculturais de uma classe específica: a de trabalhadores no setor elétrico.

Tendo em vista que a investigação se constitui a partir de um jornal sindical, nos interessa também as discussões acerca das produções em torno do movimento operário no Brasil. Assim, destacamos o autor Cláudio Batalha⁵, que situou os diferentes momentos da produção acerca do movimento operário no Brasil. Essa produção inicialmente de caráter militante se estabeleceu principalmente nas décadas de 1950 e 1960, ao refletir sobre o período da Primeira República. O movimento operário se torna objeto de estudo da História no Brasil de forma mais consolidada apenas na década de 1970. Em diálogo com o contexto político, no qual o autor relaciona os impasses e a produção historiográfica da época, Batalha justifica a pesquisa tardia da temática em decorrência da falta de liberdade acadêmica da época, além da autocensura por parte dos pesquisadores.

Apesar do momento positivo de transformação dentro do campo, é também na década 1980 que a historiografia do movimento operário entra em crise. O autor elenca três justificativas, sendo a primeira uma crise de identidade e perda de interesse acadêmico na temática. A segunda aponta uma mudança na conjuntura do final da década de 80, que seria

⁵ BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

um período de declínio do movimento operário. Um terceiro ponto seria a crise da esquerda devido ao desmantelamento do socialismo real, além da mudança orgânica do capital que contribui para o desaparecimento de parte da classe operária.

Dentre os impasses e as novas tendências, temos um processo de renovação da área como uma nova leitura daquilo que já foi pesquisado ou mesmo com o uso de novas fontes, como a rediscussão de temas e períodos clássicos, elucidando novas formulações e aspectos. Além disso, cabe ressaltar o período fecundo para tratar da temática, marcado por maior liberdade sindical e acadêmica, devido ao contexto de abertura política no governo militar na primeira metade da década de 1980. Esse período também é influenciado pela historiografia inglesa, com publicações importantes de Thompson e Eric Hobsbawm, além de outros historiadores internacionais como Michele Perrot.

Ainda nessa década, damos destaque à ampliação dos temas e uma mudança de abordagem, que também pode ser compreendida enquanto uma fragmentação, mas que deixa de ser "unicamente uma história do movimento operário organizado", destacando: as condições de trabalho, os processos de trabalho, as condições de vida do operariado, a cultura operária, as mulheres operárias, as correntes sindicais reformistas e as origens da legislação trabalhista.

É com o processo de renovação da cultura sindical, no contexto do chamado “Novo Sindicalismo”⁶ no início da década de 1980, fruto das greves no ABC paulista, que o movimento operário no Brasil se transforma e constitui novamente um caráter reivindicatório e de luta. O período fomentou uma ampla mobilização social, que contou com a participação das periferias que se organizaram em associações de bairro e movimentos populares, tomando proporções nacionais, e que proporcionou um diálogo entre a sociedade e movimentos já instituídos, como os sindicais. Além disso, o período contou com uma efetiva participação da Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base e de mulheres, que se constituíram em grupos de trabalhadoras, assim como de grupos feministas, clubes de mães e comissões femininas dentro dos sindicatos.

O presente trabalho propõe-se a responder os seguintes questionamentos: quais práticas caracterizam a atuação das trabalhadoras da Cemig em seu sindicato? Que pautas compõem as reivindicações dessas mulheres no âmbito trabalhista? De que modos as reivindicações sindicais estão correlacionadas com questões da política em seus mais diversos âmbitos? Qual é o espaço dedicado nos periódicos para temas relacionados ao corpo

⁶ SADER, Eder. Matrizes discursivas. In: **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

feminino, à vida familiar e às formas de sociabilidade dessas trabalhadoras? Que ideias e valores relacionados ao gênero feminino podem ser identificados por meio das publicações veiculadas nos periódicos do sindicato? Em que medida essas matérias efetivamente discutem as relações de gênero? São abordadas questões feministas ou tão somente questões femininas? De que formas se articulam as práticas sindicais das trabalhadoras da Cemig e as representações construídas por e sobre as mulheres nesses periódicos? Quais são as permanências, mas sobretudo as mudanças nessas práticas e representações no decorrer do período analisado?

Em busca de compreender as relações e investigar as propostas e as reivindicações constituídas pelas trabalhadoras da Cemig, contaremos com o suporte de algumas noções, conceitos e categorias de análise. Nesse sentido, utilizaremos a noção de representação proposta por Roger Chartier⁷, que se refere ao termo como o processo de construção de significados em torno de uma dada realidade.

A representação pode ser compreendida em dois aspectos: um deles na condição de significados já instituídos – que são os sentidos já estabelecidos no campo da mentalidade acerca de práticas, sujeitos e objetos –, e que se constituem no nosso modo de ver a realidade. Em outro aspecto, estabelecem-se enquanto um modo de atribuição de sentidos, ou seja, no processo de construção de significados em torno de uma dada realidade, ou seja, a construção da representação em si. Em ambos os casos, a representação se desdobra a partir de dois suportes, o imagético e o textual.

Como abordado anteriormente, compreendemos que os periódicos constroem significados em torno dos temas que estão sendo tratados, seja sobre o universo feminino, ou mesmo acerca do contexto social e dos embates em torno do âmbito político e trabalhista. Desse modo, a noção de representação nos auxilia na reflexão acerca da construção dos valores, ideias e pontos de vista constituídos e exteriorizados por meio dos periódicos nos contextos históricos que são aqui investigados.

Em perspectiva semelhante, dialogamos com as concepções de Michel de Certeau⁸, tendo em vista o nosso interesse por compreender as práticas e as maneiras de fazer cotidianas, próprias do recorte investigado. O autor, ao tratar desses fazeres, aponta para as práticas sociais singulares diante das relações da sociedade que, marcadas por relações de poder ou força, encontram escapes. Nas palavras de Certeau, “o cotidiano se inventa com

⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

mil maneiras de caça não autorizada”, ou seja, ocorre cotidianamente uma série de ações e circunstâncias que extrapolam o comum ou que fogem de uma lógica corriqueira dentro de padrões já estabelecidos.

Com base nessa concepção, Certeau utiliza as noções de “estratégias” e “táticas”, que significam respectivamente o modo como o sujeito viabiliza seus objetivos e intenções e, no segundo caso, as respostas ou reações desses indivíduos com relação às ações de outrem ou perante uma ordem vigente. Desse modo, as reflexões do referido autor são importantes para o presente trabalho, visto que nos fornece alguns aparatos que auxiliam na análise das ações e dos caminhos percorridos para que essas mulheres alcançassem seus objetivos, assim como sobre os possíveis indícios de resistências ou reações cotidianas dessas mulheres.

Apesar das múltiplas possibilidades a serem investigadas, não se pretende aqui fazer a história do sindicato como um todo ou mesmo a história de seus periódicos. A história que almejamos escrever é voltada para compreender as práticas e representações femininas no Sindieletro. Nesse sentido, buscando responder as questões aqui formuladas, adotamos enquanto procedimento metodológico, a seleção de publicações escritas por mulheres ou matérias cuja temática visava discutir questões relativas ao universo particular dessas mulheres e acerca de sua participação no âmbito sindical.

Para tanto, serão analisadas publicações dos periódicos do sindicato mineiro Sindieletro, que conta com quatro diferentes fases de circulação em seus impressos. Todavia, nossa investigação examina as publicações de três das quatro fases dos periódicos do sindicato. O primeiro, o Hidro-Elétrico (ou Hidroelétrico) iniciou suas publicações em dezembro de 1956 e permaneceu até dezembro de 1961. O periódico seguinte, Hidrelétrico, circulou de dezembro de 1968 a agosto de 1973 e, após uma interrupção, ficou vigente de junho de 1978 a abril de 1983. O periódico da terceira fase, a última investigada nesta pesquisa, leva o nome atual do sindicato, Sindieletro, que circulou entre julho de 1983 e julho de 1990. O departamento de imprensa do sindicato também produziu uma série de boletins, não investigados aqui, que circularam de maio de 1983 a dezembro de 2001. O retorno do jornal impresso, no caso a quarta fase, ocorreu em janeiro de 1994 sob o título “Chave Geral”, o qual se encontra em circulação até os dias atuais. É possível percorrer diferentes caminhos temáticos a partir desses periódicos, na medida em que estes, ao longo de sessenta e três anos de existência, compreendem diferentes contextos históricos.

A investigação do impresso em geral ocorreu mediante a análise de sua materialidade e conteúdo, buscando compreender em cada periódico a configuração do layout, a disposição de matérias e colunas, assim como a quantidade de publicações de cada uma delas.

Identificamos as tiragens e as diferentes composições da equipe de redatores ao longo dos anos, também verificando na ocasião, a incidência de propagandas no periódico.

Nos propomos a observar em cada matéria ou coluna, a construção dos argumentos da autora ou autor em diálogo com o contexto no qual a publicação se situa, visto que, como apresentado anteriormente, os três impressos analisados se encontram em diferentes períodos históricos. Além disso, por se tratar de problemáticas relacionadas ao gênero feminino, observaremos os posicionamentos dos responsáveis por cada publicação em relação ao assunto tratado.

Nessa perspectiva, buscaremos evidenciar as especificidades e o modo como as temáticas são abordadas pelos diferentes gêneros. Além disso, levamos em consideração as transformações ocorridas na condição social da mulher, seja enquanto força de trabalho ou mediante sua participação política nos contextos abordados, tanto no âmbito nacional quanto global.

O presente trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, são discutidas algumas nuances em torno da vivência feminina nas esferas pública e privada, marcadas pela valorização da maternidade e dos preceitos morais em detrimento da valorização do trabalho. As questões voltadas para a condição feminina, seu cotidiano e as abordagens em torno do papel maternal da mulher também constituíram esse primeiro momento. Além disso, buscamos apresentar algumas representações construídas a partir de um discurso masculino sobre o corpo feminino. Todavia, o capítulo também aponta para as vivências cotidianas dessas mulheres, como os momentos de sociabilidade entre elas e suas realizações pessoais, que foram para além do mundo do trabalho.

No segundo capítulo, é analisada a liderança sindical feminina, que se desdobrou em torno da experiência de Maria Felícia da Rocha Macedo. Esse momento da investigação possibilitou que analisássemos as nuances apresentadas ao longo do mandato da referida dirigente e em torno de seus posicionamentos políticos e concepções diversas. Demonstrase que Maria Felícia R. Macedo apresentou uma identidade disforme durante o período em que ocupou o cargo de presidente, perante o contexto do regime ditatorial, de modo que lutou em prol de sua categoria apesar do contexto em que se encontrava, atuando, desse modo, conforme o que estava ao seu alcance. Todavia, essa atuação também foi marcada pelo desenvolvimento de algumas medidas estipuladas pelo governo militar. Além disso, aborda-se, neste capítulo, as experiências das sindicalizadas ao longo do período investigado, evidenciando suas formas de organização, as reivindicações próprias do gênero, além das denúncias ocorridas no impresso, através da coluna “Nós, Mulheres”. Esse momento

também explora os congressos nacionais de que as sindicalizadas participaram, o que estabelece algumas ações que marcam essa vivência sindical, visto que influenciou, em certa medida, nos modos como atuaram e se organizaram no próprio Sindieletro, como é o caso da criação da Comissão de Assuntos Femininos.

Por fim, ao refletir acerca dos lugares que as mulheres ocuparam em diferentes instituições, contextos e espaços, este trabalho contribui para a reconstrução das experiências que marcaram a história dessas mulheres operárias. Ao reconstruir as experiências dessas mulheres, espera-se que este trabalho represente uma pequena contribuição em relação ao campo temático que se propõe a abordar, buscando compreender algumas tramas das vivências femininas no movimento sindical, situado em Belo Horizonte, desde fins da década de 1950, passando pelo período da ditadura militar no Brasil e estendendo-se até o início da década de 1990.

1- O mundo das trabalhadoras: o cotidiano, o corpo e a maternidade

1.1- Espaços de reivindicação: os periódicos *Hidro-Elétrico*, *Hidrelétrico* e *Sindieletro*

As autoras Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto propõem a reflexão acerca da função política e social desenvolvida pela imprensa periódica. Nesse sentido, compreendemos que por se tratar de um jornal autônomo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Energética de Minas Gerais, este constitui-se enquanto articulador de questões relativas ao seu contexto. O Sindieletro buscou informar sua classe, levando aos seus leitores uma série de pontos de vista, assim como buscou construir sua agenda política.

Aproveitamos para evidenciar que, ao longo das três primeiras fases do impresso, cerca de cem edições foram publicadas e que, apesar de não constar em nenhum lugar a tiragem da primeira fase “Hidro-Elétrico”, verifica-se no segundo momento que o “Hidrelétrico” imprimiu de cinco mil a nove mil periódicos por edição, enquanto o “Sindieletro” chegou a doze mil tiragens em seus últimos meses de atividade. Aproveitamos para destacar que inicialmente o jornal circulava apenas nas cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito, mas se difundiu para outras regiões de Minas Gerais, devido à ampliação do sindicato para o âmbito estadual.

Apesar de iniciar suas atividades em 1946 na condição de Associação Profissional, o Sindieletro (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais) dispôs de órgão informativo apenas em dezembro de 1958, com a publicação do periódico “Hidro-Elétrico”. Como mencionado anteriormente, essa primeira fase do jornal permaneceu em circulação até dezembro de 1961.

O jornal sindical nesse período buscou articular a classe trabalhadora elétrica, como também promoveu uma série de reflexões acerca do momento político. Muitos foram os convites para congressos e cursos operários, além da constante tentativa de constituir o próprio sindicato, aumentando a quantidade de associados. Informes sobre a CLT, a Previdência Social, e outros direitos sociais referentes ao trabalhador também constam no impresso. É possível sugerir que há no periódico um certo charme em virtude da quantidade de poesias e até uma certa idealização e exaltação da vivência operária, algo que parece ser herdado do período getulista.

No que se refere à materialidade do impresso, constata-se que este parece não ter um layout bem definido, visto que as matérias são iniciadas nas primeiras páginas e finalizadas

em outras, visando melhor aproveitamento da folha. Isso resultou em uma formatação não harmônica, uma vez que muitas matérias se sobrepõem, dando a impressão de que falta espaço, culminando em um layout tumultuado. Além disso, seu suporte físico é o papel jornal.

O cabeçalho do periódico, no qual antes constavam apenas seu nome, os dados da diretoria, o ano do impresso, a cidade, e o número da publicação⁹, é atualizado a partir de maio de 1958, mediante a inserção iconográfica e a modificação na logo. Nesse sentido, um círculo à esquerda é adicionado, contendo o nome do sindicato na parte superior e o desenho de uma barragem, própria da usina hidrelétrica, na área central do círculo. A gramática do nome “Hidro-Elétrico” também se modifica para “O Hidroelétrico” em junho de 1961¹⁰.

Fica evidente, no que concerne ao corpo editorial, sua semelhança com a diretoria vigente na direção do sindicato¹¹. Outra característica a ser abordada refere-se aos possíveis colaboradores, visto que todos os associados poderiam participar das publicações. Contudo, o jornal não se responsabilizava pelos preceitos e opiniões emitidas, e exigia uma determinada formatação, além de assinatura ou pseudônimo.

Apesar do periódico “Hidro-Elétrico” contar com poucas colunas fixas e sessões, três delas se destacam, visto que abordaram questões compreendidas como próprias do gênero feminino, sendo este o caso das colunas “Plumas” e “Felicidade” – cada uma publicada três vezes – e da sessão “Página Feminina”. É importante salientar que tais publicações se encontravam na maioria das vezes nas páginas 3 ou 4, que eram as últimas do periódico, visto que nesse momento o impresso contém quatro páginas, aumentando esse número, durante a fase do “Hidrelétrico”, para seis.¹²

Com relação à publicidade, vislumbramos poucas ocorrências, ambas relativas ao próprio jornal e sindicato, como é o caso das gráficas responsáveis por imprimir o periódico: a “Tipografia Aliança” e depois a “Gráfica Industrial”. Outra propaganda foi de cunho educacional, no caso, o “Curso de Cultura Operária Getúlio Vargas”. Destacamos que tais publicidades só ocorreram nos primeiros anos do periódico “Hidro-Elétrico”.

⁹ Anexo I.

¹⁰ Anexo II.

¹¹ No corpo editorial, temos: Delmyr Fernandes Vilela (Diretor responsável), Herz Guimarães e Claudionor dos Santos Cruz (Diretores secretários) e Elson Galdino de Paula (Diretor tesoureiro). No que se refere à diretoria do sindicato: Delmyr Fernandes Vilela (Presidente), Herz Guimarães (Vice), Claudionor dos Santos Cruz (1º Sec.), Álvaro Simões (2º Sec.), Elson Galdino de Paula (1º Tesoureiro), José Luiz Thiago (2º Tesoureiro) e Cinésio Florêncio Cruz (Bibliotecário). Salientamos que pesquisamos na internet acerca desses colaboradores, mas que não encontramos mais informações sobre quem eram ou os cargos que ocupavam.

¹² Outras colunas presentes no periódico foram a “Você Sabia?”, com cinco ocorrências, e o “Noticiário” com três ocorrências.

A última publicação deste periódico ocorre em dezembro de 1961. Após uma lacuna de sete anos sem publicações, o próximo impresso do Sindicato é denominado “Hidrelétrico” e inicia sua circulação em dezembro de 1968. Desse último período até setembro de 1970 as publicações ocorreram bimestralmente, totalizando cerca de doze impressos. Em 1971 apenas duas publicações ocorreram e, nos anos de 1972 e 1973, as edições foram reduzidas a apenas uma publicação anual, o que coincide, em suma, com os últimos anos do período mais duro da ditadura, os conhecidos “anos de chumbo”, momento em que o Governo Médici estava em vigência. Após a pausa, o periódico retorna em 1978 e permanece até abril de 1983 publicando suas edições bimestralmente.

Assim como na fase anterior, o “Hidrelétrico” apresenta uma redação muito próxima à diretoria em atividade¹³. Além disso, contou com uma série de colunas fixas, que de 1968 a 1973 foram, com suas respectivas ocorrências, “Flashes Sociais” (15), “Você sabia” (16), “Você pergunta e o sindicato responde” (7), “Um minuto de filosofia” (7), “Cantinho do poeta” (7), “Fábula” (5) e “Trovas” (3). Entre 1978 e 1982, apesar de modificadas, existiram as colunas “Afirmativas” (2), “Rápidas e Rasteiras” (13), “Sociais” (10), “Hidrelétricos falam” (6), “Cartas” (5) e as charges “Os hidrelétricos” (5).

A partir de 1983, as colunas “Curto Circuito” (12), “A voz do presidente” (3) e “Nós, Mulheres” (9), estenderam-se ao periódico “Sindieletro”¹⁴. No que se refere à publicidade presente no “Hidrelétrico”, temos a gráfica responsável pela impressão do jornal “Missão Remacrisma”, os supermercados “Mercantil Bandeirante” e “Big-Joy”, além da ótica “Precisótica”, os quais mantinham convênio com o Sindieletro.

A segunda fase do periódico sindical parece ter mais organicidade que a anterior, visto que suas colunas estão dispostas na maioria das vezes em páginas iguais. Por exemplo, a coluna “Flashes Sociais”, está localizada majoritariamente na segunda página. A capa do impresso conta com um layout bem formatado e orgânico, contendo quase sempre uma foto. Contudo, o periódico permanece dividindo suas notícias, dando continuidade a elas em fragmentos de outras páginas, o que deixa a leitura confusa e pouco prática. Esse layout só

¹³ Por exemplo, na redação entre 1978 e 1982, os nomes que constam são: Benedito Alves Barcelos, Maria Felícia da Rocha Macedo, José Raimundo Nonato, Joaquim Soares Ramos, João Canuto da Rocha, Alfredo Ferreira Portela e José Luiz Monteiro (Editores) e Maria do Carmo Peloso (Direção da Redação). Na diretoria, temos: Maria Felícia da Rocha Macedo (Presidente), João Canuto da Rocha, Augusto da Silva Gomes de Oliveira, Emílio José Henriques, Vivaldo de Souza Neto, Alfredo Ferreira Portela, José Luiz Monteiro – sabemos que Maria Felícia era a presidente visto as citações ao longo desse ano no periódico, todavia, no expediente (lugar designado para apresentar os dados do jornal), não há especificação dos cargos ocupados.

¹⁴ Outras colunas como “500 Kw de poesia” (2), “Cartas” (2), “Esportivas” (1) e a charge “Picolino” (2), também estavam presentes no periódico “Hidrelétrico”.

se aprimora a partir de 1978 quando as matérias e colunas passam a ser dispostas dentro de molduras.

O cabeçalho do jornal a partir de 1968 resume-se ao seu nome “Hidrelétrico” e duas linhas de transmissão de energia elétrica ao lado esquerdo do nome, que se transformam apenas dez anos depois¹⁵. O layout de 1978 a 1982 conta com uma organicidade na capa, ou seja, além do nome e dados do periódico, a capa contém um desenho e abaixo dele, as principais matérias daquele número¹⁶. Outra mudança ocorre na disposição das matérias e colunas do jornal, na edição de fevereiro/março de 1983. Esse layout se utiliza da última iconografia do “Hidro-Elétrico”, como pode ser observado nos anexos II e V, modificando a fonte da letra. Essa mudança ocorreu juntamente com a vigência de uma nova diretoria.

O “Hidrelétrico” pode ser considerado um marco na vida do periódico, visto que importantes transformações nos posicionamentos políticos da diretoria se evidenciaram ao longo das publicações, de modo que a lacuna ocorrida entre os anos de 1973 e 1978 revela essa mudança ideológica. Quando o periódico retorna em 1978, apresenta um novo caráter assim como um novo layout. Em um tom mais crítico, o novo jornal contém agora uma capa com a chamada das principais matérias e charges ou ilustrações que buscam ironizar a principal discussão que a publicação traz.

Se até o ano de 1973 o “Hidrelétrico” dialogava com o governo e com suas diretrizes assistencialistas, seu retorno em 1978 marca uma diferença significativa, visto o caráter combativo que adquire ao se articular amplamente com o ABC paulista no intento de reivindicar melhorias para a classe trabalhadora. Enquanto no início da década de 1970 o sindicato aqui investigado não travava lutas contra o governo e o capital, mas buscava o equilíbrio entre ambos, no final dessa década e no início da década de 1980 ele se torna bastante combativo no tocante às referidas lutas.

Acreditamos que o posicionamento presente nessas últimas fases do periódico sindical se aproxima do contexto mais amplo do período no Brasil, ou seja, do “novo sindicalismo”, conforme destacado por Eder Sader¹⁷, durante o período ditatorial. Desse modo, esse novo sindicalismo surge questionando a organização sindical vigente e atuando em defesa da plena liberdade sindical, da negociação direta com os patrões e do direito à greve, buscando superar também a perda de representatividade operária.

¹⁵ Anexo III.

¹⁶ Anexo IV.

¹⁷ SADER, Eder. Matrizes discursivas. In: **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Na terceira e última fase investigada por esta pesquisa, o periódico leva o nome atual do sindicato, Sindieletro, que entra em vigor a partir de julho de 1983, permanecendo até julho de 1990. De maneira geral, essa fase do impresso contou com poucas colunas fixas, discutindo mais amplamente através de matérias, o contexto social, econômico e político do período, ou seja, o processo de abertura política e redemocratização. Há nas matérias um destaque para a esfera política, ficando evidente a articulação que o jornal faz tanto no sentido de informar sobre os últimos acontecimentos nacionais e internacionais quanto para opinar acerca dos rumos tomados no país, além de buscar articular os trabalhadores às lutas e causas próprias do sindicato.

Quanto ao aspecto estético, o impresso “Sindieletro” é o mais organizado no que tange à disposição do texto ao longo das páginas. Todavia, em poucos anos, este transformou sua capa e seu layout algumas vezes¹⁸. Assim como na fase anterior, a tiragem do “Sindieletro” esteve entre sete e dez mil impressões por publicação. Por fim, o periódico do sindicato manteve doze mil tiragens, além dos boletins impressos concomitantemente.

Mais que os outros periódicos, o “Sindieletro” dispôs de maior publicidade em suas páginas, divulgando cursos de computação (Prodatel), bancos sociais (Banerj), casa de carnes e supermercados (Pão de Açúcar/Jumbo), óticas (Ótica Evangélica) e assistência médica e dentária (Clideme), de modo que todas esses serviços e empresas constam como conveniadas em tabela publicada pelo sindicato.

Nessa fase do periódico sindical, a interação com os leitores e associados parece maior, visto que é através do impresso que algumas pesquisas ocorreram, além do fornecimento de questionários na própria folha do jornal, que deveriam ser recortados e reenviados ao sindicato. No “Sindieletro”, propostas e acordos coletivos salariais foram melhor divulgados, sendo a principal questão abordada no impresso em muitos de seus números¹⁹.

Algumas discussões culturais e poéticas presentes nos periódicos anteriores praticamente desapareceram no “Sindieletro”. Todavia, um aspecto bastante instigante no jornal foi a presença da coluna “Nós, Mulheres”, redigida e organizada pela “Comissão de Assuntos Femininos” do Sindicato. A coluna abordou, de maneira geral, discussões acerca da condição feminina, da desigualdade entre gêneros no mercado de trabalho, da dupla

¹⁸ Observar anexos VI e VII.

¹⁹ As prestações de contas do sindicato também ocorreram algumas vezes. Essas prestações foram mais recorrentes no “Hidrelétrico” na década de 1970, visto que as publicações nesse período foram reduzidas drasticamente, diminuindo um dos recursos de comunicação do sindicato com os associados acerca das atividades desenvolvidas.

jornada enfrentada pelas mulheres, assim como publicou convites e discussões decorrentes de encontros nacionais de mulheres.

É possível traçar um breve histórico da participação feminina nos periódicos²⁰, visto que inicialmente a participação da mulher se restringiu à redação da sessão “Página Feminina” e de algumas poesias, enquanto que, no “Hidrelétrico”, essa presença se estabeleceu mediante a escrita de matérias propriamente políticas e trabalhistas²¹, principalmente por Maria Felícia da Rocha Macedo. Apesar da presença de algumas discussões em torno da condição feminina, tais questões só se estabeleceram realmente no impresso “Sindieletro”.

Nessa perspectiva, situadas uma década depois, a Comissão de Assuntos Femininos e a Comissão de mães permanecem nesse âmbito político, discutindo, todavia, acerca da cidadania feminina e de sua participação no mundo profissional, especialmente no que se refere à reflexão dos impactos e das dificuldades decorrentes da inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, essas comissões criaram meios de comunicação entre as sindicalizadas, proporcionando-lhes uma melhor articulação, o que contribuiu para a organização de debates e pautas de reivindicação propriamente femininas, conforme será discutido no segundo capítulo deste trabalho.

1.2. O diálogo entre duas esferas: a experiência feminina entre os âmbitos público e privado

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações no Brasil relacionadas ao processo de industrialização, bem como à imigração e à crescente mobilização da classe operária, principalmente nas regiões metropolitanas. Tais mudanças geraram um novo perfil populacional, como, por exemplo, uma presença feminina mais significativa tanto na cidade quanto no meio profissional. O período, marcado pelas políticas indigenistas no contexto de pós abolição da escravidão, buscou o embranquecimento da população brasileira, o que esclarece o fato de a maior parte da mão de obra feminina dessa época ser constituída por imigrantes europeias.

²⁰ É válido destacar que as publicações femininas, de maneira geral, encontram-se nas últimas páginas de cada edição.

²¹ Com exceção da coluna “Flashes Sociais”, da autoria de Adélia dos Reis Corrêa.

Segundo Margareth Rago²², mulheres e crianças constituíram a maioria do proletariado em atividade no Brasil no início do século XX, apontando a mão de obra barata e abundante como uma das justificativas dessa presença no contexto fabril. As mulheres constituíram juntamente com as crianças, cerca de 70% da mão de obra empregada nas indústrias de fiação e tecelagem, submetidas a uma extensa carga horária de trabalho, que chegava a até 14 horas diárias. Não bastasse isso, o trabalho feminino ainda era bastante desvalorizado e malvisto, de acordo com Matos e Borelli²³.

Diante da situação da indústria e do operariado nesse momento, é possível questionarmos o que ocorreu com a mão de obra feminina, que era expressiva, mas que depois diminuiu substancialmente. Nas palavras de Rago, “as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina”²⁴.

Nesse sentido, como aponta Rago, as elites intelectuais no início do século XX, temerosas por tal desinteresse e influenciadas pelas teorias de Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, buscaram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, visto que, diante das novas perspectivas de trabalho, elas poderiam optar pelas novas possibilidades de emprego e vivência.

Tais observações levaram, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas médias estavam certamente no centro dessas preocupações, sobretudo as jovens que iniciavam suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, pintoras, pianistas, mas também as trabalhadoras, mães dos futuros construtores da pátria, eram alvos do moralismo dominante²⁵.

Outros motivos que distanciaram a mulher do mundo do trabalho estiveram relacionados ao advento da urbanização, que criou uma nova dinâmica nas relações sociais e no modo de se viver. Com isso, o espaço público se tornou ameaçador para a moralidade das mulheres perante os problemas decorrentes da urbanização, como a violência e as epidemias.

²² RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

²³ MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

²⁴ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017, p.581.

²⁵ Ibid., p. 588.

Além disso, o processo de formação da identidade nacional fomenta, em certa medida, a valorização da maternidade, visto que é criado o perfil da “mãe-cívica” entre os anos de 1920 e 1930. A partir dessa figura, a mulher seria “a responsável por preparar, física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação”.

A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe, viver no lar, abnegadamente cuidando da família²⁶.

Segundo Matos e Borelli, a presença das mulheres no mercado de trabalho diminuiu substancialmente entre as décadas de 1920 e 1940, tanto pelos preceitos morais em torno do trabalho feminino e da legislação que o regulava quanto por outros fatores como as mudanças no processo de industrialização, que ampliou o desenvolvimento de atividades como a metalúrgica e de fundição, considerados trabalhos propriamente masculinos. Desse modo, apesar de menor a participação feminina no ambiente fabril, muitas mulheres continuaram trabalhando no ambiente doméstico, como o serviço de limpeza ou mesmo com alguma produção manufaturada.

As referidas autoras destacam ainda que a CLT de 1943 previa a “proteção ao trabalho da mulher” estabelecendo equiparação salarial entre homens e mulheres. Por outro lado, as mulheres foram proibidas de exercerem tarefas “inadequadas à sua capacidade física e/ou que colocassem em risco a saúde feminina”²⁷.

Foi também em 1943 que o trabalho feminino foi permitido sem a necessidade da aprovação do marido, contudo, tal norma só foi retirada do Código Civil com o “Estatuto da Mulher Casada”, de 1962. A partir dessa década, leis relacionadas a critérios de admissão também foram criadas, além da ampliação da licença maternidade sem prejuízo salarial e, posteriormente, já na década de 1980, foi criada a estabilidade para as gestantes.

A presença da mulher no mercado de trabalho voltou a crescer principalmente após a década de 1960, em um contexto de arrocho salarial e mediante a redução do poder de compra das famílias, fazendo com que as mulheres de classes mais populares migrassem do âmbito privado para o público em maior escala.

²⁶ Ibid., p. 592.

²⁷ MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 141.

As ações governamentais priorizaram a proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e os cuidados femininos do lar. Considerando o trabalho das mulheres fora do domicílio uma atividade provisória e/ou complementar ao trabalho exercido pelo chefe da família, tais ações, em geral, privilegiaram os homens em detrimento das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, quando a economia demonstrou necessitar da mão de obra feminina, o Estado e o patronato facilitaram sua incorporação ao mercado.²⁸

Diante da análise dos diferentes momentos do periódico sindical, identificamos uma série de publicações que dizem respeito ao mundo particular das mulheres. Elas consistem tanto em publicações mais remotas da década de 1950 nos famosos “anos dourados”, momento permeado por uma série de preceitos morais em torno da mulher, como também em publicações mais diversificadas nas décadas seguintes, período em que a mulher está mais amplamente inserida no mercado de trabalho.

Buscaremos responder neste item acerca do espaço dedicado nos periódicos para temas e publicações relacionadas ao corpo feminino, à vida familiar e ao gênero feminino. Ainda nesta perspectiva, analisaremos as representações construídas, ou seja, as ideias e os valores relacionados às mulheres, em diálogo com o contexto em que estão inseridas.

As primeiras publicações que se referem ao universo feminino estão presentes já no primeiro ano de existência do periódico “Hidro-Elétrico”, sob a autoria de Dorah Fernandino Vilela. Inicialmente, suas publicações surgem ocasionalmente nas colunas intituladas “Plumas” e “Felicidade”, presentes nas edições de número 8 e 9.

Todavia, Dorah Vilela teve seu espaço ampliado no jornal, uma vez que nas edições de números 10 e 11, contou com uma página por completo para divulgar seus conteúdos. Esse espaço, intitulado “Página Feminina²⁹”, tem o layout e a formatação distinta do restante do impresso. O título conta com uma fonte mais arredondada e com arabescos no início e final do título, transparecendo uma estética bastante delicada. A página foi publicada pela primeira vez em julho de 1957, que sob a justificativa da autora, tinha como objetivo “proporcionar às leitoras que, são operárias como eu, e que lutam ao lado de seus esposos, suando no rosto por dias melhores, alguns momentos agradáveis, através de uma leitura mais ou menos leve”³⁰.

²⁸ Idem.

²⁹ Anexo VIII.

³⁰ VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **O Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, out./nov./dez de 1957, n. 10, p. 3. Não obtivemos informações ao longo da investigação acerca dos postos profissionais ocupados pelas mulheres que participaram da redação do impresso ou mesma das citadas neste estudo.

Enquanto os outros redatores trataram de questões do âmbito trabalhista no impresso, a mulher se deteve a escritos que proporcionassem leituras “leves” e “agradáveis”, abordando então temas atribuídos ao âmbito feminino no período, como é o caso da poesia e da sensibilidade. Não sabemos como surge tal atribuição, ou seja, se ocorre espontaneamente ou através do pedido de algum diretor do sindicato.

Levando em consideração a totalidade da “Página Feminina” na edição número 10, observamos que a temática do trabalho se sobressai em uma poesia, a primeira publicação da página. Entretanto, as outras matérias abordaram assuntos mais prazerosos, ligados também a artigos de conhecimentos e curiosidades e à poesia, assim como sugeriu na coluna “Felicidade” algumas dicas para as mulheres.

Na edição número 11 do jornal “Hidro-Elétrico” a “Página Feminina” propôs mais publicações relacionadas à feminilidade, como em torno de temáticas como a amizade, a maternidade, a música, a poesia, e apenas na coluna “Felicidade” salientou questões em torno do trabalho.

Visto que o público alvo de Dorah Vilela é constituído por mulheres, podemos refletir acerca das ideias e preceitos que a autora acredita ser importante repassar para outras companheiras. Nessa perspectiva, destacamos a coluna “Felicidade”, que no impresso de número 10 propôs, segundo a visão da autora, alguns elementos para que as mulheres alcançassem a felicidade ou sua realização pessoal. Nesse sentido, encontramos os argumentos delimitados nas temáticas relacionamento, amor e autoconhecimento. Em caráter quase prescritivo, eram propostas

Algumas regras práticas: 1- Ter um passatempo útil: Por esse passatempo queremos dizer alguma atividade que se torne um refúgio protetor ao qual possamos recorrer quando as tempestades nos castigam demasiado. Um passatempo melhora a personalidade; 2- Desenvolver uma filosofia de vida: Uma vida sem filosofia é uma existência desordenada, sem plano nem objetivo, sem os conselhos dos ideais e da verdade; 3- Compartilhar nossos pensamentos: O companheirismo é essencial para a personalidade: Se uma pessoa vive demasiado com os seus próprios pensamentos, estes podem fazer-se explosivos e destruí-la; 4- Equilibrar a fantasia com os fatos: Sonhemos porque todos os seres humanos normais devem sonhar, mas equilibremos nossos sonhos com atos; 5- Amar sabiamente: porque a vida sem amor é vida sem luz.³¹

De maneira geral, a publicação fez sugestões ao mundo particular da mulher, propondo o desenvolvimento de sua personalidade, assim como sua melhoria, indicando a

³¹ VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **O Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, out./nov./dez. de 1957, n. 10, p. 3.

importância de manter objetivos, de se tornar uma mulher companheira e de concretizar seus sonhos em face de apenas idealizá-los. O fato de Dorah Vilela propor que as mulheres tivessem objetivos e uma filosofia de vida parece bastante promissor, assim como quando sugere que os sonhos devem ser acompanhados de ações, visto que parece recomendar às mulheres atitudes importantes para sua realização pessoal.

Por outro lado, na proposta número 5, a ideia do amor romântico é bastante central para o período em que a matéria está inserida, dada a importância da instituição familiar. Além disso, se Dorah Vilela aconselha em alguns momentos essa possível realização pessoal, ou seja, essa organicidade particular da mulher e de seu futuro, a autora desfecha suas propostas com a importância de ter alguém a quem amar, não propondo para a mulher a independência, mas sim o amor, enfatizando a sua importância.

A proposta de número 3 destaca-se por se aproximar de um preceito comportamental, tido que a histeria feminina não condizia com os verdadeiros valores femininos, como a paciência, a afabilidade e a doçura. Caso a mulher se distanciasse desses preceitos ao se irritar ou “explodir”, tais ações seriam prejudiciais para a relação com seu cônjuge.

Nesse mesmo sentido, a coluna “Felicidade”, também situada na “Página Feminina”, permaneceu apontando outras sugestões na publicação do impresso de número 11, aconselhando “outras fórmulas” que seriam:

1- Trabalhar com perseverança e firmeza; 2- Fazer planos para a velhice; 3- Achar prazer no trabalho; 4- Estudar e aperfeiçoar-se continuamente; 5- Praticar a religião; 6- Conhecer muita gente; 7- Ter passatempos para as horas de lazer; 8- Confiar mais no trabalho que na sorte; 9- Ser sincero com os amigos; 10- Amar profundamente alguém.³²

Podemos relacionar tais publicações às revistas femininas do período, que desenvolveram importante função ao estabelecer regras comportamentais e ao opinar acerca da juventude, da família, do casamento, da sexualidade, da felicidade e do trabalho feminino. A proximidade existente das publicações de Dorah Vilela – nas quais ela dá dicas a outras mulheres –, com as revistas diz respeito tanto ao formato da coluna, como também ao seu conteúdo.

A questão do amor, presente nas duas publicações da coluna “Felicidade”, sugere que uma vida sem amor é uma vida sem luz e propõe às mulheres que amem profundamente alguém. Segundo Carla Pinsky, “As mulheres vivem para o amor. Romantismo e

³² VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **O Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, jan./fev./mar. de 1958, n. 11, p. 3.

sensibilidade eram, nos Anos Dourados, características tidas como especialmente femininas, sendo que toda uma literatura estava disposta a alimentar esta inclinação”³³. Esse amor romântico, sobretudo, deveria existir mediante as leis da moral e da ordem, ser “domesticado” e nunca de maneira passional.

Como pode ser observado, em ambas as publicações, tanto o âmbito amoroso como o familiar estavam presentes. Essas duas temáticas se fizeram centrais na vivência feminina ao longo da década de 1950, e de acordo com Pinsky, a felicidade conjugal dependia fundamentalmente do esforço feminino para que a instituição familiar obtivesse sucesso. A felicidade, a educação dos filhos e os cuidados do lar eram tarefas delegadas à mulher, sendo tais concepções dominantes e constituídas enquanto os eixos principais para uma vida bem-sucedida.

A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como o instinto materno, a pureza, a resignação e a doçura. [...] Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação³⁴.

A autora afirma ainda que importantes transformações ocorreram no Brasil nos anos de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial e mediante o crescimento urbano e industrial. Nesse sentido, o acesso à educação, ao lazer e ao consumo se ampliaram, assim como as oportunidades trabalhistas e educacionais para ambos os sexos. Todavia, os papéis femininos e masculinos permaneceram distintos e bem definidos, buscando manter a mulher no âmbito doméstico e privado, enquanto a esfera pública seria propriamente masculina.

Entretanto, se nos detivermos nos tópicos 1, 3, 4 e 8, o tema “trabalho” se notabiliza, assim como a proposta de capacitação. Para Dorah Vilela, a mulher deve confiar mais no trabalho do que na sorte, deve tê-lo enquanto uma atividade prazerosa, além de achar importante o aperfeiçoamento contínuo. Após as dez dicas, ainda na coluna “Felicidade”, a autora adiciona um subtópico intitulado “O trabalho oferece segurança”.

As publicações permitem refletir acerca das aproximações entre os preceitos hegemônicos propostos nas revistas femininas, que condenavam o trabalho da mulher, às publicações de Dorah Vilela, que o recomenda, salientando seus benefícios: “muito longe de ser o trabalho uma maldição e um suplício, pode proporcionar-nos verdadeiro prazer e

³³ PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 618.

³⁴ Ibid, p. 608 e 609.

contribuir para a nossa felicidade. [...] Pela simples razão de que nos proporciona segurança para o dia de amanhã”.³⁵

Apesar de cada vez mais comum, o trabalho feminino ainda era visto de maneira preconceituosa. Se, por um lado, as tendências internacionais influenciaram o Brasil no que diz respeito à modernização e emancipação feminina, devido à participação das mulheres durante a guerra e mediante o desenvolvimento econômico, por outro, também sofreu influência das campanhas internacionais que pregavam o retorno da mulher ao lar e aos valores tradicionais após a Segunda Guerra Mundial

Entretanto, eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio³⁶.

As contribuições de Dorah não se resumem às duas publicações da “Página Feminina”, mas se estendeu até abril de 1958. A autora escreveu sobre a maternidade, a educação dos filhos e abordou em suas poesias as temáticas amor, imigração nordestina e trabalho. Ainda neste primeiro momento da imprensa sindical “Hidro-Elétrico”, algumas poesias se dedicaram a homenagear as mães, e com isso, criou significados em torno da figura materna, idealizando a figura feminina, conforme será abordado posteriormente.

Após pouco mais de uma década das publicações da “Página Feminina” de Dorah Fernandino Vilela, a sindicalizada Maria da Costa Lage, autora da matéria “Mulher casada”³⁷, discutiu questões acerca do trabalho feminino, da maternidade e do lar, que se aproximam das discussões promovidas por Dorah Vilela. Evidenciamos que Lage se encontra no segundo momento da imprensa do Sindieleito, ou seja, nos periódicos “Hidrelétrico”.

A matéria escrita por Maria da Costa Lage, nos parece bastante progressista, assim como outro artigo de sua autoria intitulado “Na Federação Nacional dos Sindicatos”³⁸. Não a consideramos feminista, o que pode ser evidenciado na terminologia por ela utilizada,

³⁵ VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, jan./fev./mar. de 1958, n. 11, p. 3.

³⁶ PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados..., op. cit., p. 624.

³⁷ LAGE, Maria da Costa. Mulher casada. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

³⁸ LAGE, Maria da Costa. Na Federação Nacional dos Sindicatos. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, mar./abr. de 1969, n. 4, p. 3.

como o uso corrente do termo “feminino”, dentre outros aspectos expressos pela autora ao longo de seu texto, como veremos a seguir.

Lage inicia a publicação se dirigindo à “mulher trabalhadora, assalariada, que, apesar do casamento, precisa de trabalhar”. Mesmo após uma certa distância dos “anos dourados” e da presença da mulher na vida pública, a autora parece se justificar, ao mesmo tempo em que estabelece sua condição social, visto que o casamento não parece lhe proporcionar o necessário para que permaneça no lar.

Outro fator apontado por Pinsky acerca das alegações contra o trabalho presentes nas revistas se refere à “perda da feminilidade e dos privilégios do sexo feminino – respeito, proteção e sustento garantidos pelos homens”³⁹. Mas e a realidade da mulher que não se enquadrava na mesma condição social das mulheres da classe média? A elas e às mães solteiras restavam o trabalho. Além disso, a autora afirma que as revistas recomendavam às mulheres que trabalhavam o permanente cuidado com a aparência, com a reputação e com as características próprias da feminilidade.

Sobre o preconceito em torno do trabalho feminino, Lage afirma na publicação sobre a existência de um “primitivismo de clã” entre as mulheres e destacou o tabu e a concepção de que a mulher foi criada para o lar, para os filhos e marido, “apesar de todas as emancipações femininas”. Além disso, evidenciou que

A mulher não trabalha por luxo. Ela tem sempre um motivo sério para sair de casa... Sai para o trabalho profissional, para o qual se habilitou e cuja realização faz parte integrante de sua personalidade; ou porque o orçamento doméstico é curto e sua ajuda é imprescindível para o equilíbrio orçamentário doméstico; ou porque o marido não “dá no couro” e ela precisa sustentar a casa; ou porque ela é o chefe da família e o seu trabalho é o meio de vida seu e dos filhos. Na maioria das vezes o trabalho profissional é um dever da mulher.⁴⁰

A autora revela dois pontos de vista, tanto partindo em defesa da mulher trabalhadora, como buscando justificar sua ausência no âmbito familiar. Ao argumentar sobre essa ausência, Lage lamenta o fato de ter que deixar os filhos em casa aos cuidados de outra pessoa e julga outras mulheres enquanto levianas caso saiam de casa para trabalhar sem “motivo sério”. Maria da Costa Lage parece justificar de diversas maneiras sua ausência no lar, como se houvesse um sentimento de culpa presente. Ao destacar que o trabalho feminino “sem motivo sério” seria insensato da parte da mulher, sugere que sua visão com relação ao

³⁹ PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 624.

⁴⁰ LAGE, Maria da Costa. Mulher casada. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

trabalho se aproxima da necessidade, distanciando-se então de uma visão do trabalho enquanto condição para a emancipação feminina, tão julgado pelos preceitos morais que permeavam a mulher e o trabalho perante a sociedade.

Lage também explanou sobre alguns deveres jurídicos enfrentados pelas mulheres perante o casamento, assim como abordou os direitos das mulheres que, naquele momento, estavam se efetivando “mais do que nunca”. Desse modo, comenta sobre o “Estatuto da Mulher Casada”, vigente a partir da Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, que previa o seguinte:

1º) a mulher está desobrigada pelas dívidas do marido. A metade dos bens que o casal possui é dela e no caso de uma penhora ou executiva contra o marido, ela não perde. O que é seu é seu. 2º) a mulher pode adquirir bens e deles dispor livremente, desde que os adquira com o produto de seu trabalho.⁴¹

Além das questões econômicas apresentadas por Dorah, de acordo com Matos e Borelli, foi “apenas com o ‘Estatuto da Mulher Casada’ que se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio”⁴².

Lage expressa entusiasmo e destaca a importância de a mulher manter seus direitos. Por fim, alega “nós, mulheres, honremos a nossa herança de econômicas, de boas administradoras e saibamos construir o nosso patrimônio para garantir o sustento e educação de nossos filhos e uma velhice tranquila para nós”⁴³. No caso, os direitos garantidos são de âmbito econômico e conjugal, contudo, o que se destaca na afirmação da autora, diz respeito à “herança de boas administradoras”, além da preocupação com os filhos. A questão da administração familiar foi outro tema constante para a mulher no contexto das décadas de 1950 e 1960, visto que as mulheres que contaram com uma educação escolar foram educadas mediante uma série de disciplinas que tinham como objetivo prepara-las para o âmbito familiar.

Maria da Costa Lage pertence a um tempo cheio de antagonismos, existente tanto pela pressão social para que a mulher permanecesse no lar, como da necessidade de muitas migrarem para a vida pública e profissional. Acreditamos que a dualidade presente nas afirmações de Lage está relacionada principalmente com o momento histórico no qual ela vivia e com a educação e criação que teve. Como o preconceito sobre o trabalho feminino

⁴¹ Idem.

⁴² MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 142.

⁴³ LAGE, Maria da Costa, op. cit., p. 2.

estava presente – fato que buscou ser por ela contestado –, ainda gerava certos impasses, que puderam ser observados em sua fala.

Em momento posterior à época em que Lage atuava no sindicato, já no início da década de 1980, as mulheres sindicalizadas, a partir da “Comissão de Assuntos Femininos”, iniciam a publicação da coluna “Nós, Mulheres”⁴⁴. A primeira coluna, com o título “Lugar de mulher é na cozinha?”⁴⁵, questiona justamente o fato de a mulher estar remetida ao âmbito privado, ao lar, afinal

Por muito tempo, esta foi a visão dominante em nossa sociedade. Hoje, porém, nós mulheres, começamos a erguer a cabeça e sair da cozinha, em busca de nosso espaço na vida do País. Começamos a nos integrar às atividades econômicas, sociais e culturais. Entretanto, há problemas concretos que dificultam esta integração, tais como discriminações, as mais diversas, preocupação constante com os filhos e a dupla jornada de trabalho. Essas questões, e muitas outras, precisam ser debatidas e solucionadas.⁴⁶

Nesse artigo, de autoria não identificada, argumenta-se que, apesar de ter sido dominante por muito tempo a visão de que as mulheres deveriam se restringir ao ambiente doméstico, naquele momento, de cabeça erguida, as mulheres estavam saindo da cozinha e ocupando o seu lugar perante a sociedade. Contudo, são mencionados os problemas que dificultam essa integração social, como a existência de discriminações contra as mulheres, “as mais diversas”, a maternidade e a dupla jornada de trabalho que, segundo a Comissão de Assuntos Femininos, eram problemas que precisavam ser debatidos e solucionados⁴⁷.

Outra publicação, de 1987, uma das poucas matérias em torno da temática feminina daquele ano, intitulada “O dia-a-dia da mulher de hoje”, reflete acerca do movimento feminista e de seus desdobramentos após a década de 1960. Nesse artigo, de autoria também não identificada, discute-se sobre o acúmulo de atividades pela mulher trabalhadora e a disparidade na divisão dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, pois

Ao homem coube a cômoda posição de unir a esposa “ideal”, segundo os velhos padrões de vida, ou seja, boa mãe, boa amante, ótima cozinheira, lavadeira, dentre outras tarefas domésticas, à mulher que chega em casa cada dia mais culta, mais bem informada, mais participativa da vida social e política do País, e que no fim do mês divide prazerosamente com ele as despesas. Tudo isso porque lhe foi imposto desde a infância que homem não pode ser completo, ou seja, solidário. Dividir as tarefas em casa chega mesmo a ser “vergonhoso”, sofre diversas pressões, quase sempre de pessoas menos esclarecidas. Seria necessário que se fizesse afinal um

⁴⁴ Ver anexo XI.

⁴⁵ Comissão de Assuntos Femininos. Lugar de mulher é na cozinha? **Hidrelétrico**. Nós, Mulheres. Belo Horizonte, fev./mar. 1983, n. 38, p. 4.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

movimento masculino para que se abrisse mão desses “direitos”, que na realidade são falsos e só servem para atropelar o desenvolvimento do ser humano e da nossa sociedade.⁴⁸

É interessante o modo como o artigo destaca, por exemplo, o mal que o machismo reverbera no próprio homem. Contudo, em tom irônico, a matéria destaca a necessidade de pôr um fim aos “direitos” egoístas desse homem, que foram constituídos socialmente. Esse mesmo tom fica evidenciado na publicação “Mãe, profissional, esposa, dona-de-casa e cidadã”⁴⁹, que evidencia as responsabilidades reservadas à mulher e à condição feminina, destacando que

A sociedade, de maneira geral, continua atribuindo à mulher a maior parcela de responsabilidade do cuidado com os filhos, na administração do lar e coisas afins. Profissionalmente, o reconhecimento quase nunca existe de maneira natural. A disputa é muitas vezes difícil e desigual, sendo o sexo um fator preponderante na escolha de candidatos a emprego e promoções em caso de empate por competência e experiência.⁵⁰

Matos aponta que ao longo da década de 1980 “uma revisão da imagem social da feminilidade” ocorreu dentre os movimentos de mulheres trabalhadoras, tendo em vista a transformação das relações entre a família e o trabalho. Segundo a autora, “Difundem-se novas propostas que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica”⁵¹.

De maneira geral, buscamos aqui apresentar algumas nuances que permeiam o processo histórico em torno das transições feitas pelas mulheres do âmbito privado para o público e vice-versa, o que se configura como uma condição social, pautada por interesses outros que não são propriamente os das mulheres, mas da sociedade e mesmo do capital.

Também foi possível constatar que, longe de ser um processo linear e marcado por algum tipo de “evolução”, a condição feminina teve, no período aqui abordado, uma trajetória marcada por importantes reflexões e debates impulsionados pelas próprias mulheres. Todavia, a questão particular ainda parece predominar em relação à esfera pública, acarretando às mulheres uma série de responsabilidades que a sociedade ainda insiste em designar como sendo apenas suas.

⁴⁸ O DIA-a-dia da mulher de hoje. **Sindieletro**. Belo Horizonte, janeiro de 1987, n. 59, p. 12.

⁴⁹ Comissão de Mães. Mãe, profissional, esposa, dona-de-casa e cidadã. É possível conciliar tantos papéis? **Sindieletro**. Belo Horizonte, maio 1989, n. 66, p. 4.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ MATOS, Maria Zilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

1.3. A condição feminina: o corpo, a maternidade e o cotidiano

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, legitimando o outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece. O corpo das mulheres não lhes pertence.

Michelle Perrot

Nesta parte do capítulo, busca-se apresentar um campo mais intimista e particular da vida das sindicalizadas. Apesar de ser uma esfera pouco abordada pelo periódico e por suas autoras, as temáticas em torno do corpo e do cotidiano foram evidenciadas em alguns momentos. Ainda aqui, serão analisadas algumas publicações escritas por homens, que escreveram e pensaram o ser mulher, que remeteram características à feminilidade, como também abordaram questões de cunho moral, as quais estavam relacionadas ao controle ou mesmo à subjugação do corpo feminino.

Nessa perspectiva, foi possível vislumbrar o “Hidrelétrico”, de modo que destacamos as publicações da coluna “Flashes Sociais”⁵², que circulou de novembro de 1968 a agosto de 1973, sob a autoria de Adélia dos Reis Corrêa.

O interessante da coluna é que a partir dela tomamos conhecimento de atividades das quais algumas mulheres sindicalizadas participavam fora do ambiente de trabalho. Além disso, apesar de compreendermos que se trata do olhar de Adélia Corrêa sobre as companheiras, este olhar não deixa de nos aproximar dessas mulheres e de alguns fragmentos de sua vivência.

Adélia Corrêa, por exemplo, destacou alguns fatos ocorridos com Maria da Costa Lage, assim como com outras mulheres que estavam se formando ou que tinham acabado de se casar. A vida em família é bastante valorizada e, com isso, revelada na coluna, de modo que a autora anuncia a chegada de muitos filhos de sindicalizados, assim como informa sobre

⁵² Ver Anexo IX.

as festividades no sindicato e viagens e conquistas dos trabalhadores em geral. Além disso, a coluna também informou algumas decisões da diretoria e os feitos de alguns dos seus membros.

No que se refere às publicações nas quais Lage foi destacada, ou mesmo Maria Felícia⁵³ e outras sindicalizadas, ficou evidente a maior inserção dessas mulheres no âmbito público, assim como a realização pessoal de algumas delas no que tange à vida profissional. Foi possível vislumbrar algumas realizações de Maria da Costa Lage, a independência de algumas mulheres, ao realizar viagens em virtude do trabalho e do sindicato, como é o caso de Maria Felícia, e perceber a ampliação da formação profissional das mulheres, tanto no âmbito técnico quanto no acadêmico.

Lage é exemplo dessa realização profissional, visto que foi anunciada na coluna “Flashes Sociais” a sua conquista do certificado de “técnica de administração”. Adélia Corrêa ainda destaca na publicação que Maria da Costa Lage estava “muito feliz por ter sido eleita, por unanimidade, PRESIDENTE da União Brasileira de Trovadores – Seção de Belo Horizonte”⁵⁴. A sindicalizada notabilizou-se por seu caráter intelectual e dinâmico, características estas, constituídas e apontadas por Adélia Corrêa, que apresenta

Maria da Costa Lage em quatro dimensões: A Poetisa, dos círculos artísticos e culturais, na Academia Municipalista de Letras saudando o Prefeito Souza Lima, [...] A cemiguiana, com Maria Felícia, Clélia Santos e Flashes Sociais [Adélia], tomando um chopp delicioso! ficando tão eufórica... A Acadêmica, entre os membros da Academia Mineira de Trovadores, [...] A Mamãe, com seu filhinho Noberto-Reno, misturando-se com a garotada na festinha natalina no Minas Tênis, correndo atrás do Papai Noel...⁵⁵

Maria da Costa Lage também publicou um livro, intitulado “O Espelho do Farol”, que, segundo Adélia Corrêa, foi solicitado por 21 universidades estadunidenses⁵⁶. Além disso, a sindicalizada foi a escolhida para saudar o filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em uma conferência sobre “Fenomenologia da Arte Literária”, durante a visita do filólogo à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais⁵⁷.

Lage, nesse sentido, é apresentada enquanto uma mulher multifacetada, na medida em que trabalhava, era mãe, empenhava-se profissionalmente ao buscar aperfeiçoar seu currículo, além de ter se destacado socialmente enquanto poetisa e trovadora. Como citado,

⁵³ A sindicalizada cumpriu importante papel no Sindieletro e foi/será melhor abordada no capítulo sobre liderança sindical.

⁵⁴ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. de 1968, n. 2, p. 2.

⁵⁵ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jan./fev. de 1969, n. 3, p. 2.

⁵⁶ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

⁵⁷ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, set./out. de 1969, n. 7, p. 2.

em meio a tantas tarefas, Lage também contava com momentos de lazer justo às amigas, ou companheiras de trabalho.

Adélia Corrêa revelou outros momentos como o do “chopp”, ocasião esta de sociabilidade entre as mulheres, de lazer e descontração, “A nossa querida, muito querida Consuelo Landim, com Ana Gomide, Clélia Santos e Flashes Sociais [Adélia], ocupando uma mesinha muito elegante na Lanchonete Nacional, em hora de muita poesia, música bonita e delicioso ‘chopinho’[...]”⁵⁸

Ademais, foi possível considerar que a autora de “Flashes Sociais” se dirigia e representava os sexos de maneira distinta, de modo que quando se referia ao sexo feminino, sempre elencava características como “encantadora”, “linda”, “sinônimo de doçura”, “meiga”, “suave”. Em determinado momento, a autora utiliza o adjetivo “erudito” para Antônio Geraldo Corrêa que estava se formando em Economia, todavia, ao se referir à Vânia de Lucca, recém-formada em Medicina, destacou a jovem devido à sua “bondade e charme, tornando-se por isto muito estimada [...]”⁵⁹. Ou seja, Vânia não é estimada por ser sábia, inteligente e esforçada, mas por ser bondosa e charmosa, características definidoras da feminilidade no período.

Outras ocasiões permearam a representação da imagem feminina nos periódicos, todavia a partir do olhar masculino, como se nota em alguns poemas publicados no “Hidro-Elétrico”. Tais publicações criaram uma série de significados em torno da figura feminina e da figura materna, além de construir discursos e constituir opiniões acerca do uso da pílula anticoncepcional e do controle de natalidade.

Dois poemas homenagearam o dia das mães, sendo o primeiro publicado no mês de maio de 1958, de autoria de Avellar⁶⁰, e o segundo publicado em maio de 1960, sob a autoria de Ghiaroni⁶¹, ambos no “Hidro-Elétrico”. Os autores constituíram a figura feminina e materna, mediante características já estabelecidas, sugerindo inclusive, comparações à Virgem Maria. A mãe, segundo Avellar, é aquela que vive de acordo com a felicidade dos filhos, enquanto Ghiaroni enfatiza os ideais maternos de pureza, bondade e amor.

Entretanto, a matéria que mais se destaca em torno do tema maternidade e também acerca dos métodos contraceptivos, a partir de uma visão masculina, encontra-se no primeiro ano do impresso “Hidrelétrico”, na publicação intitulada “A pílula, o Papa e o povo” de dezembro de 1968, que abordou os preceitos do médico Augusto Pires Alcântara, acerca do

⁵⁸ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, nov./dez. de 1969, n. 8, p. 2.

⁵⁹ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

⁶⁰ AVELLAR, I. Mãe. **Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, maio de 1958, n. 13, p. 3.

⁶¹ GHIARONI. Mãe. **Hidro-Elétrico**. Belo Horizonte, maio de 1960, n. 20, p. 3.

uso da pílula anticoncepcional. Em contraposição à opinião negativa do papa no que se refere ao uso do remédio, o médico saiu em defesa da pílula, orquestrando argumentos que refutaram os dizeres do Papa e, em seguida, buscando justificar seu posicionamento ao declarar os benefícios oferecidos pelo anticoncepcional, como o controle da natalidade.

Sobre o posicionamento do Papa, Alcântara opina: “O PAPA – Sua Santidade Papa Paulo VI merece de todo mundo o maior respeito. É, sem dúvida, digno de sua magnífica investidura. No caso da pílula, ele certamente não foi bem assessorado”⁶², e continua:

Escreveu com punhos de renda e pena de ouro e tinta irisada. Elevou-se acima da realidade de nossos dias, da VIDA DA HUMANIDADE. O POVO – Dizer, num artigo despretenso, para aqueles que vivem e lutam neste “vale de lágrimas” algo sobre o povo é muita ousadia. Estar em contato digno, como nós, com famílias cujo chefe ganha mal para o aluguel e dar o mínimo de alimento a seus seis, oito e mais filhos. A mulher doente, cheia de varizes, cansada de remendar e economizar o pouco que busca no armazém. Os filhos mal alimentados, às vezes doentes e chorões. O marido mal dormido com os resmungos das crianças e os gemidos da companheira. Descortinando um futuro que não pode ter esse nome, porque é uma calamidade em perspectiva⁶³.

Os argumentos de maneira geral, são voltados para benefício dos homens, visando principalmente a diminuição dos filhos. Como fica perceptível, não se trata, pois, de um discurso que propõe o anticoncepcional enquanto recurso libertário para a sexualidade feminina. De acordo com Perrot, “A livre concepção é provavelmente o acontecimento mais importante, o que mais abalou as relações entre os sexos, e começou a ‘dissolver’ a hierarquia entre eles”⁶⁴, isso porque o contraceptivo ampliou as possibilidades de escolha da mulher acerca da maternidade e pelo fato de a pílula conceder até certo ponto liberdade sexual para as mulheres, questão em relação à qual o autor deixa claro que é contra.

Segundo Del Re, “O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX. [...] É um ponto decisivo pois se trata da autonomia das mulheres. Exigindo que estas últimas possam ter o domínio da sua sexualidade”⁶⁵.

Nos parece que, para dar respaldo ao delicado assunto, no contexto em que é discutido, o homem e sua necessidade seriam justificativas mais plausíveis, visto que a

⁶² ALCÂNTARA, Augusto. A pílula, o papa e o povo. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. 1968, n. 2, p. 6.

⁶³ Idem.

⁶⁴ PERROT, Michelle. As mulheres no tempo da história. In: **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 141.

⁶⁵ DEL RE, Alisa. Aborto e Contracepção. In: HIRATA, H. [et al] (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

emancipação feminina mediante o uso do remédio não foi aceita, além de não ser uma condição bem vista naquele momento.

Além disso, a escolha de um médico para abordar o assunto nos pareceu bastante significativo por se tratar de um homem da área da saúde, o que daria certa credibilidade para a matéria perante os leitores, tanto pelo gênero do autor, quanto pelo cargo por ele ocupado. Evidenciamos a seguir sete pontos propostos por Alcântra acerca das justificativas do uso do contraceptivo, localizados em sua conclusão:

1- A pílula ou anovulatório é, hoje, um medicamento posto à prova em vários países de todo o mundo, sem riscos e com grande eficiência. Aprovado pelos peritos da Organização Mundial de Saúde (OMS); 2- Tem indicações em várias ginecopatias – doenças do sexo feminino – quer jovens adolescentes, senhora casada, em franca atividade sexual, como até na menopausa “passagem de idade”; 3- O Clero, por muitos de seus elementos mais categorizados, não faz restrição de seu uso; 4- Sua santidade não condenou o medicamento, apenas visou preservar as não casadas ou, pior, aquelas imaturas para o matrimônio, fizessem da pílula um escudo para atos que, do ponto de vista místico do Representante de Cristo em Roma, cometem pecado... 5- É necessário que aquelas mulheres que fazem uso do medicamento, façam, periodicamente – de 8 ou 12 em 12 meses – uma revisão (Check-up)? Essa revisão terá até a vantagem de surpreender, quando bem feita, o início de afecções de outros órgãos (coração, pulmão, rins, fígado, etc.) que não fora a pílula passariam despercebidas; 6- Só deve ser usada por senhoras casadas, com o assentimento do marido. 7- Se for pecado, nas condições acima referidas, eu assumo a responsabilidade, pois tenho certeza que Deus não me condenará por isso!⁶⁶

Os preceitos cristãos, presentes na mentalidade e na concepção de parcela significativa da população, parece permear as preocupações de Alcântra, ainda mais quando o Papa, principal voz da Igreja, opõe-se à contracepção. Além de argumentar acerca dos problemas enfrentados pelos homens e pelas famílias pobres, o autor buscou se basear também em justificativas do meio cristão ao apontar, como se nota item 3, a aprovação por parte de outras figuras significativas da Igreja.

A convergência entre a opinião do Papa e a opinião de Alcântra, diz respeito à evidente preocupação do mau uso que as mulheres poderiam fazer da medicação. Como é visível nos itens 4 e 6, era latente a preocupação com as moças solteiras, ficando claro quem poderia tomar a pílula: somente mulheres casadas deveriam e mediante a aprovação do marido. Nos itens 2 e 5, o médico traz pontos que são positivos para as mulheres, como a certa regularidade em que seriam submetidas à consulta médica e ainda o uso da pílula enquanto tratamento em casos ginecológicos.

⁶⁶ ALCÂNTRA, Augusto. A pílula, o papa e o povo. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. 1968, n. 2, p. 6.

Para o Sr. Alcântara, o anticoncepcional não se trata de um remédio, mas que, antes de tudo, é um alicerce para que a mulher tome decisões com relação ao seu corpo e à natalidade. O anticoncepcional seria o alicerce para os homens, senhores de suas casas, que estão cansados de trabalhar e de ter a responsabilidade de alimentar muitas bocas. É o exercício do poder patriarcal sobre os corpos das mulheres.

Os preceitos morais e os bons costumes pregavam a virtude e rígidos códigos para o comportamento feminino, que se constituía principalmente no que diz respeito à contenção sexual e à virgindade. Como aponta Pinsky, tida enquanto um selo de “honra e pureza feminina”, os valores atribuídos à virgindade permitiu o controle sobre a sexualidade das mulheres, garantindo tal domínio ao homem.

A discussão acerca da sexualidade nas revistas femininas era quase inexistente, assim como sobre a educação sexual. Nos artigos nos quais o tema era tratado, abordavam-no como uma obrigação ou função a ser cumprida, no caso, tanto o sexo quanto a maternidade. “As palavras ‘sexo’, ‘relações sexuais’, ‘virgindade’ e ‘educação sexual’ praticamente não apareciam nas revistas para mulheres”, por outro lado, os termos utilizados eram “familiaridades”, “intimidades”, “liberdades” e “aventuras”⁶⁷.

De acordo com a autora, as mulheres no Brasil só puderam utilizar a pílula anticoncepcional a partir da década de sessenta, quando sua venda foi iniciada, assim como sua difusão no país. Mesmo com tal popularização, podemos observar na publicação, em fins da década de 1960, as restrições assumidas pelos mais diversos segmentos da população, que buscaram tanto limitar como designar as mulheres que deveriam ou não utilizar o medicamento.

Se, por um lado, a presença da mulher no mercado de trabalho diminuiu, em parte, por intermédio da proteção que lhe era proporcionada pela Legislação Trabalhista, e também devido aos preceitos morais que fizeram com que a mulher se voltasse para o âmbito doméstico, principalmente a partir da década de 1920, sobretudo pela preocupação social em torno da maternidade e dos cuidados femininos no lar⁶⁸. Por outro, a difusão de métodos de controle da natalidade, como é o caso da pílula anticoncepcional, “possibilitou às mulheres escolher o número de filhos, diminuir e/ou postergar a maternidade, influenciando a entrada e permanência feminina no mercado de trabalho”⁶⁹.

⁶⁷ PINSKY, Carla B. *Mulheres dos Anos Dourados...*, op. cit., p. 630.

⁶⁸ MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. *Espaço feminino no mercado produtivo...*, op. cit., p. 142.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 143.

Foi em relação à maternidade, condição presente na vida de muitas mulheres, que a principal reivindicação das sindicalizadas se constituiu. A primeira matéria que aborda a questão inicia sua reflexão em torno das dimensões da vida da mulher, como o âmbito privado e das inúmeras atribuições que esta esfera lhe acarreta, como sua relação com o mundo do trabalho. A temática mãe-mulher é central e a reivindicação é clara: creche.

Em artigo de autoria não identificada, a hidrelétrica questiona-se “De que está precisando a mãe-funcionária da CEMIG?”. A resposta que se segue é “Antes de tudo, o direito de continuar sendo funcionária da CEMIG e de ser mãe e participar, não só dos meios de “reprodução”, mas também dos meios de “produção” do país”.⁷⁰

Evidenciando que as atividades desempenhadas pela mulher vão além da maternidade e do âmbito privado, a autora destaca que estas se ampliam à participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, aborda uma série de questões que impedem a mulher de trabalhar com tranquilidade, destacando que é “o velho sistema de trabalho duplo ou triplo da mulher, onde ela desempenha a difícil tarefa de conciliar o trabalho fora de casa com os serviços domésticos, além da guarda dos filhos”⁷¹. Ao constituir a situação na condição de um problema social, a hidrelétrica problematiza a questão da individualidade da mulher, que se empenha, estuda, faz planos, que luta para obter realização pessoal e, muitas vezes, perde seus empregos devido à maternidade, dada a falta de estrutura para o cuidado dos filhos.

A creche é a solução apontada pela sindicalizada, que se baseou no artigo 389 da CLT que previa que “em toda empresa com mais de 30 funcionárias maiores de 16 anos deve existir um local apropriado para a guarda e assistência, sob vigilância, dos filhos de suas empregadas”. A partir disso, a autora afirma que os empresários precisavam de se conscientizar e de cumprir a lei, visto que poderia ser benéfico para todos⁷².

É na intenção de ampliar o direito conquistado em 1981, que a Comissão de Assuntos Femininos permaneceu orquestrando em 1984, a partir da coluna “Nós, Mulheres”, a reivindicação em torno do reembolso à creche. Objetivando a organização das sindicalizadas para que fosse possível pleitearem em maior vantagem, a comissão feminina do Sindieleto havia distribuído um questionário para possibilitar a participação de mais mulheres na construção das reivindicações para a Campanha salarial do ano de 1984⁷³.

⁷⁰ QUEREMOS creche: dizem as hidrelétricas. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 3.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Comissão de Assuntos Femininos. “Nós, Mulheres”. **Sindieleto**. Belo Horizonte, out. de 1984, n. 45, p. 6.

A utilização do questionário pode ser compreendida enquanto estratégia utilizada pelas trabalhadoras⁷⁴. Nesse sentido, com relação aos formulários, cerca de 800 foram enviados e apenas 300 retornaram, o que parece um baixo envolvimento por parte das mulheres naquele momento. Os resultados obtidos apontaram que 49% das mulheres tinham filhos, e dentre elas, 75 utilizavam o auxílio-creche e outras 65 não utilizavam. Das trabalhadoras que utilizavam o auxílio, 45 compreendiam que o auxílio não contemplava suas necessidades, visto que o reembolso não era integral devido à idade de seus filhos. Para as outras 41 mulheres, o auxílio atendia suas necessidades, pois seus filhos estavam na faixa etária de até dois anos.

Naquela ocasião, a comissão decidiu por encaminhar duas reivindicações para a Cemig, solicitando o “reembolso integral e extensivo à criança de seis anos, inclusive para guardiã na própria residência” e a “criação de berçários nos locais de trabalho”. Das possibilidades oferecidas pelo questionário, sugestões e ideias foram levantadas, que nas palavras da comissão “permitiu saber o que pensa a mulher eletricitária, suas dúvidas, necessidades, e nos orientou no sentido de trabalharmos para responder a estas expectativas”.⁷⁵

Mais uma vez, em 1985, após conquistarem reembolso integral para crianças de até 05 anos, a comissão passou a se dedicar à campanha pelo reembolso do valor pago a guardiãs em casa, no caso, as babás. O falho sistema de creches comunitárias em cidades de interior, a impossibilidade de a mãe ver a criança no horário de almoço, o ato de retirar a criança de casa muito cedo e a possibilidade de essa criança contar com uma melhor infraestrutura em casa foram os argumentos utilizados pela comissão. Como estratégia para fortalecer a luta, a comissão convidou as trabalhadoras e mães a enviarem depoimentos e sugestões, na intenção de apresentar tais dados à empresa e sensibilizá-la para a causa.

Como podemos notar, distante de reivindicar melhores salários e cargos na empresa, a reivindicação em torno da creche se refere diretamente à responsabilidade dos filhos delegada às mulheres e à necessidade primeira por parte destas para ter tal demanda atendida. Podemos refletir que as mulheres até os dias atuais não têm a questão da creche solucionada,

⁷⁴ Além de formulários relacionados à creche, a comissão também levantou a possibilidade de discutirem questões acerca de pressões e discriminações presentes no ambiente de trabalho, mencionadas nos questionários. A comissão pontua que tais questões não eram genéricas e que estariam presentes em vários locais, “demonstrando que algumas chefias ainda não se adaptaram à presença da mulher no mercado de trabalho”. Um dado importante apresentado na publicação diz respeito à quantidade de mulheres que trabalhavam na Cemig naquele momento, cerca de 1300.

⁷⁵ Ainda pensando os formulários, a comissão comenta a possibilidade de ampliar as questões, no tocante ao atendimento nas creches, nos tipos de creche, sobre a visão da mulher em deixar seus filhos para ir trabalhar e quais seriam as propostas para tais preocupações.

visto que a falta desta ainda se constitui em um dos fatores que dificultam a inserção feminina no mercado de trabalho. A ausência de solução para essa questão social evidencia a permanência de um problema, que é a não aceitação por grande parte da sociedade da inserção da mulher na esfera pública.

No que se refere à condição social das mulheres, a coluna abordou mais de um posicionamento no campo das ideias. Se, por um lado, teve cautela ao abordar as questões propriamente femininas no âmbito sindical, buscando o favorecimento de todos os trabalhadores, por outro, abordou questões próprias do discurso feminista, como segue:

Os limites intelectuais e físicos que supostamente existem são produtos da evolução cultural e da submissão histórica de séculos. Tal bagagem cultural é pesada para mulheres e homens. Muitas vezes nos vemos reproduzindo o processo com os nossos filhos na medida que os educamos de forma diferenciada, procurando moldar nossas filhas unicamente para o papel de mães e donas-de-casa, para a docilidade e submissão, enquanto incentivamos nossos filhos a serem independentes e mostrarem força e coragem. A mulher não é naturalmente dócil, submissa, alienada, assim como o homem não é sempre forte e superior como querem nos fazer crer. É através do condicionamento social que assumimos estes papéis, que de certa maneira distanciam mulheres e homens, na medida que conferem a cada um, um mundo e campos de ação diferenciados. [...] Na realidade, nós mulheres, não queremos usurpar o espaço do homem, mas sim ocupar o nosso espaço no mundo, espaço este vago há muito tempo.⁷⁶

A visão da submissão da mulher com relação ao homem perante a sociedade, decorrente de uma visão machista, é negada pelo movimento feminista, que aponta que tal fator decorre de posicionamentos e compreensões construídas socialmente, e que se iniciam desde os primeiros anos, visto que mulheres e homens são criados de maneiras distintas, assim como são encaminhados ao longo de suas vidas para o desempenho de diferentes papéis e maneiras de ser, estando sujeitos a diferentes regras sociais e modos de agir.

Como pode ser observado, já na década de 1980 as mulheres sindicalizadas contam com outra visão de mundo, que muito se diferencia das primeiras publicações do Hidrelétrico, nas quais a presença da culpa por abandonar o lar se fazia extremamente presente, além da necessidade constante de parecer que, por fazer algo errado socialmente, seria necessário justificar e ter argumentos realmente contundentes para sair do âmbito doméstico. Aos poucos, e como veremos no segundo capítulo, mediante a influência das discussões feministas, as mulheres vão compreendendo as construções sociais que moldam suas vivências, assim como produzem significados acerca da condição feminina.

⁷⁶ Comissão de Assuntos Femininos. “Nós, Mulheres”: 1857/1985: 128 anos de lutas. **Sindieletro**. Belo Horizonte, mar. de 1985, n. 49, p. 6.

2- O mundo do trabalho: a mulher na vida profissional e sindical

2.1- Trabalho, liderança sindical e participação feminina: olhares políticos e posicionamentos

O impresso do sindicato dos eletricitários contou, no final da década de 1960, com uma participação expressiva de mulheres, ativas sindicalmente e na condição de escritoras que, envolvidas nas atividades desempenhadas pela instituição, destacaram-se nesse período principalmente pelo esforço em desenvolver as funções propostas aos sindicatos pelo governo durante a ditadura militar, assim como por lutar em prol das reivindicações da classe dos eletricitários na região central de Minas Gerais⁷⁷.

Evidenciamos, desse modo, as atuações das sindicalizadas Maria da Costa Lage, Adélia dos Reis Corrêa e Maria Felícia da Rocha Macedo, os nomes mais recorrentes nas páginas do “Hidrelétrico”, destacando a última citada, visto que entre as décadas de 1970 e 1980, presidiu o sindicato ao longo de três mandatos e permaneceu no posto por cerca de dez anos⁷⁸ até o período histórico compreendido como “Novo Sindicalismo”. A ocupação deste importante posto por uma mulher ao longo de tanto tempo em um sindicato majoritariamente masculino gerou uma série de questões em torno da figura de Maria Felícia e de suas concepções, posicionamentos e decisões políticas no tempo em que esteve à frente do sindicato⁷⁹.

Enquanto isso, Adélia Corrêa, a colunista de “Flashes Sociais”, publicou entre dezembro de 1968 e agosto de 1973 questões referentes à vida particular dos sindicalizados, além de divulgar momentos de sociabilidade entre os trabalhadores, ocorridos na sede do sindicato. No que se refere aos assuntos sindicais, Adélia Corrêa comunicou as bonificações conquistadas para a classe e, de modo geral, mencionou na coluna alguns acontecimentos de âmbito nacional, principalmente na década de 1970, nos anos do governo ditatorial de Médici.

⁷⁷ Salientamos que muito pouco é discutido a respeito da condição feminina no impresso “Hidrelétrico” entre dezembro de 1968 e junho de 1982.

⁷⁸ Esse período sofre com uma descontinuidade, de modo que Maria Felícia ocupou o cargo de Presidente entre os anos de 1970 e 1982 – 1970 a 1973; 1973 a 1976; 1979 a 1982 –, e o cargo de Vice-Presidente entre 1976 e 1979.

⁷⁹ Maria Felícia não abordou temas ligados à condição feminina, entretanto, compreendemos que ocupou o mais importante cargo do sindicato durante o período ditatorial, posto ocupado majoritariamente por homens, assim como outros cargos de chefia, aspecto decorrente da desigualdade de gênero e do machismo.

Ao anunciar eventos os mais diversos, a coluna “Flashes Sociais” possibilitou que nos aproximássemos, mesmo que de maneira sutil, de alguns fatos cotidianos ocorridos na vida das mulheres, como a existência de filhos, a conquista de diplomas de graduação e a ocorrência de algumas viagens a trabalho, além de momentos de lazer vivenciados pelas trabalhadoras. No caso da conclusão do ensino superior e das viagens a trabalho, consideramos um avanço feminino na esfera pública.

Maria Felícia foi uma dessas mulheres que viajou a trabalho, tanto em visitas técnicas às usinas hidrelétricas, como em cursos de capacitação sindical, o que será discutido mais adiante. As características profissionais de Maria Felícia foram as mais evidenciadas pela coluna de Corrêa, enquanto nada é informado acerca de seu mundo particular. Por outro lado, contamos com mais informações nesse sentido relacionadas a Maria da Costa Lage.

Podemos destacar Lage em virtude de seus escritos no “Hidrelétrico” – que apesar de ser um número reduzido, quando comparado com cerca de trinta publicações da autoria de Maria Felícia –, evidencia-se pelo caráter progressista que detém, no que se refere a temáticas que muito se aproximam com as discussões feministas do período, quanto à emancipação feminina e a presença da mulher no mercado de trabalho e na vivência sindical.

De maneira geral, pretendemos discutir a respeito dos embates promovidos por Maria Felícia, que envolveram tanto a Cemig quanto o governo, assim como as atividades desempenhadas pelo sindicato no decorrer de suas gestões. No que diz respeito às outras companheiras, que trataram tanto de assuntos políticos quanto trabalhistas, abordaremos a análise de seus discursos, assim como das tramas constituídas com as outras notícias e publicações presentes no periódico.

Destacamos que muito pouco sabemos a respeito do período entre o periódico Hidro-Elétrico e Hidrelétrico, visto que o impresso sofreu com uma interrupção de sete anos, entre dezembro de 1961 e dezembro de 1968⁸⁰. O que o site oficial do Sindieletro aborda quanto ao período investigado, elucida um movimento sindical que “viveu um momento de efervescência em suas lutas e organização” entre os anos de 1960 e 1964, principalmente em torno do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), organização que contou como Vice-

⁸⁰ De acordo com o site oficial do Sindieletro, houve um outro periódico, intitulado Kilowatt, que circulou entre 1956 e 1964, ano do golpe militar. Entretanto, esse dado se contrapõe a uma das fontes da pesquisa. Em artigo publicado em janeiro de 1957, Vianna parabeniza a gestão pelo jornal e relembra a existência do primeiro periódico, “O Kilowatt”, que esteve apenas sete meses em circulação. Todavia, não foi possível verificar a informação que consta no site do Sindieletro, pois não há nenhum acervo do Kilowatt no arquivo pesquisado, na sede do Sindieletro, assim como não foi encontrado também nas plataformas digitais, mediante busca nas principais hemerotecas. VIANNA, H. G., “O Hidro-Elétrico”, **Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, jan. de 1957, n. 2, p. 1.

Presidente, Delmyr Vilella, o então presidente do Sindieletro. Ainda de acordo com o histórico apresentado pelo site, devido à postura combativa do Sindicato e de seu dirigente,

O Sindieletro foi alvo fácil do golpe de 1964. O regime militar fez intervenção no sindicato e o presidente Delmyr Vilela teve de se esconder para não ser preso. A diretoria foi destituída e em seu lugar foi nomeada uma Junta Governativa Provisória. Ninguém pôde protestar, sob ameaça de prisão e tortura. Em Minas, 350 sindicatos, 22 federações de trabalhadores e seis confederações tiveram suas diretorias destituídas e substituídas por interventores.⁸¹

Apesar das informações apresentadas, é necessário ressaltar que a sessão de histórico no site do sindicato não apresenta a origem dos fatos apontados. Além disso, na primeira publicação do periódico após seu retorno em 1968, nada consta com relação à intervenção. Todavia, salientamos que as intervenções foram recorrentes nos anos da ditadura, uma vez que a proposta para os sindicatos nesse período foi voltada para o assistencialismo, na negação de um sindicato dedicado à atividade reivindicatória e combatente.

Esse caráter assistencialista foi latente nos anos em que Maria Felícia esteve à frente do sindicato dos hidrelétricos, dado que a instituição se envolveu com os projetos do governo militar, como o Projeto Minerva (voltado para a educação), o financiamento e a criação de cooperativas (para auxiliar a construção da casa própria dos sindicalizados), além da construção de uma sede maior (que serviu amplamente para o convívio social dos associados), e da inserção de atendimento médico e dentário na sede do sindicato.

Maria Felícia foi eleita entre outubro e dezembro de 1970, e sua vitória foi anunciada através da coluna “Flashes Sociais”. Perante a análise de todas as edições da coluna, na medida em que esse exame foi desenvolvido de forma articulada com as outras matérias e publicações do jornal, pudemos constituir uma trama histórica que compreende Adélia Corrêa na condição de eixo fundamental para a vitória de Maria Felícia, dado que, através da coluna Flashes Sociais, ela contribuiu substancialmente para a construção da imagem de Maria Felícia perante os sindicalizados, mesmo antes de sua candidatura à presidência do sindicato, visto que a publicação das matérias remonta a dezembro de 1968.

Como anunciado, o impresso sindical teve seu retorno no final da década de 1960, momento em que a ditadura militar se encontrava consolidada no Brasil, período também em que o AI-5 é decretado. De acordo com Badaró⁸², duas perspectivas são plausíveis para

⁸¹ SINDIELETRO. História. Belo Horizonte, [s.n.]; [s.d.]. Disponível em: <<http://sindieletromg.org.br/contents/historia>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

⁸² MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, 2008. O autor apresenta a historiografia que reflete o período anterior ao golpe, analisando a produção em três momentos: a partir da década de 1970, na ocasião dos 40 anos do golpe (2004) e na data que marcou 30 anos da morte de João Goulart (2006).

explicar o que ocasionou o golpe e que refletem sobre o período anterior a 1964. Tais hipóteses julgam que a causa estaria enviesada no modelo econômico dependente e na crise do populismo, que seria decorrente dessa dependência. Badaró discorre que o modelo econômico dependente seria o responsável por gerar uma intervenção, intencionando possibilitar a abertura do capital, o controle sobre os trabalhadores e seus salários. Já o problema com o populismo teria ocorrido pelo fato deste ter possibilitado a inserção das massas no âmbito político. Dialogando com Otávio Ianni, Badaró aponta que “Tal pacto (o populista) entrara em crise, pois as massas queriam ir muito além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões”⁸³.

Enquanto a década de 1970 é marcada pela visão abordada anteriormente, a década de 1980 contou com a contribuição de René Dreifuss, visto que este apresentou uma articulação entre as classes dominantes – setor civil e multinacionais – e os militares para a ocorrência do golpe. Um pacto realizado pelos três grupos teria resultado na constituição de uma visão negativa em torno de João Goulart e de seu governo. Nas palavras de Badaró, “Esse autor demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe”⁸⁴.

Napolitano⁸⁵, por sua vez, ao refletir acerca da memória construída sobre a ditadura, aponta que militares e liberais se tornaram sócios ao compactuarem para a concretização do golpe em 1964. O momento anterior ao golpe foi marcado pelas “reformas de base”, propostas por Jango, que divergiam em suma das propostas dos liberais. O golpe, a partir dessa perspectiva, decorreu da união desses dois sócios, liberais e militares, intercedendo diretamente no governo de Goulart⁸⁶.

Contudo, houve um apagamento da participação dos liberais na constituição do governo autoritário no país. Isso se deu a partir de um processo de ressignificação que ocorre no campo da memória. Napolitano ao dialogar com Rollemberg e Reis Filho, pontua que essa memória de 1964, ao selecionar alguns elementos, evidentemente excluiu outros, constituindo-se como uma memória hegemônica liberal-conservadora.

⁸³ Ibid., p. 246.

⁸⁴ Ibid., p. 247. Essa classe dominante pretendia instalar no Brasil as últimas bases para o pleno capitalismo, concretizando a “concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário”, o que, por outro lado, divergia em relação às reformas propostas por Jango.

⁸⁵ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, 2015.

⁸⁶ Segundo o autor, apenas no final da década de 1970 ocorre a ruptura entre liberais e militares, com críticas à ditadura (por parte dos liberais), visto que o governo nunca foi repassado ou mesmo dividido entre as duas categorias.

Retornando à reflexão proposta por Badaró, este aponta que, para Figueiredo, e diferentemente das análises que existiam até o momento, tanto a esquerda quanto a direita estavam dispostas a concretizar seus objetivos dentro dos parâmetros democráticos ou à custa destes. “Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas”⁸⁷.

Além disso, Aarão Reis demonstrou que foi no momento posterior ao golpe, no movimento de ressignificação da memória, que deram à esquerda um emblema de luta em prol da “resistência democrática”, em lugar de compreendê-la enquanto uma ideologia e projeto próprio de “revolução”. Todavia, Marcelo Ridenti discordou de Aarão Reis, ao defender que, por mais que não fosse o foco de alguns grupos resistir à ditadura (e sim concretizar uma revolução socialista), o resultado acabou sendo o de resistência.

Esse processo de ressignificação da memória em torno da esquerda, enquanto resistência à ditadura e em defesa da democracia, também perpassou pela experiência da instituição e das figuras analisadas e por grande parte dos movimentos sindicais no Brasil. Isso se evidencia principalmente com o retorno do periódico em 1978, configurado logo nas primeiras edições e a partir de um movimento comparativo do posicionamento da diretoria em momento anterior e posterior a esse período.

Como veremos adiante, a abertura para o capital estrangeiro ocorreu de maneira latente nos anos do governo ditatorial, o que contribuiu substancialmente para o chamado “milagre econômico”⁸⁸ durante o período. Além dessa contribuição no âmbito econômico, é possível vislumbrar a presença do estrangeiro na esfera política, visto que no presente trabalho poderemos observar a influência dos estadunidenses no sindicalismo brasileiro, o que visava a transformação das relações trabalhistas no Brasil.

Essa relação com os estadunidenses ocorre a partir da sindicalizada Maria Felícia, que esteve presente na diretoria do Sindieleiro desde 1967, primeiro no posto de 1ª Secretária. Em evidência ao longo de todo o periódico Hidrelétrico, tanto ao ser citada, como na condição de autora das principais matérias e capas publicadas pelo jornal, Maria Felícia

⁸⁷ MATTOS, Marcelo Badaró, op. cit., p. 250.

⁸⁸ Outra contribuição para o “milagre” foi o arrocho salarial decretado pelo governo e obedecido majoritariamente devido à proibição de greves durante a ditadura.

teceu críticas contundentes à empresa Cemig⁸⁹, apesar do contexto ditatorial no qual se encontrava.

O teor de parte dessas críticas relaciona-se diretamente com os posicionamentos e com as concepções de Maria Felícia, bem como com a formação política da sindicalizada, ocorrida no Instituto Cultural do Trabalho (ICT)⁹⁰. A primeira aparição de Maria Felícia no periódico ocorreu na coluna “Flashes Sociais”, na ocasião em que Adélia Corrêa nos informa sobre a presença da então 1ª Secretária, no “Curso Superior de Capacitação Sindical que [estava] fazendo em São Paulo, no Instituto Cultural do Trabalho.”⁹¹

Outra publicação da mesma edição, sob autoria da diretoria, abordou detalhes a respeito do curso, tais como o assunto e o motivo que levou Maria Felícia a participar do referido curso. A sindicalizada estaria “fazendo um curso mais profundo sobre “Trabalhismo Sindical”, premiada pelo seu grande sucesso no curso de Capacitação Sindical”⁹², realizado na sede própria do Sindieleto em Belo Horizonte⁹³.

Muitos foram os questionamentos em torno desse Instituto sobre o qual, apesar das menções frequentes em suas páginas, o periódico não oferece informações mais detalhadas.⁹⁴ Entretanto, de acordo com Larissa Corrêa⁹⁵, a criação do ICT ocorre em 1963 e tinha como meta se manter mediante doações e contribuições concedidas por entidades ou pessoas. A cidade para alocar a sede do instituto foi escolhida de maneira proposital, visto que havia uma forte presença do Partido Comunista do Brasil (PCB) em São Paulo. Para que o programa se instituisse, a autora destaca o apoio de autoridades estaduais de São Paulo. Além disso, estruturas semelhantes também foram criadas em países como o Chile e o Peru. A autora fornece ainda alguns elementos interpretativos que auxiliam na compreensão de algumas decisões de lideranças sindicais, destacando a importância de

⁸⁹ Não foi possível descobrir nesta pesquisa os postos ocupados por Maria Felícia, Adélia Corrêa, Maria da Costa Lage e outras sindicalizadas na Cemig. Apesar do acesso que nos foi concedido às atas do sindicato, nos detivemos em analisar apenas os periódicos impressos.

⁹⁰ Como é possível visualizar no Anexo X, Maria Felícia era a única mulher presente no curso de Liderança Sindical.

⁹¹ ADÉLIA. Flashes Sociais. *Hidrelétrico*, Belo Horizonte, nov./dez. de 1968, Ano 1, Número 2, p. 2.

⁹² NOTÍCIA. *Hidrelétrico*, Belo Horizonte, nov./dez. 1968, n. 1, p. 4.

⁹³ Podemos levantar a hipótese de que Maria Felícia se sobressaiu com relação aos outros participantes e por isso foi premiada com o curso em São Paulo, ou por esta ter demonstrado bastante interesse. Além disso, fica evidente a relação do sindicato com o ICT, visto que cedeu o espaço da própria sede para que o curso ocorresse.

⁹⁴ Muito pouco foi encontrado acerca deste instituto no primeiro momento da pesquisa. Foi na fase final da investigação que encontramos a tese “Disseram que voltei americanizado” de Larissa Corrêa, que esclareceu substancialmente a criação e os objetivos da instituição.

⁹⁵ CORRÊA, Larissa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas: Unicamp, 2013.

Observar o movimento sindical nacional como parte de uma história mais ampla, que ao mesmo tempo influencia e é influenciada pelas correntes ideológicas internacionais e pelas conjunturas externas, pode ser fundamental para se compreenderem determinadas escolhas das lideranças, seus discursos e ações.⁹⁶

O Instituto integrou-se a um plano internacional, o da “Aliança para o progresso”⁹⁷, originado nos Estados Unidos sob o governo Kennedy e iniciado em período anterior à ditadura militar, no governo Goulart⁹⁸. O programa estadunidense inspirado no *New Deal* e no estado de bem-estar social, buscava conter o comunismo na América a partir da difusão do sistema de regulamentação trabalhista e das condições de trabalho norte-americanas que mais do que bloquear o avanço comunista, ao almejar “americanizar” o sindicalismo brasileiro, também tinha como objetivo criar bases para a implantação do chamado “sindicalismo livre” e da democracia do livre mercado⁹⁹.

Após o ano de 1962, quando as autoridades norte-americanas já estavam convencidas de que não era possível ter Goulart como aliado, a AFL-CIO passou a fortalecer as alianças com setores da sociedade civil e militar, opositores do governo, empenhando esforços na preparação do terreno para a deflagração do golpe de Estado.¹⁰⁰

Nos termos utilizados por Hobsbawm, a bipolarização do mundo entre o polo soviético e o polo americano, no momento posterior à segunda guerra mundial, gerou uma divisão ideológica entre a proposta socialista e a capitalista. Outro fator a ser constatado é que se, por um lado, a Revolução Russa marcou o início do século XX e do tempo contemporâneo, apresentando para o mundo uma nova proposta de vida, diferente da oferecida pelo capitalismo. Outro decisivo acontecimento nessa perspectiva, foi o sucesso da Revolução Cubana – que triunfou em 1959 e teve seu caráter socialista declarado em 1961 – e seus desdobramentos, de modo que, o medo gerado com o avanço do comunismo

⁹⁶ Ibid., p. 28.

⁹⁷ Nas palavras de Corrêa, “preocupado em conter o avanço do comunismo nessas regiões, o governo Kennedy lançou o programa ‘Aliança para o Progresso’ que se tratava “de um projeto que oferecia assistência técnica e financeira aos países aliados, buscando o desenvolvimento econômico-industrial, por meio da educação de base, reforma agrária, melhorias nas condições de habitação e saúde, estabilização dos índices de inflação e programas cooperativos”. CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 4.

⁹⁸ Apesar de permitir que sindicalistas norte-americanos intercambiassem no Brasil, Goulart mencionou que os estadunidenses estavam fazendo intervenções diretas nos assuntos sindicais, o que o desagradou visto que havia permitido o programa “Aliança para o progresso” mediante pedido de cautela. CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 2.

⁹⁹ É interessante apontar um dos questionamentos feitos por Côrrea acerca da contradição presente nesses princípios de democracia e liberdade. Afinal, como uma instituição que pregava o sindicalismo “livre e democrático” podia ao mesmo tempo apoiar um regime ditatorial? CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 16.

¹⁰⁰ CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 18.

na América Latina após o incidente ocorrido na Baía dos Porcos foi um dos fatores que contribuiu para que os Estados Unidos desenvolvessem táticas para conter tal influência¹⁰¹.

A criação do ICT se insere nesse contexto de transformação das relações trabalhistas no Brasil e da cultura sindical, junto a IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), financiados pelo governo estadunidense e por grandes corporações desse país. O objetivo era difundir a proposta de um sindicalismo “livre e democrático”¹⁰², como nos moldes da AFL-CIO (Federação Nacional do Trabalho e Congresso de Organizações industriais)¹⁰³. Conforme destaca Larissa Corrêa,

Imbuído da missão de espalhar as sementes do sindicalismo “livre e democrático”, o IADESIL era a primeira das outras três organizações voltadas para o desenvolvimento da política internacional da AFL-CIO durante a Guerra Fria. No Brasil, além de bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas, o objetivo do IADESIL era promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de uma federação nacional de trabalho, nos moldes da AFL, apoiada e patrocinada por organizações internacionais. As negociações diretas com os empregadores deveriam substituir, de modo gradativo, o já consolidado sistema corporativista de trabalho.¹⁰⁴

É nesse sentido que a IADESIL lança o programa de educação sindical para que lideranças operárias e sindicalizados em geral pudessem difundir o modelo sindical norte-americano no Brasil. Desse modo, a organização de cursos, palestras e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos se constituiu enquanto importante dinâmica para que os objetivos estadunidenses se concretizassem. Além disso, Corrêa evidencia que, para isso, houve um amplo “apoio de setores anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro”¹⁰⁵.

As matérias que abordam os cursos do ICT ocupam em sua maioria a capa do Hidrelétrico, enquanto outras questões referentes à instituição encontram-se na coluna “Flashes Sociais”, que correspondem, ao todo, a 16 publicações. Salientamos que Maria

¹⁰¹ HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁰² De acordo com Corrêa, “diferentemente do sistema de regulamentação trabalhista brasileiro, nos Estados Unidos o modelo contratualista permite que os empregados se organizem como queiram, podendo formar, participar ou apoiar organizações de trabalho. Desse modo, eles podem se organizar em diferentes níveis, seja por fábrica, empresa ou ramo de atividade. Por fim, no princípio contratualista prevalece o caráter privado das negociações, incluindo a definição dos salários e as condições de trabalho. É esse conjunto de características do sistema trabalhista norte-americano, chamado de “negociação livre”, que se pretendia implantar no Brasil”. CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 16.

¹⁰³ A AFL-CIO é a maior central operária dos Estados Unidos e Canadá.

¹⁰⁴ CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 13 e 14.

¹⁰⁵ Idem.

Felícia foi responsável pela autoria da maioria delas, e que também aparecia nas publicações mediante citações, enquanto palestrante de algum dos cursos oferecidos.

A primeira publicação da autora em torno do tema ocorreu após o seu retorno do Curso de Orientação Sindical em São Paulo. A matéria se inicia com uma breve apresentação do ICT, abordando a necessidade da formação de líderes sindicais em diálogo com as novas dinâmicas de negociação entre o capital e o trabalho. Nas palavras de Maria Felícia,

Novos sistemas de negociações trabalhistas vem sendo introduzidas nas relações entre o Capital e o Trabalho, tornando cada vez mais imperiosa a formação de líderes sindicais realmente capacitados e esclarecidos, que possam fundamentar suas reivindicações em prol do trabalhador em termos elevados e justos.[...] Embora os Sindicatos, no Brasil, tenham surgido há mais de meio século, os problemas de direção sindical, até bem pouco tempo, vinham sendo negligenciados, ficando a liderança das categorias profissionais entregue aos líderes natos, conscientes de seus deveres mas com suas virtudes e qualidades não apurados e com suas deficiências para corrigir.¹⁰⁶

Como destacado, não se trata de criar um sindicalismo baseado em embates travados entre o proletariado e o capital, como propunha a vertente revolucionária da esquerda no Brasil, visando à concretização do socialismo, mas propiciar a existência harmônica entre o capital e o trabalho, mirando, como abordado por Corrêa, o progresso econômico e social.

Outra questão latente ao longo dessas publicações é a propagação de uma necessidade de “adestrar” o trabalhador sindicalizado a respeito de sua conduta. Nessa perspectiva, Maria Felícia enfatiza objetivo do ICT, que consistia em “cumprir um bem cuidado plano de educação que irá formar, a longo prazo, uma nova mentalidade no Brasil, inspirada nos princípios da livre iniciativa e da fé na força do trabalho organizado”¹⁰⁷.

Em outra publicação, os cursos do ICT são evidenciados, desta vez revelando informações como a quantidade de participantes do curso, um total de 25 trabalhadores¹⁰⁸ de diferentes categorias sindicais e associações, e a contribuição de Maria Felícia na condição de palestrante. Apesar de não informar o tipo de assunto abordado pela sindicalizada, sabe-se que as temáticas discutidas nos cursos trataram da “História do sindicalismo brasileiro, da estrutura e administração sindical, de assembleias-gerais, eleições

¹⁰⁶ MACEDO, Maria Felícia da R. Instituto Cultural do Trabalho. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jan./fev. de 1969, n. 3, p. 1.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ A quantidade média de participantes.

sindicais, previdência social, fundo de garantia por tempo de trabalho (FGTS), legislação trabalhista e justiça do trabalho”¹⁰⁹.

Na coluna “Flashes Sociais”, Adélia Corrêa promove a figura de Maria Felícia mais uma vez, retratando-a como uma “autêntica líder sindical”¹¹⁰. Em outro momento, a colunista divulga a participação de Maria Felícia no Seminário de Orientação Sindical, ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, “dando ótimas aulas sobre Previdência Social”¹¹¹. Além dessa temática, a sindicalizada demonstrou ter muitos conhecimentos no que tange a questões trabalhistas e trâmites burocráticos, além de discorrer em três matérias a respeito da história do sindicalismo brasileiro – que dialoga com os propósitos educacionais do ICT, visto que

Uma das observações destacadas era o fato de a entidade ter dado maior atenção aos cursos sobre direitos e leis trabalhistas brasileiras. Aprendizado que os analistas norte-americanos consideraram de extrema necessidade para que as lideranças sindicais soubessem e ensinassem as suas categorias a reivindicar aquilo que lhes era de direito em seu país.¹¹²

Em torno dos temas mencionados, há os cursos de “Orientação Sindical” e “Educação Sindical”, que se configuram enquanto diferentes modalidades oferecidas pelo ICT. O primeiro era responsável por preparar os sindicalizados como palestrantes e futuros líderes: “Os trabalhadores preparam-se, assim, para melhor orientar seus companheiros de labor, para ocupar, com maior eficiência, cargos de administração e representação sindical e terem as condições – que o momento exige – para dialogar com o Empregador e o Governo”¹¹³. Já os cursos de “Educação Sindical” eram organizados em forma de seminário e voltados para a educação do trabalhador e para assuntos que lhes seriam importantes¹¹⁴.

Os cursos informados pelo periódico ocorreram entre os anos de 1968 e 1970, de modo que 9 cursos foram anunciados ou comentados através das publicações do *Hidrelétrico*. Quanto aos locais, os cursos ocorreram em Belo Horizonte, no Sindieleiro (Sindicato dos Hidrelétricos), bem como na Associação dos Comerciários e no Sindicato dos Metalúrgicos, na cidade de Governador Valadares e em Juiz de Fora. Uma das publicações

¹⁰⁹ SEMINÁRIO de educação sindical. *Hidrelétrico*, Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p.1.

¹¹⁰ ADÉLIA. Flashes Sociais. *Hidrelétrico*. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

¹¹¹ ADÉLIA. Flashes Sociais. *Hidrelétrico*. Belo Horizonte, jan./fev. de 1970, n. 9, p. 2.

¹¹² CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 261.

¹¹³ HIPOPÓTAMO. Cursos de trabalhadores, para trabalhadores mineiros. *Hidrelétrico*, Belo Horizonte, jul./ago. de 1969, n. 6, p. 1.

¹¹⁴ Conclusões que foram possíveis após analisarmos as dinâmicas apresentadas pelas fontes em cada tipo de curso.

anunciava que o ICT, preparava para o ano seguinte (1971), cerca de 14 cursos em 12 cidades de Minas Gerais¹¹⁵.

Outra modalidade existente, proporcionada pelo ICT e pelo IADESIL, refere-se ao intercâmbio de sindicalistas Brasileiros para o Instituto *Front Royal* no Estados Unidos e na cidade de Cuernavaca, no México, ambos voltados para a formação sindical de latino-americanos. Nessa perspectiva, aponta-se que em julho de 1969 a Embaixada Americana no Rio de Janeiro esteve no Sindieleiro, encontro este que se desdobrou em um convite a Maria Felícia para que esta participasse de um Curso de Jornalismo em Porto Rico e Nova York.¹¹⁶

Todavia, por se tratar de período eleitoral no sindicato, Maria Felícia recusa o convite e é eleita naquele mesmo ano presidente do Sindieleiro. Além de ocupar a presidência, a sindicalizada permanece participando dos cursos do ICT na condição de palestrante, até que em junho de 1971, Adélia Corrêa anuncia a participação de Maria Felícia no intercâmbio, específico para o gênero feminino,

E a nossa querida Maria Felícia viajando ao México e aos Estados Unidos da América do Norte, onde participará, no período de 29 de junho a 3 de agosto de um Curso Avançado de Treinamento Sindical para mulheres latino-americanas, com todas as despesas de viagem e estada custeadas pelo Instituto Americano Para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre – IADESIL. O Curso será dividido em dois períodos: um no México, na Universidade de Guernavaca [sic] e outro nos Estados Unidos, no Instituto de Front Royal, com viagens de estudo a Washington e Nova York...¹¹⁷

Buscando aumentar a influência do ICT em sindicatos maiores, Larissa Côrrea aponta que “nos últimos anos da década de 1960 e início de 1970, o IADESIL enviava anualmente uma média de 12 sindicalistas brasileiros para estudar no Front Royal”, escolhendo “dirigentes considerados bons estudantes, pertencentes às entidades mais influentes no movimento sindical urbano”¹¹⁸ em detrimento de sindicalizados procedentes de instituições menores.

É possível vislumbrar que os cursos de que Maria Felícia participou tornaram-na uma líder ponderada. Enquanto presidente, Maria Felícia se posicionou ao lado dos trabalhadores, de maneira que teceu uma série de críticas à Cemig. Todavia, o que prevaleceu foi seu caráter negociativo, em busca de conquistar o possível para sua categoria. Exemplo de tal afirmação ocorre em matéria redigida por Maria Felícia, ocasião em que afirma que a CEMIG, naquele

¹¹⁵ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Cursos de sindicalismo para trabalhadores brasileiros. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./fev. de 1970, n. 9, p. 6.

¹¹⁶ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./jul. de 1970, n. 11, p. 2.

¹¹⁷ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./ago. de 1971, n. 15, p. 2.

¹¹⁸ CORRÊA, Larissa, op. cit., p. 262.

momento, estava praticamente obrigando seus funcionários a optarem pelo FGTS, o que desagradou grande parte dos funcionários. Como pode ser evidenciado abaixo, aqueles que não haviam obtido a estabilidade até aquele momento não tiveram outra opção senão optar pelo FGTS.

Nós, que trazemos o estigma bíblico da condenação ao trabalho, à conquista do pão com o suor do rosto, maldição que ora cumprimos nas Centrais Elétricas de Minas Gerais, vimo-nos, no começo da década dos 70, da cibernética e dos voos interplanetários, diante do ABSURDO: a obrigatoriedade de optar pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço!¹¹⁹

E em um tom não muito amigável, a sindicalizada continua,

A presunção de que o empregador sabe melhor do que o empregado o que lhe convém – um dos argumentos usados e portanto uma falsa tutela patronal, veio colocar a Diretoria da empresa na posição daquele pai de família que dava ao genro o direito de se casar com qualquer de suas filhas contando que fosse com a Maria. [...] Que o novo regime veio desafogar as empresas é fato incontestável, pois acabou, em boa hora, com a praga das responsabilidades trabalhistas em potencial. No entanto, adotar como regra única para o jogo – F.G.T.S ou RUA, para os empregados não estáveis e admitidos antes da vigência da nova Lei é tripudiar sobre o direito de escolha que a mesma Lei lhes reservou: F.G.T.S. ou estabilidade.¹²⁰

Sem muitas críticas ao regime, a sindicalizada parece concordar com a atitude do governo ditatorial ao decretar o fim de algumas responsabilidades trabalhistas. Contudo, Maria Felícia não mediu esforços para discordar da atitude tomada pela empresa e até pelo próprio governo. Em uma crítica à empresa, expressou-se nos seguintes termos:

Quem vive nos bastidores, como eu, sentiu bem a aflição desses companheiros de luta: houve muita crise hepática, muito ciclo menstrual alterado, crises nervosas e choro incontrolável e esquecimento total das regras de civilidade, em manifestações verbais inconfessáveis, contra a inimiga do seu direito de pensar que ia tomando um corpo e uma personalidade própria – “o monstro”: a Diretoria. Se a Diretoria fosse um ser provido de duas orelhas, como nós, por certo estaria com ambas fervendo, até hoje.¹²¹

¹¹⁹ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Cutucando a onça com a vara curta. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, abr./mai. de 1970, n. 10, p.4.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem. Acerca da questão abordada em torno do FGTS, verificou-se, segundo pesquisa realizada no site do Senado Federal, que a partir de 1º de janeiro de 1967, passava a vigorar o Fundo de Garantia por tempo de serviço. O objetivo do então ministro do Planejamento, Roberto Campos, era tornar mais fácil a demissão de trabalhadores e financiar a construção de imóveis. Para que fosse possível efetivar o fundo, o governo tornou “letra morta” duas leis da CLT, ou seja, desconsiderou-as. Uma delas previa a indenização de um mês caso o funcionário fosse despedido sem motivo (mediante um ano trabalhado), e a outra lei previa estabilidade no emprego do setor privado, após dez anos de serviço em uma mesma empresa.

Apesar de parecer bastante incisiva em alguns momentos, em outros a sindicalizada parece recuar diante de suas afirmações. Isso ocorreu na matéria em que Maria Felícia expôs a Cemig por não pagar a bonificação anual “Maria Rosa”¹²². Após uma tentativa de negociação na Delegacia Regional do Trabalho, com a presença de representantes da CEMIG e do Sindicato, o advogado da empresa se recusou a fazer qualquer acordo com a gratificação reclamada, mas prometeu, naquele momento, uma gratificação a ser paga em janeiro, sem valor especificado.

Com relação à promessa, Maria Felícia responde “De voto em voto, acabaremos votando à CEMIG todos os nossos direitos”¹²³. Acreditamos que, por se tratar de um momento político complexo para a estrutura sindical e ao mesmo tempo perigoso, Maria Felícia recua no tom anteriormente empregado, afirmando,

Que a Diretoria da CEMIG não interprete este despretensioso artigo como uma irreverência acintosa à autoridade maior. É apenas um protesto do órgão que representa os hípo-suficientes, a parte economicamente mais fraca – os trabalhadores – contra a arbitrariedade do mais forte, do todo-poderoso – o Patrão.¹²⁴

Em outra ocasião, noticiaram através da coluna “Flashes Sociais” um convênio entre o sindicato e a Caixa Econômica Federal, de um empréstimo oferecido pelo governo aos trabalhadores¹²⁵. Contudo, na reportagem seguinte, atualizam as informações em torno desse empréstimo, visto que comunicaram para a diretoria do sindicato que o valor deste mudou, ou seja, diminuiu.

Nesse sentido, Maria Felícia, que havia ouvido do próprio Ministro do Trabalho em uma reunião sobre os empréstimos, parece lamentar a mudança e se diz desconfiada com as explicações que lhe foram dadas a partir de uma ligação por telefone. Felícia demonstrou bastante insatisfação, uma vez que o Ministro Júlio Barata ordenou que os dirigentes sindicais oferecessem os empréstimos:

No entanto, quando o Sr. Ministro Júlio Barata reuniu os Dirigentes Sindicais de Belo Horizonte no SESC, para uma entrevista coletiva sobre o assunto e, diante das dúvidas e dos argumentos levantados, esticou o furo-bolos, balançou-o em nossos narizes e gritou: ‘Cumpra-se a Lei!’ – murchei as orelhas, reuni a Diretoria e deliberamos cumpri-la. E foi assim que, no

¹²² Essa bonificação é muito citada ao longo do periódico e esteve vigente até o início dos anos 2000. Segundo jornalista do Sindieletro, conta-se uma história de que o nome da bonificação se refere ao nome de uma secretária muito bonita que trabalhou na Cemig. Todavia, não houve investigação de nossa parte acerca da bonificação.

¹²³ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Mais uma estória de gratificação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, out./dez. de 1970, n. 13, p. 1.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./mar. de 1971, n. 14, p. 2.

dia 15 de fevereiro, demos entrada ao Processo na Delegacia Regional do Trabalho, com 530 pedidos de empréstimo na mais perfeita ordem.¹²⁶

Os empréstimos participaram das diretrizes do Decreto nº 67.227, que previa uma política de valorização da ação sindical. Ao se referir ao então Presidente da República, Médici, Maria Felícia diz estar certa das intenções do presidente, mas que isso não era o bastante, pois, nas palavras dela, era preciso

(...) antes de tudo, que seus Assessores, também cumpram a Lei. De nada valerá se nós, Dirigentes Sindicais, cumprirmos nossas atribuições e os homens do Governo, nos quais confiamos e dos quais dependemos, continuarem omissos. Enquanto assim for, o Presidente da República estará, involuntariamente, preconizando não uma política de valorização da ação sindical, mas a desmoralização, da desvalorização total das Entidades de Classe. E com isso, não podemos concordar.¹²⁷

Aqui, Maria Felícia não nos parece omissa e mediadora, mas deixa nítido sua insatisfação e seu posicionamento enquanto trabalhadora e dirigente sindical diante do governo. Por outro lado, o periódico como um todo buscou dialogar com o governo ditatorial. Alguns exemplos disso são: o uso de termos como “O governo revolucionário do presidente Médici”¹²⁸, os concursos patriotas oferecidos pelo Sindicato¹²⁹ e algumas medidas do governo exaltadas e divulgadas através de publicações da coluna “Flashes Sociais”¹³⁰, de modo que todas as questões citadas se localizam no período da ditadura compreendido como “os anos de chumbo”.

Se, por um lado, o impresso do Sindieleito parece inofensivo diante do governo militar, visto que inclusive teve seu periódico elogiado e apresentado no ICT enquanto modelo a ser seguido¹³¹, assim como desenvolveu uma série de projetos propostos pelo

¹²⁶ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Govêno modifica tabela de empréstimos. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./mar. de 1971, n. 14, p. 7.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Os caminhos do sindicalismo brasileiro. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 3. Termo utilizado em momento que os impressos reduziram a quantidade de edições anuais.

¹²⁹ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Relatório das principais atividades da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidrelétrica de Belo Horizonte. durante o ano de 1970. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1971, n. 15, p. 5 e 6; _____. Relatório das Principais Atividades da Diretoria durante o Ano de 1971. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 4. _____. Relatório das principais atividades da diretoria durante o ano de 1972. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, agosto de 1973, n. 17, p. 3, 4.

¹³⁰ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, ago./set. de 1970, n. 12, p. 2; _____. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1971, n. 15, p. 2.

¹³¹ ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./fev. de 1970, n. 9, p. 2.

governo, por outro lado, refletiu em torno das intervenções nos sindicatos e do caráter patronal por parte do estado¹³².

Todavia, como mencionado, um dos projetos desenvolvidos pelo sindicato se relaciona à educação, visível na matéria de capa “Na década da educação”¹³³, de autoria da presidente Maria Felícia. Na matéria, discute-se um projeto que estabeleceram no sindicato em estreito diálogo com os planos do então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Nos termos desse projeto, o colégio sediado no sindicato buscou promover os cursos supletivos de primeiro e segundo grau, como também o curso preparatório para o vestibular. As vagas eram destinadas aos familiares dos trabalhadores sindicalizados do Hidrelétrico, e as vagas remanescentes eram oferecidas aos sindicatos próximos. O valor cobrado era simbólico, visto que o Sindicato não lucrava com a escola, mas visava apenas arcar com os custos.

Uma informação relevante, presente na matéria, é o modo como a aula do curso supletivo do primeiro grau ocorria, “ministrado, com excelentes resultados, por um Rádio-Posto registrado no Projeto Minerva”. Esse projeto é considerado o maior projeto de ensino a distância através da radiodifusão durante o período da ditadura militar. As rádios eram obrigadas a transmitir em horário determinado as aulas através de seus canais, visto que a população em geral da época era bastante adepta ao rádio – para muitos o único meio de comunicação de massas a que tinham acesso – e que, para o governo, o projeto era de baixo custo. Desse modo, cartilhas eram entregues aos alunos para acompanharem as aulas, e um monitor ficava presente nas salas onde ocorria a transmissão para tirar dúvidas.

Além do colégio sediado no sindicato, um posto médico e dentário também fez parte das ações desenvolvidas pelo sindicato em diálogo com o governo ditatorial. Em matéria de capa que anuncia a inauguração do posto dentário do Sindieleiro, a então presidente Maria Felícia afirma que

O novo sistema político que vigora no País desde a Revolução de 1964 determinou uma nova linha de comportamento para os dirigentes sindicais. Até aquela época, eles se preocupavam, primordialmente, com as questões salariais e política – assuntos definitivamente afastados da tônica sindical, a partir de março de 1964. Passados os tempos ingratos das intervenções determinadas pela Revolução, os momentos de perplexidade e desânimo e a fase difícil de adaptação ao novo regime, de oneroso preço para os sindicatos de trabalhadores, os dirigentes de classe foram obrigados a voltar sua atenção para a assistência direta aos associados, quer na área da saúde,

¹³² MACÊDO, Maria Felícia da Rocha. Os caminhos do sindicalismo brasileiro. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 3.

¹³³ MACÊDO, Maria Felícia da Rocha. Na década da Educação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 1.

ou no setor educacional e recreativo. O Sindicato dos Hidrelétricos não poderia fugir às novas diretrizes governamentais. Nosso objetivo tem sido o de lutas pelo desenvolvimento, pela integração e, sobretudo, pelo bem-estar do trabalhador. Reconhecemos, houve um período em nossas vidas, em que a corrupção, servindo de porta-estandarte do desenvolvimento e deformando as reivindicações populares, tentou implantar no País o desgoverno total. Não se pode negar este quadro do passado, cujas consequências sofremos até hoje, na nova realidade representada pelo Brasil dos dias atuais. Em nossas realizações, não trabalhamos sozinhos: contamos, não só com o apoio maciço de nossos associados, que em boa hora compreenderam nossos objetivos, mas, também, da Indústria e do Governo. Aliás, a meta do Governo é a valorização do homem, a ser atingida pelo esforço coletivo, pela harmonia entre o Capital e o Trabalho, fundamento da paz social.¹³⁴

Nessa matéria, localizada na última edição do *Hidrelétrico*, em 1973 – visto que depois dessa publicação o jornal só retornou em 1978 –, Maria Felícia evidencia que, mais do que pleitear melhores salários, o que segundo ela, era a principal reivindicação dos sindicalistas antes de 1964, a função dos sindicatos após a “Revolução”, seria a de “voltar sua atenção para a assistência direta aos associados, quer na área da saúde, ou no setor educacional e recreativo”. Diferente de seus posicionamentos anteriores, seu discurso parece mais voltado ao governo que aos trabalhadores. Além disso, uma contradição presente diz respeito justamente à questão do salário, uma vez que a dirigente sindical, como visto anteriormente, recorreu junto ao sindicato em busca do recebimento da gratificação “Maria Rosa”. Todavia, seu discurso em torno do equilíbrio entre capital e trabalho prevalece, ponto de vista remanescente de seus cursos de educação sindical.

Nesse momento, convém destacar a discussão presente na obra de Maria Helena Moreira Alves “Estado e Oposição”, que discute sobre as atribuições do governo ditatorial em relação aos sindicatos, ou seja, um pacote de medidas assistencialistas. Segundo Alves,

O Ministério do Trabalho deu início a um programa de “renovação sindical” destinado a ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos, impondo a suas burocracias a tarefa de mediar entre o Estado e a classe trabalhadora. Estipula a Consolidação das Leis do Trabalho que os sindicatos devem “colaborar com o governo central”. Tal colaboração é assegurada pelo mesmo código ao autorizar o ministério a cobrar dos sindicatos impostos compulsórios sobre os salários, que lhes são em seguida redistribuídos. As percentagens a serem gastas em funções específicas podem ser fixadas por lei. Pelo novo programa, eram elevadas as percentagens destinadas a tratamentos médicos e dentários e a programas permanentes de educação, ficando os sindicatos obrigados a assumir cursos sociais com que o Estado de Segurança Nacional já não queria arcar.¹³⁵

¹³⁴ POSTO Dentário Mucuri. *Hidrelétrico*. Belo Horizonte, agosto de 1973, n. 17, p. 1 e 2.

¹³⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. O sindicalismo na oposição. In: *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 119 e 120.

Todavia, Maria Felícia parece não manter um discurso homogêneo, visto que em alguns momentos seu posicionamento parece se distanciar do caráter paternalista que o governo parece proporcionar aos sindicatos. Se, por um lado, a sindicalizada parece dialogar com o governo ditatorial¹³⁶, como apontado através das atividades desenvolvidas durante seus mandatos no Sindieleto, por outro lado, mantêm-se ao lado dos trabalhadores e em defesa destes.

A quantidade de publicações entre os anos de 1971 e 1973 reduziu drasticamente com relação à periodicidade anterior¹³⁷. Entretanto, a interrupção nas publicações do impresso e seu retorno marcam uma importante transição, tanto no que se refere ao posicionamento do sindicato diante da conjuntura – em amplo diálogo com o movimento do Novo Sindicalismo –, como através da perceptível mudança no posicionamento de Maria Felícia enquanto dirigente sindical.

Distanciando-se da multiplicidade de concepções que se fizeram presentes no mandato de Maria Felícia até 1973, a partir de 1978 tanto o periódico quanto a sindicalizada mantiveram-se críticos ao regime, o que é perceptível em matérias como “Federação se omite, esqueceu as bases”¹³⁸, “Divergências entre nosso sindicato e a Federação”¹³⁹, “Nossa presidente solidariza-se com os professores grevistas”¹⁴⁰, “Dom Ivo acha imoral reprimir os sindicatos”¹⁴¹, “Lula, um autêntico líder sindical”¹⁴², dentre outras publicações.

Desse modo, para apresentar a clareza que a sindicalizada passa a imprimir às publicações a partir de 1978, evidenciamos a seguinte discussão entre a sindicalizada e a Federação Nacional das Indústrias Urbanas. Ao comentar sobre o último encontro da Federação, realizado no Rio de Janeiro, Maria Felícia problematiza uma questão pertinente para o momento – a disparidade no modo como as empresas tratavam seus empregados e a desigualdade na concessão dos acordos salariais em diferentes regiões. Segundo ela, apenas os sindicatos do Rio, São Paulo e os de Minas Gerais estavam obtendo reajuste salarial superior ao aumento estipulado pelo governo, o que só era possível porque os sindicatos de

¹³⁶ O que hipoteticamente pode ser considerado tanto como meio de sobrevivência em meio ao contexto quanto um posicionamento que estaria alinhado com as suas perspectivas políticas.

¹³⁷ As publicações de dezembro de 1968 a dezembro de 1970 ocorreram a cada dois meses, totalizando cerca de 13 publicações, enquanto de 1971 a 1973, o periódico foi publicado apenas duas vezes em 1971, e uma única vez tanto em 1972 quanto em 1973.

¹³⁸ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Federação se omite, esqueceu as bases. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, fev./mar. de 1979, n. 20, p. 4.

¹³⁹ DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

¹⁴⁰ NOSSA presidente solidariza-se com professores em greve. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1980, n. 25, p. 7.

¹⁴¹ DOM Ivo acha imoral reprimir os sindicatos. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./jul. de 1978, n. 16, p. 4.

¹⁴² LULA, um autêntico líder sindical. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, ago./set. de 1978, n. 17, p. 4.

São Paulo se desfilaram da Federação Nacional, criando sua própria Federação e, no caso do Rio de Janeiro, em decorrência da união entre o sindicato e suas bases. A sugestão da líder sindical é a descentralização em torno da Federação, visto que para ela, se as associações e os sindicatos se detivessem às suas questões regionais, se fortaleceriam. Segundo dados, os trabalhadores de 80% das empresas ligadas à Federação não obtiveram êxitos nos acordos salariais¹⁴³.

A matéria intitulada “Federação se omite: esqueceu as bases” foi lida pela então Federação Nacional que, desaprovando as afirmações de Maria Felícia, soltou uma nota em seu jornal de nº 41, criticando os dizeres da sindicalista, o que gerou uma segunda publicação no “Hidrelétrico” abordando a resposta da Federação e uma tréplica de Maria Felícia¹⁴⁴. Segundo eles, Maria Felícia estaria tripudiando diante do resto do Brasil que ainda não havia obtido a vantagem de acordo salarial acima do estipulado. Além disso, a companheira estaria ignorando os esforços de outros eletricitários, que não contavam com o poder de pressão dos metalúrgicos. Ainda apontam que Maria Felícia estava incentivando decisões bastante perigosas, e que, para isso, estava em um lugar bastante cômodo. Para a Federação, seria fácil a colega criticar e incentivar ações mais enérgicas, como a greve, visto que ela e seu sindicato haviam obtido o aumento de 15%, vitória esta que se devia aos Metalúrgicos e às greves deflagradas em 1978, ano no qual foram deflagradas greves tanto em São Paulo como em Minas Gerais, na cidade de Contagem, próxima à Belo Horizonte¹⁴⁵. Nas palavras da Federação:

A tripa forra da companheira permite, inclusive, ignorar os esforços que os eletricitários injustiçados vêm realizando, sem esmorecimento, embora sem o poder de pressão dos metalúrgicos, porque não haverá LULAS nem FELÍCIAS, que deflagre uma greve no setor energético, única maneira que se teria para forçar a conquista dos 15%, daí, talvez, ser esta a omissão da Federação, alegada pela companheira, que tanto admiramos. [...] Com a barriga cheia, é fácil criticar e incentivar os outros para tomadas de decisões perigosas. Portanto companheira Felícia: Santa Greve dos Metalúrgicos.¹⁴⁶

Em defesa da greve, Maria Felícia justifica que esta é o recurso existente para que os trabalhadores se tornem “fortes e capazes para reagir contra o poder arbitrário que, por lei, é assegurado ao capital”. Além disso, Felícia vê a greve enquanto último recurso a ser

¹⁴³ MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Federação se omite, esqueceu as bases. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, fev./mar. de 1979, n. 20, p. 4.

¹⁴⁴ DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

¹⁴⁵ Podendo ser esse o motivo de a Cemig ter aceitado o acordo salarial proposto pelo sindicato dos hidrelétricos.

¹⁴⁶ DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

utilizado, sendo este exercido “quando esgotados todos os outros caminhos nas negociações entre empregados e empregadores (diálogo, mediação, etc)”. A tréplica da sindicalizada responde também à insinuação sobre a deflagração de uma greve no setor elétrico e considera que apesar de Lula ter tido seu cargo de diretor sindical cassado, sua liderança não havia sido e que, apesar de acusarem-na de não ter se associado a promoções grevistas por motivos óbvios, ela se sentia honrada por ter sido alinhada com o líder sindical Lula, pois “Lamentaria, qualquer infeliz comparação, ainda que longínqua, por exemplo... com Ary Campista ou...”.¹⁴⁷

Por fim, afirma que “A desgraça desses hidrelétricos foi apenas a infelicidade de estarem filiados e inadvertidamente confiantes numa Federação inoperante, de atuação exclusiva de gabinete”. Para Felícia, se o momento não era de greve, então deveriam ser ativos e se unirem aos seus representantes no Congresso Nacional. A sindicalizada conclui, em resposta à citação que a Federação fez de Figueiredo, com a seguinte frase do Ministro Murilo Macedo, “O Direito de crítica é normal num regime democrático”¹⁴⁸.

Após os embates entre Maria Felícia e a Federação Nacional das Indústrias Urbanas, à qual a classe dos hidrelétricos pertencia, a sindicalizada manifestou de maneira clara seu descontentamento e discordância em relação às atitudes tomadas pela instituição que se encontrava acima da sua, em detrimento do evidente alinhamento da sindicalizada em relação ao ABC paulista e das greves deflagradas em São Paulo.

No que se refere aos embates presentes nesse período, os questionamentos de âmbito econômico se colocam acima de outras pautas devido às limitações impostas pela ditadura. As reivindicações se ampliam somente com o contexto de mobilização para a redemocratização do país. Isso ocorre em diálogo com outros setores da sociedade, que participaram amplamente dos embates pelo fim da ditadura no país.

De acordo com Eder Sader, o “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo” surge ao questionar a organização sindical em vigência no regime ditatorial, e em decorrência do esvaziamento e da perda de representatividade das entidades sindicais no período, o qual é marcado por uma ampla participação da sociedade, que partiu tanto de associações de bairros

¹⁴⁷ Ary Campista foi presidente por vários mandatos na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria durante a ditadura militar, conhecido por ter sido um líder sindical “pelego”. O “ou” da frase seguido de reticências seria uma referência implícita ao Presidente Figueiredo, visto que a Federação termina a resposta com uma citação de Figueiredo.

¹⁴⁸ DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

(principalmente da população residente das periferias), quanto da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Como aponta Giulane,

Entre 1979 e 1985 cresce rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país, inaugurando novos conflitos e sacudindo o imobilismo das organizações de representação de classe. [...] A população residente nas periferias que se organiza em associações de bairro e movimentos populares, percebidos pelos governantes como indesejáveis e desestabilizadores da ordem autoritária. Essas organizações e movimentos ganham rapidamente alcance nacional, redimensionando seriamente a representatividade das instâncias sindicais, sua capacidade de mediação com o Estado e a centralidade das lutas econômicas.¹⁴⁹

Esse diálogo profícuo entre diferentes âmbitos da sociedade inova, como aponta a referida autora, nas formas de mobilização dos trabalhadores, como a utilização de abaixo-assinados, manifestações e diálogos diretos com os poderes públicos.

Se por um lado é evidente que a trajetória de Maria Felícia perpassa pelos momentos históricos abordados ao longo das décadas de 1960 e 1980, aproximando-se ou discordando dos grupos em posição de poder – conforme se buscou demonstrar –, por outro lado, muitas lacunas permanecem em torno de sua figura e atuação. Afinal, quem foi Maria Felícia? A sindicalizada ocupava que posto na empresa? Como ela se interessou pelo movimento sindical a ponto de se tornar presidente da instituição? E no que se refere à sua atuação até 1973, ano da interrupção da publicação do periódico, a sindicalizada estaria alinhada realmente às propostas do governo?

Talvez tais questões nunca obtenham uma resposta, entretanto, as conclusões que podemos oferecer se inserem na compreensão de que Maria Felícia cumpriu sua função mediante as possibilidades que lhe foram oferecidas¹⁵⁰, reflexão que ela própria faz na oportunidade de resposta à federação, de modo que finalizamos este item com as palavras da presidente:

Exponho-me a dizer a verdade e expressar meus pensamentos, sem medo de represálias, mesmo porque estas só poderão atingir-me, como pessoa, já que não tenho mais estreitos laços familiares que possam tolher minha liberdade de ação neste campo: hoje sou uma pessoa só, comprometida apenas com a causa dos oprimidos. Não temo a perda de posições ou situações vantajosas, porque delas jamais desfrutei. Não me prendo ao bem-estar material, porque se “o ideal custa uma vida, vale a “eternidade””.¹⁵¹

¹⁴⁹ GIULANI, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 643.

¹⁵⁰ Em notícia de setembro de 1987, é anunciada a morte de Maria Felícia.

¹⁵¹ DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

2.2. A experiência sindical das mulheres

Múltiplas foram as formas escolhidas pelas eletricitárias para constituir suas abordagens críticas. Enquanto algumas se evidenciaram por seu caráter poético, outras se destacaram em decorrência de uma abordagem criativa, pela defesa de interesses coletivos ou em consequência do assunto tratado. Nesse sentido, buscaremos abordar neste item do capítulo algumas publicações redigidas por sindicalizadas que, de maneira geral, discutiram assuntos propriamente sindicais ou relacionados à vivência do sindicato. De acordo com Araújo e Ferreira, ao refletirem sobre o contexto,

A renovação das práticas sindicais que se deu, a partir do final dos anos setenta, através da busca pelas direções sindicais de uma relação mais estreita com suas bases e da reorganização dos trabalhadores a partir das fábricas, teve um papel fundamental na emergência do discurso feminino e no aumento do ingresso das mulheres na militância sindical. Igualmente importante foi a emergência, no mesmo período, de um movimento popular de mulheres e de correntes feministas que trouxeram para o domínio público o debate em torno das questões de gênero.¹⁵²

Nesse sentido, convém destacar a publicação “Receita para um acidente fatal” de Kate Linária, uma sindicalizada que mediante a utilização de pseudônimo, denunciou as ilegalidades cometidas por um gerente da Cemig a partir de uma abordagem diferente, uma receita.

Ingredientes: um Gerente que seja inimigo frontal das leis de Segurança e Higiene no Trabalho; uma área de trabalho onde convenha a ignorar, por completo, as leis que regulam as relações individuais de trabalho e que esteja subordinada àquele Gerente; um serviço de plantão que não possa “sofrer prejuízos” – mesmo que haja sérios prejuízos para o trabalhador; um eletricista de distribuição – qualquer um – que trabalhe “naquela área” e uma autorização para fazer **184 horas extras em um mês**.¹⁵³

Na “maneira de fazer”, segunda etapa após a apresentação dos ingredientes, a autora aproveita para denunciar um caso em que, após a demissão de um funcionário, outro é colocado em seu lugar para cumprir outra escala de plantão, além da escala já determinada para ele, visando a ausência de prejuízos no serviço de plantão. Ao abordar os detalhes em torno do caso, como a quantidade de horas trabalhadas pelo eletricista, em detrimento das horas de descanso e o período permitido pela CLT, Kate Linária apontou dados estatísticos

¹⁵² ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, n. 10, 1998, p. 57.

¹⁵³ LINÁRIA, Kate. Receita Para um acidente fatal. *Hidrelétrico*. Belo Horizonte, nov./dez. de 1969, n. 8, p. 2. (Grifo no original).

que apresentavam uma quantidade significativa de acidentes na área elétrica, cerca de 38 de janeiro a outubro daquele ano. Para concluir, a autora questiona,

Mas... “e o acidente fatal?” perguntarão os leitores. Calma. Se ele não ocorreu no primeiro mês do uso da “receita”, mantenham pacientemente os “ingredientes” em ação por mais algum tempo e esperem. Ele acontecerá. Ou porque o empregado tornou “um permanente distraído” (José Gomes da Silva, eletrocutado em Viçosa), ou porque “deixou de respeitar as leis de segurança no trabalho” (José Antônio Duarte, assado em Santa Luzia). Se não acontecer, é porque o nosso homem tem mesmo o “corpo fechado”. Está em função errada na CEMIG. Deveria ser usado como “para-raios.”

Ou seja, apesar de nenhuma morte ter ocorrido, a autora fez questão de abordar que após alguns acidentes de trabalho, a Cemig não se responsabilizou pelo ocorrido, culpabilizando as vítimas do acidente por desatenção e até desrespeito às leis trabalhistas. Desse modo, Linária enfatiza que, se o fluxo de trabalho continuasse daquela maneira, infelizmente os funcionários estariam correndo risco, visto que uma série de acidentes no trabalho vinham ocorrendo com frequência¹⁵⁴. Esteticamente falando, o interessante da abordagem utilizada se refere à mescla entre a receita, objeto bastante utilizado pelas mulheres e inserido no âmbito doméstico, no caso a cozinha, em detrimento de uma causa trabalhista, no caso, uma denúncia no jornal sindical.

Nesse mesmo período, ou seja, no ano de 1969, a sindicalizada Maria da Costa Lage, compartilha sua experiência na Federação Nacional dos Sindicatos. Lage inicia sua narrativa anunciando que o Sindicato dos Hidrelétricos muito visava o posto no Conselho de Representantes na Confederação Nacional. Segundo a sindicalizada, o Sindieletró naquele momento era considerado a terceira ou quarta potência e um dos maiores contribuintes do campo sindical, entretanto, para ocupar o posto almejado e para conquistar direitos e aumentos, era necessária uma participação mais assídua por parte dos sindicalizados de Minas. Nesse sentido, a autora expressa o seguinte,

Precisamos ser atuantes e desinteressados no campo pessoal: fruto de espírito classista, cheio do ideal de quem luta por uma ideia, uma classe. [...] Nós é que precisamos ser mais dinâmicos. Nós todos – HIDRELÉTRICOS – porque a tarefa é de todos: da Diretoria que orienta e convoca e dos associados que comparecem às Assembleias.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Vale a pena salientar que o setor elétrico é um dos campos que oferece maior risco ao trabalhador, sendo considerado de alto risco.

¹⁵⁵ LAGE, Maria da Costa. Na Federação Nacional dos Sindicatos. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, mar/abr. de 1969, n. 4, p. 3.

Após chamar a atenção dos colegas para que estes participassem mais efetivamente da atividade sindical, tendo em vista o incentivo da classe, Maria da Costa Lage comenta um episódio ocorrido no encontro da Federação, no qual um general e um ministro fazem um comentário machista sobre a presença de mulheres no local.

Tentei dar um pouco de brilho à nossa bancada, durante o jantar de confraternização que aconteceu na Churrascaria Gaúcha, com a presença de gente ilustre [...] a simpatia comunicativa do General Magesi e do Ministro Nonato os quais nos vieram cumprimentar, posteriormente, com pitoresca insinuação: ‘General, Elas não chegaram, já estão aí...’ delicada alusão à presença da mulher – única Delegada Representante, junto com a Presidente gaúcha do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.¹⁵⁶

O posicionamento da sindicalizada fica evidenciado, visto que se manifesta diante da situação, além de parecer compreender com clareza o caráter sexista presente na fala dos sujeitos. Como veremos, Lage reivindica não só a posição que as mulheres estavam ocupando naquele momento enquanto líderes sindicais, mas denuncia também a visão ultrapassada de quem via a mulher no mundo do trabalho enquanto mão de obra barata.

Falei em nome da mulher-sindicalizada-mineira que saúda as suas companheiras de luta, nas fileiras que cruzam os quatro cantos do Brasil. Que nós, mulheres, que já “estamos aí”, nas lideranças sindicais, precisamos conquistar o nosso lugar, na disputa profissional, onde sobretudo o homem, sobretudo o de Minas Gerais, tem a mentalidade antiga de que trabalho de mulher é mão-de-obra barata, pelo menos no campo industrial, porque no cultural ela já conquistou a sua cátedra.¹⁵⁷

De acordo com Araújo e Ferreira, muitos foram e são os obstáculos que permeiam a militância das mulheres nos sindicatos brasileiros, sendo decorrentes da organização e do modo de funcionamento dos sindicatos, ou mesmo “tendo origem nos padrões culturais e na própria posição das mulheres nas relações de trabalho”¹⁵⁸. Segundo as autoras,

De um lado, sempre existiu uma grande dificuldade de organizar o conjunto das trabalhadoras nos locais de trabalho, pois sua concentração em funções de baixa qualificação, nas quais a rotatividade é mais elevada, toma-as mais sujeitas à demissão e ao controle das chefias. De outro, o machismo e o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção da luta das mulheres como complementar à luta dos homens, ao enquadramento das reivindicações femininas em representações masculinas sobre a mulher, que a definiam primordialmente como mãe, ou simplesmente à negação da importância das demandas específicas sob a alegação de que a discussão dessas questões “quebraria a unidade da classe”. Além disso, a própria

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 10, 1998, p. 56.

organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens, é excludente em relação às trabalhadoras por não levarem em conta suas responsabilidades domésticas. Finalmente, um importante impedimento tem sido as convenções sociais que ditam os espaços que as mulheres devem ou não frequentar. A ideia de que “sindicato não é lugar de mulher” contribui para fomentar a desconfiança das operárias em relação ao sindicato e, consequentemente, o seu confinamento no espaço doméstico.¹⁵⁹

De maneira geral, é importante ressaltar a ação da ONU, que delimitou a “Década da Mulher”, de 1975 a 1985, gerando em âmbito internacional uma série de discussões em torno da condição e da vivência feminina¹⁶⁰. No Brasil, a imprensa alternativa feminista também desempenhou um importante papel na época, de modo que destacamos as revistas “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”¹⁶¹. Se, por um lado, ocorria a ampliação da discussão acerca do universo feminino e de suas especificidades, gerando um aumento significativo nas frentes de luta, por outro lado, concomitantemente, a imprensa feminista encerrava suas atividades.

O movimento feminista articulou-se, nos anos setenta, no interior dos grupos de esquerda, integrando uma frente ampla de resistência ao regime militar que lutava pelo restabelecimento das liberdades democráticas e por justiça social. Embora criticasse o machismo e os papéis tradicionais atribuídos à mulher, a ênfase do discurso feminista recaía, então, sobre a necessidade de uma transformação global da sociedade, em direção à democracia e à reversão das desigualdades econômicas. Neste sentido, seguindo a tendência que predominava no conjunto das organizações de esquerda, os grupos feministas de classe média buscaram propagar suas idéias para as mulheres da classe trabalhadora.¹⁶²

Com o início da década de 1980, o engajamento e a participação das mulheres na vivência sindical aumentou de maneira significativa. O periódico contou com a criação de uma Comissão de Assuntos Femininos, com a publicação da coluna “Nós, Mulheres” ao longo de nove edições, e com a “Comissão de Mães”. Além disso, os encontros nacionais organizados por categorias marcaram essa fase da experiência sindical, de modo que possibilitaram uma série de reflexões e influenciaram diretamente nos sindicatos e nas ações desempenhadas por parte dessas mulheres na instituição.

¹⁵⁹ Ibid., p. 56 e 57.

¹⁶⁰ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1690-1980. In: **História das Mulheres no Ocidente: O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

¹⁶¹ Em um primeiro momento, comparamos a coluna publicada no periódico do Sindicato com o jornal “Nós, mulheres” da imprensa alternativa. Contudo, além de serem publicadas em momentos distintos, sendo esta última da década de 1970, percebemos que o teor do conteúdo publicado no jornal da imprensa alternativa carrega as marcas da ideologia e teoria política feminista, em voga nessa década.

¹⁶² ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 10, 1998, p. 59.

No que se refere à criação da Comissão de Assuntos Femininos, a primeira coluna “Nós, Mulheres”¹⁶³ elenca que o objetivo era o de “encaminhar os problemas específicos da mulher e promover sua integração à vida sindical”¹⁶⁴. A comissão organizou uma série de palestras em torno de temáticas que se constituíam como de interesse feminino, assim como buscou maneiras de ampliar o diálogo com as sindicalizadas, na intenção de efetivar e organizar as reivindicações próprias do gênero.

Como vimos, através de formulários, a Comissão levantou uma série de dados para basear a principal reivindicação das mulheres, no caso a creche, o que contribuiu substancialmente para a conquista do objetivo almejado, visto que apresentaram uma real demanda por parte das trabalhadoras. É evidente ao longo dos periódicos a ampla discussão em torno do equilíbrio entre trabalho e casa, principalmente devido à responsabilidade que a maternidade delega às mulheres.

Todavia, além de discussões em torno da condição feminina, as sindicalizadas experienciaram uma série de outros debates como veremos a seguir. O principal evento de que as eletricitárias participaram foi o Encontro Nacional de Mulheres Urbanitárias (EMU), em 1983 e 1984, pois, apesar de haver menção outros eventos, consideramos o EMU como o que mais repercutiu no periódico e o de maior engajamento por parte das sindicalizadas.

Sob a influência do debate feminista da década de setenta, que denunciava a discriminação e a violência contra as mulheres no mercado de trabalho, a inferioridade salarial e a dupla jornada de trabalho, os sindicatos buscaram incentivar a participação das mulheres através da realização dos primeiros Congressos de trabalhadoras que ocorreram no final dos anos setenta.¹⁶⁵

Visando traçar novas metas para auxiliar as mulheres na sua organização sindical e reivindicatória, uma vez que muitas eram as barreiras existentes para o gênero no âmbito econômico, político e social, o objetivo do 2º Encontro da Mulher Urbanitária foi reavaliar os trabalhos e os desdobramentos das diretrizes fixadas no primeiro encontro realizado¹⁶⁶ e

¹⁶³ A coluna foi publicada entre 1983 e 1985. Após esse ano, a quantidade de matérias referentes a assuntos femininos diminuiu drasticamente.

¹⁶⁴ Comissão de Assuntos Femininos. Lugar de mulher é na cozinha? **Hidrelétrico**. Nós, Mulheres. Belo Horizonte, fev./mar. de 1983, n. 38, p. 4.

¹⁶⁵ ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 10, 1998, p. 59.

¹⁶⁶ O primeiro encontro ocorreu em 1981. Alguns pontos discutidos foram em torno da inserção da mulher no mundo do trabalho e suas implicações como a discriminação, o salário desigual, a dupla jornada de trabalho, a maternidade e sua participação no sindicato. Além disso, discutiram sobre as condições de vida da mulher, a relação destas com a sua saúde, a mulher e suas formas de organização e sobre a mulher e a política.

decidir novos rumos no que diz respeito à ação reivindicatória¹⁶⁷ e de participação dessas mulheres na sociedade.

Nesse mesmo encontro, foi reforçada a necessidade de a mulher participar do seu sindicato e das atividades, de modo que “Somente amparadas pelos sindicatos, numa união de mulheres e de homens poderemos defender os interesses comuns do trabalho e de ascensão social”. Não se tratava de uma luta independente de mulheres trabalhadoras, visto que a metodologia era voltada para ampliar a participação feminina no sindicato, para, a partir disso, concretizar as reivindicações femininas.

O segundo encontro propôs centralizar os Departamentos Femininos dos Sindicatos¹⁶⁸, com a criação de uma Coordenação Nacional, que visava “integrar todas as entidades e possibilitar a troca de experiências e auxílio entre as companheiras”. A decisão pareceu um indício de que outros sindicatos também contavam com departamentos femininos. Nesse sentido, dialogamos com Capellin,

Se analisarmos detidamente os documentos das trabalhadoras em 1979, veremos que, além das reivindicações econômicas, é exigido um maior apoio para fortalecer a sindicalização e maior visibilidade para poderem ser incluídas no exercício da representação sindical. A constituição dos Departamentos Femininos responde a múltiplas necessidades: introduzir a reflexão sobre as discriminações nas relações de trabalho e exigir a ampliação do direito de poder associar-se e de ser votada como representante sindical.¹⁶⁹

Se a intenção do II EMU se concretizou, não sabemos, contudo a proposta era de coletar dados em diálogo profícuo com as comissões em busca de ficar a par das “necessidades, limitações e sugestões” das companheiras. Além disso, propuseram a realização de debates, conferências e seminários com relação a “assuntos femininos e de interesse geral e sobre a realidade sócio-político-econômica” das mulheres¹⁷⁰.

No evento de 1984, o 3º EMU retomou as diretrizes elencadas no último encontro, assim como dividiram os dias do evento através de temáticas, como “Os direitos Cíveis e

¹⁶⁷ A abordagem sobre a desigualdade no ambiente de trabalho ocorreu mais de uma vez no 2º EMU, ao denunciar a dificuldade enfrentada pelas mulheres ao pleitear cargos mais altos e treinamentos especializados, questões ligadas diretamente ao desenvolvimento profissional.

¹⁶⁸ O que também é possível vislumbrar no cenário internacional, como ocorreu na Alemanha, em 1979/80, com a criação de direções e departamentos para os Assuntos Femininos.

¹⁶⁹ CAPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Estudos feministas**. Ano 2, 2º semestre de 1994, p. 278.

¹⁷⁰ Comissão de Assuntos Femininos. Lugar de mulher é na cozinha? Hidrelétrico. Nós, Mulheres. Belo Horizonte, fev./mar. de 1983, n. 38, p. 4.

Trabalhistas da Mulher Brasileira”¹⁷¹, “Saúde e Educação da Mulher Brasileira”¹⁷², e por fim, discutiram a “Política Econômica e a Democratização do País”¹⁷³. Além das discussões propostas para o evento, cada sindicato participante deveria apresentar uma tese no encontro¹⁷⁴.

Nesse sentido, em diálogo com Moraes, percebemos um movimento parecido, mas anterior ao ano de 1984, como a realização do “Congresso das Mulheres Metalúrgicas” em 1978, seis anos antes e com a participação efetiva do grupo de feministas remanescentes do jornal “Nós, Mulheres” e “O Brasil Mulher”. Segundo a autora, o período foi de efetiva efervescência no campo da luta feminina, tendo a participação das feministas desempenhado importante papel.

O Congresso das Metalúrgicas constitui o primeiro de uma série e, pouco a pouco, as categorias profissionais com forte presença feminina passariam a se organizar em torno da discussão da questão feminina. A reação das diretorias sindicais também era parecida: tentar conter o movimento das operárias nos limites do maior economicismo possível, tentando ganhar sua adesão para o sindicato (como força auxiliar) mas nunca para sua luta específica de mulher. As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos, como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima.¹⁷⁵

De modo geral, no que se refere às reivindicações e atuações femininas, destacamos a coluna “Nós, Mulheres”, intitulada “Vamos denunciar as arbitrariedades”¹⁷⁶, visto que as questões direcionadas a Cláudia Ricaldoni, então membro da diretoria, perpassaram em assuntos relativos às últimas reivindicações especificamente femininas, às conquistas na campanha salarial de 1984¹⁷⁷, à importância dos questionários e seus desdobramentos, e acerca das metas da comissão no ano seguinte, 1985.

A Comissão e as trabalhadoras da Cemig obtiveram com a campanha de 1984 a ampliação de direitos já conquistados anteriormente, como o reembolso de despesas com

¹⁷¹ De modo que os assuntos abordados foram acerca de creche, violência e discriminação da mulher no processo de ascensão profissional.

¹⁷² Foram discutidos temas como o desenvolvimento infantil, a maternidade, a sexualidade e o planejamento familiar foram discutidos.

¹⁷³ O que incluía discutir a dívida externa, o desemprego, a defesa das estatais e as eleições diretas para Presidente da República.

¹⁷⁴ Comissão de Assuntos Femininos. “Nós, Mulheres”: Resoluções do III MEU. Sindieleto. Belo Horizonte, julho de 1984, p.6.

¹⁷⁵ MORAES, Maria Lygia Q. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990, p. 44.

¹⁷⁶ A coluna apresenta uma entrevista com a sindicalizada e responsável pela Comissão de Assuntos Femininos, Cláudia Ricaldoni.

¹⁷⁷ Cláudia Ricaldoni também destacou a importância de a mulher estar pela primeira vez na mesa de negociação, visto que “nada melhor que a própria mulher apresentar e defender suas reivindicações”, como ocorreu. Comissão Feminina. “Nós, Mulheres”: Vamos denunciar as arbitrariedades. Sindieleto. Belo Horizonte, dez. de 1984, n. 47, p. 6.

guardiã (babá) e a extensão do auxílio-creche, ambos para crianças de até cinco anos. Antes o reembolso integral compreendia a crianças de até dois anos.

Ao ser questionada sobre a conquista da campanha salarial, como citado anteriormente, Cláudia Ricaldoni responde que, devido ao aumento gradativo da participação feminina no sindicato, foi possível que compreendessem as “necessidades geradas pelo trabalho”, provocando uma mobilização por parte das mulheres, possibilitando que entrassem em ação. Isso foi possível após ouvirem as trabalhadoras por meio do questionário distribuído, que visava levantar algumas questões entre essas mulheres, o que acabou gerando mais consciência à comissão sobre os problemas das mulheres.

Evidenciamos outra questão abordada por Cláudia Ricaldoni, visto que ao ser questionada sobre como deveria ocorrer a participação feminina no sindicato, a eletricitária se posiciona de maneira distinta da esperada, ao deixar em evidência seu posicionamento de classe, em detrimento de sua condição feminina. Segundo Moraes, a ocorrência de uma dupla militância – socialista e feminista – foi muito presente nos discursos sindicais, de modo que a primeira se sobrepõe à segunda. Isso refletiu na ocorrência de encontros femininos, tendo em vista a preocupação de uma possível “ruptura” ou segregação do movimento operário como um todo. Nesse sentido, evidenciamos a fala da sindicalizada,

A participação das mulheres no Sindicato, como de qualquer trabalhador, antes de tudo deve ser pela consciência de classe. A existência e generalização de interesses individuais comprometem o fortalecimento da entidade. A participação oportunista preocupada apenas com algumas facilidades proporcionadas por convênios, por exemplo, sobrepujam as lutas que devem ser travadas por toda a categoria. Devemos prosseguir o trabalho de base iniciado e fazer crescer a consciência de todos os trabalhadores de que o desenvolvimento de um sindicato combativo elimina com mais facilidades os problemas que atingem a categoria. Faremos o possível para estimular uma maior e mais firme presença feminina tanto nas reuniões e assembleias quanto na própria configuração da diretoria do Sindicato. A participação das mulheres em todos os níveis pode trazer melhor equilíbrio na análise e condução de nossas reivindicações.¹⁷⁸

De acordo com Araújo e Ferreira, esse discurso esteve presente em verbalizações de muitas lideranças sindicais, que acabava por sufocar o debate acerca das relações de gênero, uma vez que “Sob este discurso ocultava-se uma visão conservadora da mulher, expressa na

¹⁷⁸ Comissão Feminina. “Nós, Mulheres”: Vamos denunciar as arbitrariedades. **Sindieletro**. Belo Horizonte, dez. de 1984, n. 47, p. 6.

visão de sua participação sindical como complementar à luta masculina, o que constituiu um obstáculo à incorporação das trabalhadoras à vida sindical”.¹⁷⁹

Entretanto, a coluna também foi espaço para a divulgação de denúncias, visto que o questionário viabilizou uma série de informações em torno da pressão exercida por algumas chefias, de modo que algumas mulheres escondiam o casamento ou a gravidez. Além disso, Ricaldoni salientou que tais questões não costumavam ser relatadas, justamente pelo medo das companheiras, de que a situação pudesse piorar.

Muitas chefias pressionam as companheiras casadas ou grávidas. Foi até colocado que a mulher é “meia-funcionária”, produzindo pouco para a empresa. Tudo isto sem falar nas “cantadas” de alguns chefes, da dificuldade de promoção e ascensão funcional, principalmente para cargos técnicos.¹⁸⁰

Ampliar os meios de comunicação e de denúncia se constituiu em uma das propostas da comissão feminina para o ano seguinte. Além disso, sugeriram aumentar e aprofundar algumas discussões e enviar um novo questionário abrangendo outras questões, como sobre a expectativa da mulher em relação ao sindicato, visto que a comissão também buscava aumentar a participação feminina. No que se refere à ampliação dos meios de denúncia, salientamos que nenhuma outra matéria abordou sobre as arbitrariedades ou mesmo acerca de denúncias dentro da Cemig ou do próprio sindicato, não havendo, dessa forma, uma continuidade da proposta inicial da Comissão Feminina.

Nesse sentido, percebemos que as mulheres que reivindicam nas colunas do Sindieletro, buscam, mesmo que sutilmente, tratar de questões amplamente discutidas em torno da melhoria de suas condições para trabalhar, como terem com quem deixar os filhos, serem respeitadas enquanto estão no local da atividade laboriosa – o que inclui o fim da discriminação sexual –, além de compreender as oportunidades desiguais nesse espaço.

¹⁷⁹ ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 10, 1998, p. 60.

¹⁸⁰ Comissão Feminina. “Nós, Mulheres”: Vamos denunciar as arbitrariedades. **Sindieletro**. Belo Horizonte, dez. de 1984, n. 47, p. 6.

Considerações finais

A atuação feminina nos periódicos e no sindicato foram marcadas por nuances diversas em decorrência dos contextos nos quais essas mulheres estão inseridas, bem como do momento específico no qual se inserem no sindicato e do grupo que ali encontram, visto que a sociabilidade entre as mulheres proporciona a construção coletiva, como foi possível vislumbrar.

Inicialmente, essa atuação foi marcada pela participação de Dorah Fernandino Vilela, que, de maneira geral, buscou divulgar a ideia do trabalho como algo positivo, mediante um espaço que lhe foi proporcionado, no qual buscou discutir questões propriamente elencadas como femininas, como o âmbito sensível e cultural. Além disso, foi possível vislumbrar seu diálogo com o contexto da década de 1950, no qual uma série de preceitos em torno da vivência feminina eram propagados.

Além disso, foi possível perceber que o movimento feminino entre a esfera pública e privada remonta a um processo histórico do início do século XX, mediante a participação feminina nos espaços fabris. Essa participação no mercado de trabalho variou, como observado, segundo as “necessidades” da sociedade e em meio à discussão acerca da ameaça à instituição familiar – mediante o desinteresse pelo casamento e pela maternidade – que a esfera profissional podia oferecer, o que resulta no retorno da mulher à esfera privada. Em contrapartida, o contexto marcado pelas necessidades do capital, contribuiu para que houvesse um retorno à esfera pública.

As ideias e os valores, antes marcados pelo sentimento maternal e apego ao lar, heranças do início do século XX e da visão de que o âmbito público pertence ao homem, transformou-se aos poucos, como pudemos perceber com base nos escritos de Maria da Costa Lage, Adélia dos Reis Corrêa e Maria Felícia a partir da década de 1960, por meio dos quais essas mulheres abordaram tanto vivências cotidianas quanto suas interações no mundo do trabalho – as viagens, os momentos de socialização, as posições ocupadas e os prêmios recebidos –, além de se destacarem em suas funções profissionais.

A experiência de Maria Felícia no período marcado pelo regime militar nos possibilitou visualizar a sua atuação como presidente, assim como compreender os limites que a instituição sindical vivenciou durante a ditadura. Maria Felícia lutou de maneira diversa pela classe dos eletricitários, assim como dialogou amplamente com as propostas oferecidas pelo regime e pelas influências internacionais que tentavam a todo custo

transformar as relações trabalhistas no Brasil. Todavia, com o final da década de 1970, a atuação da sindicalizada constituiu evidente diálogo com o contexto do Novo Sindicalismo, no qual foi possível vislumbrar o caráter combatente que a dirigente adota, expressando uma força não vista anteriormente.

No que se refere à experiência feminina sindical posterior à Maria Felícia, na década de 1980 há intensa participação das mulheres no ambiente sindical, o que se deveu, em parte, ao Novo Sindicalismo, além da influência exercida pelas feministas nesse espaço. O período em questão, marcado pela organização das mulheres no Sindieletro, apresenta-nos o modo como se organizaram e as estratégias utilizadas para que suas reivindicações se concretizassem, as quais eram propagadas por meio da coluna “Nós, Mulheres”, que se configurou como importante meio de comunicação feminino no impresso do Sindieletro.

Além disso, essa experiência foi marcada pelos encontros nacionais das mulheres urbanitárias, que proporcionaram uma série de influências e reflexões que se desdobraram no sindicato ao qual essas mulheres pertenciam. Compreendemos, dessa forma, que o que se busca concretizar é a mulher na vida profissional, na intenção de organizar o terreno para que tivessem condições adequadas para se inserirem e permanecerem no mundo do trabalho.

Fontes:

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. de 1968, n. 2, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jan./fev. de 1969, n. 3, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, set./out. de 1969, n. 7, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, nov./dez. de 1969, n. 8, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./fev. de 1970, n. 9, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./jul. de 1970, n. 11, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, ago./set. de 1970, n. 12, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./mar. de 1971, n. 14, p. 2.

ADÉLIA. Flashes Sociais. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./ago. de 1971, n. 15, p. 2.

ALCÂNTRA, Augusto. A pílula, o papa e o povo. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. 1968, n. 2, p. 6.

AVELLAR, I. Mãe. **Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, maio de 1958, n. 13, p. 3.

DOM Ivo acha imoral reprimir os sindicatos. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jun./jul. de 1978, n. 16, p. 4.

Comissão de Assuntos Femininos. Lugar de mulher é na cozinha? **Hidrelétrico**. Nós, Mulheres. Belo Horizonte, fev./mar. de 1983, n. 38, p. 4.

Comissão de Assuntos Femininos. “Nós, Mulheres”. **Sindieletro**. Belo Horizonte, outubro de 1984, n. 45, p. 6.

Comissão de Assuntos Femininos. “Nós, Mulheres”: 1857/1985: 128 anos de lutas. **Sindieletro**. Belo Horizonte, março de 1985, n. 49, p. 6.

Comissão Feminina. “Nós, Mulheres”: Vamos denunciar as arbitrariedades. **Sindieletro**. Belo Horizonte, dezembro de 1984, n. 47, p. 6.

Comissão de Mães. Mãe, profissional, esposa, dona-de-casa e cidadã. É possível conciliar tantos papéis? **Sindieletro**. Belo Horizonte, maio de 1989, n. 66, p. 4.

DIVERGÊNCIAS entre nosso sindicato e a Federação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 6.

GHIARONI. Mãe. **Hidro-Elétrico**. Belo Horizonte, maio de 1960, n. 20, p. 3.

HIPOPÓTAMO. Cursos de trabalhadores, para trabalhadores mineiros. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jul./ago. de 1969, n. 6, p. 1.

HISTÓRIA. Sindieletro. Belo Horizonte, s/d, s/n. Disponível em: <http://sindieletromg.org.br/contents/historia>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LAGE, Maria da Costa. Na Federação Nacional dos Sindicatos. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, mar./abr. de 1969, n. 4, p. 3.

LAGE, Maria da Costa. Mulher casada. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, pg. 2.

LINÁRIA. Kate. Receita Para um acidente fatal. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, nov./dez. de 1969, n. 8, p. 2.

LULA, um autêntico líder sindical. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, ago./set. de 1978, n. 17, p. 4.

MACEDO, Maria Felícia da R. Instituto Cultural do Trabalho. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jan./fev. de 1969, Ano 1, n. 3, p. 1.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Cursos de sindicalismo para trabalhadores brasileiros. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./fev. de 1970, n. 9, p. 6.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Cutucando a onça com a vara curta. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, abr./mai. de 1970, n. 10, p. 4.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Mais uma estória de gratificação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, out./dez. de 1970, n. 13, p. 1.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Governo modifica tabela de empréstimos. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jan./mar. de 1971, n. 14, p. 7.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Relatório das principais atividades da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidrelétrica de Belo Horizonte. durante o ano de 1970. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1971, n. 15, p. 5 e 6.

MACÊDO, Maria Felícia da Rocha. Na década da Educação. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 1.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Os caminhos do sindicalismo brasileiro. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 3.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Relatório das principais atividades da diretoria durante o ano de 1972. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, agosto de 1973, n. 17, p. 3, 4.

MACEDO, Maria Felícia da Rocha. Federação se omite, esqueceu as bases. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, fev./mar. de 1979, n. 20, p. 4.

NOSSA presidente solidariza-se com professores em greve. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1980, n. 25, p. 7.

NOTÍCIA. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, nov./dez. 1968, n. 1, p. 4.

O DIA-a-dia da mulher de hoje. **Sindieletro**. Belo Horizonte, janeiro de 1987, n. 59, p. 12.

POSTO Dentário Mucuri. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, agosto de 1973, n. 17, p. 1 e 2.

QUEREMOS creche: dizem as hidrelétricas. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, mai./jun. de 1979, n. 21, p. 3.

RELATÓRIO das Principais Atividades da Diretoria durante o Ano de 1971. **Hidrelétrico**. Belo Horizonte, jul./ago. de 1972, n. 16, p. 4

SEMINÁRIO de educação sindical. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, mai./jun. de 1969, n. 5, p. 1.

VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **O Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, out./nov./dez de 1957, n. 10, p. 3.

VILELA, Dorah F. Felicidade. Página Feminina. **O Hidro-Elétrico**, Belo Horizonte, jan./fev./mar. de 1958, n. 11, p. 3.

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena M. O Sindicalismo na Oposição. In.: **Estado e Oposição**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 119-126.

ARAÚJO, Angela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: A participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, n. 10, 1998, p. 55-81.

BERALDO, Beatriz. O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. **IV Congresso Internacional de Comunicação e Consumo**, 2014.

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: Marcos César de Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 145-154.

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 37-53.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e táticas. In: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 91-106.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CORRÊA, Larissa. **Disseram que voltei americanizado**: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar. Campinas: Unicamp, 2013.

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. São Paulo: **Projeto História**, nº 35, dez. 2007, p. 253-270.

DE LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

DEL PRIORE, Mary. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 217-235.

DEL RE, Alisa. “Aborto e Contracepção”. In: HIRATA, H. [et al] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 21-25.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Orgs.). Introdução. In: **História das Mulheres no Ocidente**: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1690-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 583-611.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

GIULANI, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 640-668.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 126-147.

MATTOS, Marcelo. O Governo João Goulart: balanço historiográfico. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55, 2008, p.245-263.

MORAES, Maria Lygia Q. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, Londrina, V. 8, n. 15, 2015, p. 9-45.

PERROT, Michelle. Corpos subjugados. In: **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005, p. 447-454.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène. SENOTIER, Danièle; (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 111-116.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2018.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 607-639.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 53-73.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 578-606.

RIDENTE, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; (Org.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014, p. 30-47.

SADER, Eder. Matrizes discursivas. In: **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 141-195.

Anexos:

Anexo I:



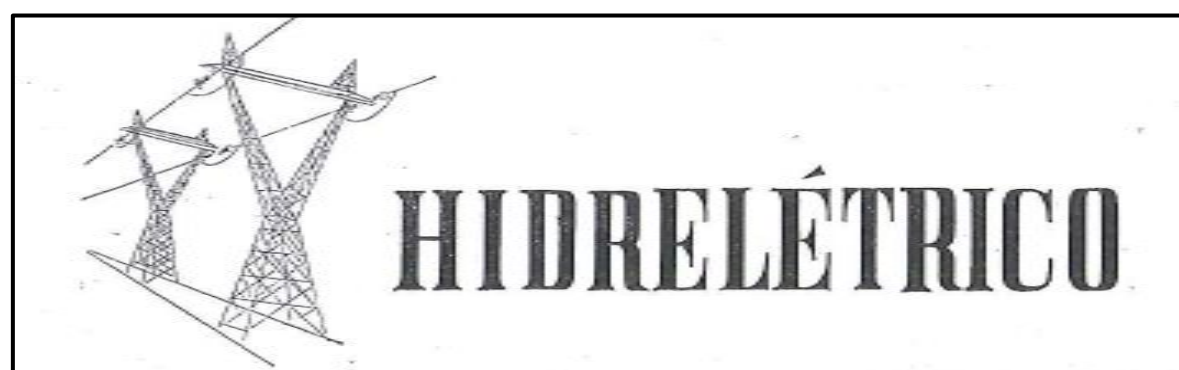
O Hidro-Elétrico, Belo Horizonte, dezembro de 1956, nº 1, p.1.

Anexo II:



O Hidroelétrico, Belo Horizonte, junho de 1961, nº 24, p.1.

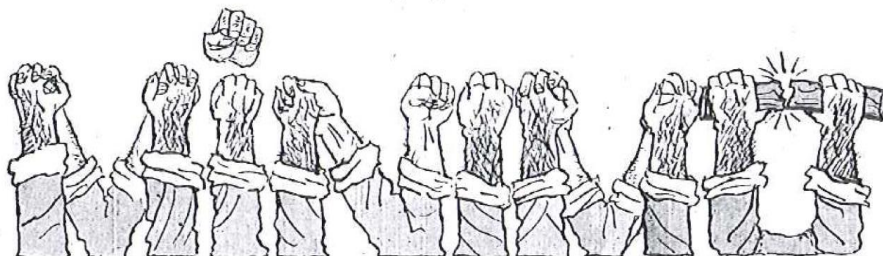
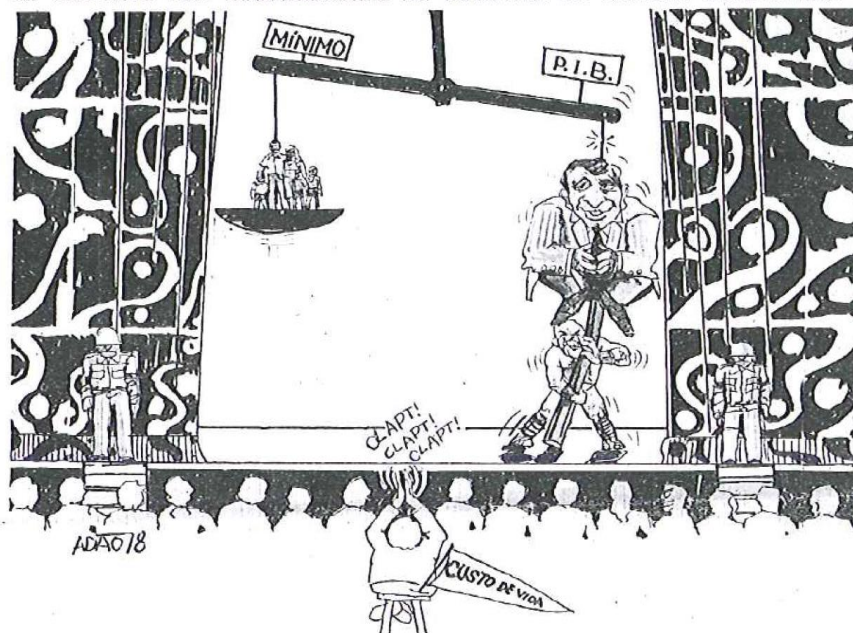
Anexo III:



Layout de 1968 a 1973. Hidrelético, Belo Horizonte, nov./dez. de 1968, nº2, p.1.

HIDRELETRICO

ORGÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA HIDRELÉTRICA DE B.H. - 30



DEVERIA SER 10 MIL

**A VOLTA DO
HIDRELETRICO**

**FGTS TEMPO
ANTERIOR
A OPÇÃO**

**ACIDENTES
DE
TRABALHO**

ANO V - BELO HORIZONTE, JUNHO / JULHO DE 1978 - Nº 16

Anexo V:



Layout em março de 1983. **O Hidrelétrico**, Belo Horizonte, fev./mar. de 1983, n° 37, p.1.

Anexo VI:



Layout em julho de 1983. **Sindieletro**, Belo Horizonte, julho de 1983, n° 39, p.1.

SINDIELETRO

Órgão do Sindieleetro - N.º 62 - BH
Outubro/Novembro/Dezembro - 1987

Gestão
ENERGIA NA LUTA

Apoiamos a
CUT

**Grevistas põem
Newton para correr**

**Ameaça de blecaute
na greve da Cemig**

Eletricitários põem
fim à greve na Cemig

Funcionários da Cemig param
por aumento salarial de 88%

**Newton acusado de
provocar greve**

Cemig: fim
da greve
com 59,28%

Cemig: empregados terminam
greve em clima de vitória

**Grevistas obrigam governador a
deixar Assembleia pelos fundos**

Eletricitários em assembleia

**Os funcionários da Cemig
podem retornar hoje**

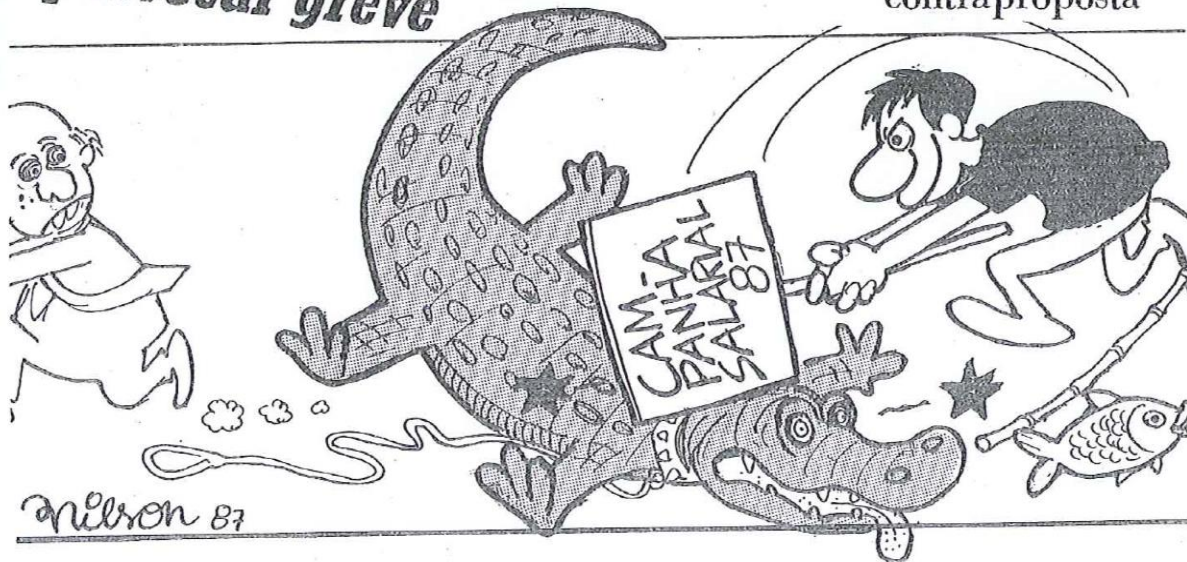
Cemig deve oferecer
contraproposta

Eletricitários param
por 88% de reajuste

Fim da greve na Cemig

Vitória da primeira paralisação

Grevistas cercaram Newton
no prédio da Assembleia



Página feminina

Ao iniciar esta seção, o meu intuito é apenas de cooperar com o Diretor do "Hidro-Elétrico" e proporcionar às suas leitoras que, são operárias como eu, e que lutam ao lado de seus esposos, suando no rosto por dias melhores, alguns momentos agradáveis, através de uma leitura mais ou menos leve.

Agradecida,
Dorah F. Vilela

O TRABALHO

O. Bika

Tal como a chuva caída
Fecunda a terra no estio
Para fecundar a vida
O trabalho se inventou

Feliz quem pode, orgulhoso,
Dizer: "Nunca fui vadio;
E, se hoje sou venturoso
Devo ao trabalho o que sou!

E' preciso desde a infância,
Ir preparando o futuro;
Para chegar á abundância
E' preciso trabalhar

Não nasce a planta perfeita,
Não nasce o fruto maduro;
E, para ter a colheita;
E' preciso semear. . .

A BANDEIRA

Comemoração: dia 19 de novembro.

Não há religião sem Deus, nem Pátria sem bandeira. Prestar culto à Bandeira é venerar o espaço e o tempo nos limites geográficos de uma nação e nela a raça e tudo que ela representa e abraça.

Venera-se na Bandeira o espaço pelo amor à terra maternal.

Venera-se nela o tempo pelo culto ao passado, de onde ela vem; no amor do presente, a que ela assiste e na ansia pelo futuro, para a qual ela acena, desfraldada no mastro.

Honra-se a raça pelo respeito religioso que se deve aos mortos, construtores e semeadores; pela solidariedade que se deve aos vivos, colaboradores na obra do engrandecimento nacional, e pela confiança com que esperamos os que hão de vir continuar a construção em que trabalharam os que são hoje terra, e em que trabalhamos nós.

Que é a Bandeira? E' um pano e é uma nação, como a cruz é um madeiro e é toda uma fé.

No culto da Bandeira, encerram-se todos os nossos deveres, desde os que nos são ditados pelo amor até os que nos são prescritos pela Lei.

0000000000

UM NOME EM FOCO:

PASTEUR.

O homem, bem como os povos, não se engrandece apenas pelo heroísmo que espalha a morte; mas, sim, pelo heroísmo que cria a vida. "Superiores aos heróis que destroem são os heróis que constroem".

Vocês estão cansadas de ouvir dizer que a guerra é um grande mal; é o pior flagelo da Humanidade. Napoleão Bonaparte, cujo reinado ficou assinalado por extenso período de guerras, foi um homem prejudicial aos seus semelhantes. A sua glória repousa também sobre milhares de cadáveres de homens e mulheres. A guerra é a figura de uma mulher que, com a sua beleza, atrai os olhos e a sua crueldade, destrói a vida. A glória deste mundo é efêmera e a paz é a verdadeira glória.

acima de todos os conquistadores que o mundo já produziu até hoje.

Enquanto os soldados perfuravam, sacrificando milhares de vidas, ele, um humilde químico, passava a existência inteira, heróicamente, dentro de um laboratório, procurando salvar milhares de vidas. Lutava contra micróbios que dizimavam os homens. O verdadeiro heroísmo é esse. A verdadeira glória é essa: a que merece a gratidão de toda a Humanidade. Até hoje, quando uma criança consegue salvar-se de uma ortom certa, graças aos trabalhos deste sábio, é com lágrimas nos olhos que seus pais lembram o abençoado nome de PASTEUR.

Felicidade

Algumas regras práticas:

1 - TER UM PASSATEMPO.

PO ÚTIL: Por esse passatempo queremos dizer alguma atividade que se torne um refúgio protetor ao qual possamos recorrer quando as tempestades nos castigam demasiadamente. Um passatempo melhora nossa personalidade.

2 - DESENVOLVER UMA FILOSOFIA DE VIDA:

Uma vida sem filosofia é uma existência desordenada, sem plano nem objetivo, sem os conselhos dos ideais e da verdade.

3 - COMPARTILHAR NOSSOS PENSAMENTOS:

O companheirismo é essencial para a personalidade. Se uma pessoa vive demasiado com os seus próprios pensamentos estes podem fazer-se explosivos e destruí-la.

4 - EQUILIBRAR A FANTASIA COM OS FATOS:

Sonhemos porque todos os seres humanos devem sonhar, mas equilibremos nossos sonhos com atos.

5 - AMAR SABIAMENTE,

porque a vida sem amor é vida sem luz.

PLUMAS

POESIA

A Poesia é um modo de compreensão e de expressão. E' uma atitude em face do universo e uma modalidade de tradução dessa atitude.

O poeta, como o Físico, o Matemático, ou o Místico, é um contemplativo, que procura penetrar na essência das coisas e das pessoas para descobrir seu segredo. O poeta é mesmo de certo modo, o mais completo e o mais livre de todos esses perseguidores do mistério das coisas. Pois nada lhe é estranho na natureza, animada ou inanimada.

O artista que se preza escreve ou pinta, esculpe ou compõe para o seu prazer, para sua libertação, para cumprir a sua sina. Nada mais.

Paz de consciência, eis a única riqueza

Da tua vida de trabalhador.

Ela fará palácio de realeza

A cabana onde more o teu amor.

A criatura de Deus, fraca e vencida,

Leva o destino sem saber para onde;

E ergue os olhos, pedindo a água escondida

Nalguma nuvem que no céu se esconde.

Deixando-nos, apenas, levemente,
Uma lembrança meiga como a graça
Do beijo dos que se amam, docemente.

FLASHES SOCIAIS ~ Adélia

A CEMIG e a CIA. FÔRÇA E LUZ apresentamos um afetuoso agradecimento da Família Hidrelétrica: as brilhantes festas de conagração pelo Natal com que brindaram o filho do hidrelétrico com distribuição de encantadores brinquedos, balas, chocolates... As horas agradáveis com as surpresas de um bom circo... A música bonita executada pelos soldados da nossa gloriosa Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros... o gesto carinhoso da Diretoria, unindo-se no mesmo local com a Família Hidrelétrica... Essa promoção espiritual e humana, tocando profundamente o coração do trabalhador hidrelétrico o faz desejar o Exercício de 1969, pleno de realizações e valorização humana, a ambas EMPRESAS que são marco e orgulho no nosso querido Minas Gerais e do Brasil...

Hélida Carneiro Rocha, sempre encantando com sua irradiante simpatia... Leonilda José Basílio e Marinez Gontijo convidando para uma reunião festiva em seu setor... Dr. Antônio Dias, Gelcio Ribeiro e seu convidado João Burgarelli, bastante eufóricos no final de fraternal festinha em seu Departamento... Elmo Grieder comprando um bilhete inteiro da Loteria e quase ficando milhardário... e o susto que levou... Maria da Conceição Marques dando sempre sua colaboração de ótima funcionária... João Ricardo Garcia e Ello Teobaldo, no Ted's com um Long Hot Dog... De parabéns a Cia. Fôrça e Luz: o seu digno funcionário, elemento que dignifica e engrandece a nossa Diretoria Sindical, Pedro Wenceslau de Carvalho, recebendo o seu diploma de Eng.º Agrimensor... Com satisfação registramos o feliz acontecimento de nosso estimado Vice-Presidente Dr. José Cassimiro G. de Faria, funcionário da Cemig, diplomandose como Advogado Criminologista... A grande dama Sra. Betty June Bhering dando um "show" de simpatia e de bondade de coração, promovendo o casamento civil e religioso de uma feliz moça sua protegida, encomendando salgadinhos, doces e garçons para a festinha em sua residência... Wilma Gonzaga Barros Aroeira, a "mamãe coruja" de sempre e tem razão... Maria da Costa Lage em quatro dimensões: A Poetisa, dos círculos artísticos e culturais, na Academia Municipalista de Letras saudando o Prefeito Souza Lima, com um mimo de palavras, formando uma poesia cariciante, termina falando de uma gotinha d'água do Rio das Velhas que traga fartura à nossa Capital... A cemigulana, com Maria Felícia, Clélia Santos e Flashes Sociais, tomando um chopp delicioso! ficando tão eufórica... A Acadêmica, entre os membros da Academia Mineira de Trovadores, presidindo solene almoço na Camponesa, feliz por estarem presentes Carlos de Alencar, Alfidio Silva e José Machado Borges... A Mamãe, com seu filhinho Norberto-Reno, misturando-se com a garotada na festinha natalina no Minas Tênis, correndo atrás do Papai Noel... Ester Carvalho, agora Assistente Administrativa do Presidente, sempre amiga do nosso Sindicato, presenteando-nos com dois telefonemas afetuosos... Comissão composta por uma funcionária da Contabilidade e dos simpáticos jovens Mário José de Abreu e Gabriel Lins de Vasconcelos Júnior, após instruções do Sr. Johannes Sinnema, dirigindo-se à sede do nosso Sindicato e promovendo solene, simples e festiva entrega de um cartão-convite às festas natalinas, do Presidente da Cemig ao Sr. Anilton José dos Santos e Família. No mesmo dia, ofício do Presidente do Sindicato, ao Presidente da Cemig, agradecendo tão honrosa distinção! Comparecendo e apreciando muito a tradicional festinha da Cemig, em companhia de seus garotos... Toda a Família Sindical surpresa e aplaudindo a gentileza e fraternidade do Diretor Dr. José de Almeida Paiva cedendo sua mesa no Minas Tênis Club ao nosso Presidente Anilton José dos Santos... Jaime Lenos cada dia mais

entusiasmado com o Cruzeiro... Nosso estimado Diretor João Canuto, muito orgulhoso com a formatura de seu filho Wilton Canuto da Rocha...

Yack Maria de Oliveira animada com os festejos natalinos... Luzinete Ferreira Dutra com sua charmante simpatia de sempre... Jaime Pereira Pinto Jr. dialogando alegremente com seu filhinho Flávio Henrique... Maria Felícia chegando após brilhante curso de Trabalho Sindical, com festiva recepção de seu diploma pelo Instituto Cultural do Trabalho, com a presença simpática do IADESIL na pessoa de seu dinâmico Diretor Américo Ramos... Ainda Maria Felícia com capacete plástico branco, acompanhando nosso Presidente Anilton José dos Santos, nosso Vice-Presidente Faria, nosso Tesoureiro Pedro Wenceslau, visitando as gigantescas e espetaculares obras de Jaguará, sob calor Equatorial... E em nossa sede sindical, recebendo do incansável líder sindical rodoviário José Teodoro G. da Silva, sua nomeação de Monitora Sindical em Belo Horizonte... Hélia Paixão Bastos deve ter gostado muito da primeira festinha coletiva natalina... Fábio Carvalho desejando que sua Senhora tenha o conforto de uma luzinha e água na torneira da nova casinha financiada pela SHEC... Nosso colega Luiz Bambirra dizendo como lindos são os seus filhos... Antônio Geraldo Corrêa comandando a equipe para os castigos que promoverão aos felizes Calouros do Imaco... Ele e Maura Duarte Nunes galgando o 2.º ano de Economista... Nossos estudantes Antônio Eustáquio de Andrade, Domingos Consenso Neto, Ello Teobaldo, Jerônimo Alves Azevedo e Maria Dulcinéia Gomes conseguindo brilhantes notas no vestibular de Economistas pelo Imaco... Ronald Pantuzzo diplomando-se em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas... Valdemar Bárbara diplomando-se na bela carreira técnica de Eng.º Agrimensor... O casal José Gonçalves-Iris Gonçalves muito emocionados: Iris diplomando-se em Direito pela nossa Universidade Federal... A engenheira Vânia Emilia de Lucca, pelo seu aniversário, surpreendida com festiva reunião de seus colegas e amigas em sua residência... Michel Michaleros passando pela Sede e revendo amigos... Toda a Família Sindical satisfeita com a promoção do Engenheiro Dr. José Francisco Lemos Filho a Superintendente de Distribuição. Lebramo-nos dele, ao lado da democrática personalidade de Dr. Guy Maria Villela Paschoal, nas nossas assembleias no Forluminas... e como nos confortavam as suas presenças fraternais... Também pela do Dr. José Gabino Júnior a Superintendente de Relações Industriais, Dr. Fernando Resende a Superintendente de Materiais e Dr. José Pinheiro Sette Câmara a Assistente da Vice-Presidência. Porque sabemos da quase obsessão do Dr. Gabino pela valorização humana do empregado, fazendo isso parte de seu temário funcional... e sabemos, também, será ajudado por essa equipe maravilhosa que subiu...

Myriam Brandão vivendo as suas férias na praiana cidade de São Vicente... Ao funcionário do Departamento de Bem-Estar, Professor Afonso Lamounier, um agradecimento afetuoso de todas as crianças Cemigulanas por sua presença como o tradicional Papai Noel... Assunto único entre todos os funcionários da Cemig: MARIA ROSA! para a totalidade, ela apresenta-se como uma moedinha dentro do bolso do cemigulano feliz, distribuindo-a entre uma aflitiva dívida bancária e um assado gostoso à carinhosa mesa familiar por ser dia de festa... E quando a circular portadora da tão esperada notícia da gratificação chegou às mãos dos funcionários eles e seus familiares se sentiram como a garotinha Aconi Ferreira: "Si existe algo além da felicidade é o que lhe desejamos"... E os miríades de sinalzinhos tipográficos que deram forma e vida a este jornalzinho enviando fraternal abraço sindical aos dignos companheiros Rui Diniz, José Caetano Filho e Herz Guimarães, da Cia. Fôrça e Luz...

Anexo X:



Reportagem de Maria Felícia

A fotografia que estampa a capa conta com cerca de quarenta pessoas distribuídas em quatro fileiras em formato de V. Maria Felícia se encontra no primeiro plano e centralizada com relação aos demais personagens, ela é a única mulher presente. No terceiro e último plano, encontramos uma faixa com as seguintes informações: na primeira linha as seguintes palavras: “Instituto cultural do Trabalho”, na linha seguinte está escrito “XV (décimo quinto) Curso básico sobre liderança sindical” na penúltima linha “São Paulo [...] Brasil” e na última “1968”. Parecia haver originalmente algo escrito do nome São Paulo, mas já não é legível. MACEDO, Maria Felícia da R. Instituto Cultural do Trabalho. **Hidrelétrico**, Belo Horizonte, jan./fev. de 1969, n. 3, p. 1.

Nós, mulheres

Lugar de mulher é na cozinha?

Durante muito tempo, esta foi a visão dominante em nossa sociedade. Hoje, porém, nós, mulheres, começamos a erguer a cabeça e sair da cozinha, em busca de nosso espaço na vida do País. Começamos a nos integrar às atividades econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, há problemas concretos que dificultam esta integração, tais como discriminações, as mais diversas, preocupação constante com os filhos e a dupla jornada de trabalho. Essas questões, e muitas outras, precisam ser debatidas e solucionadas.

Por isto, no Programa de Trabalho da nossa Diretoria consta a criação da Comissão de Assuntos Femininos, para encaminhar os problemas específicos da mulher e promover sua integração à vida sindical. Tendo em vista que nos dias 26, 27 e 28 de maio próximo irá se realizar, no Rio de Janeiro, o 2º Encontro Nacional da Mulher Urbanitária, onde serão discutidos os problemas do dia-a-dia da mulher trabalhadora, nosso Sin-

dicato irá enviar uma delegação a este encontro, sendo as componentes escolhidas numa Assembléia convocada para este fim.

Como preparação para esta Assembléia, promoveremos um debate, na primeira semana de maio, sobre "A MULHER E O TRABALHO", onde estarão presentes um advogado especializado em legislação relativa à mulher, uma líder do movimento feminino em Minas Gerais e coordenadoras de comissões femininas de Sindicatos, e no qual contamos com a presença de todas as eletricitárias. Aguarde um contato de nossa parte ou procure a Coordenadora do Grupo de Trabalho Pró-Comissão de Assuntos Femininos, nossa Diretora Cláudia Ricaldoni (219-3322 OP/GI2). Afinal, lugar de mulher é ao lado de todos os outros trabalhadores, no dia-a-dia, nas lutas e nas conquistas.

**GRUPO DE TRABALHO
PRÓ-COMISSÃO DE ASSUNTOS FEMININOS**

Comissão de Assuntos Femininos. Lugar de mulher é na cozinha? **Hidrelétrico**. Nós, Mulheres. Belo Horizonte, fev./mar. de 1983, n. 38, p. 4.